



DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1910 • 2010



DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1910 • 2010

Brasília

Contran Denatran Ministério
das Cidades



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro das Cidades

Marcio Fortes de Almeida

Secretário Executivo

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

Presidente do Conselho Nacional de Trânsito

Alfredo Peres da Silva

Créditos fotográficos: Arquivo Publico do Distrito Federal

© 2010 Departamento Nacional de Trânsito

É totalmente proibida a reprodução total ou parcial deste material sem a prévia autorização do Departamento Nacional de Trânsito.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

Bibliotecária responsável: Thaís Moraes CRB-1/1922

Brasil. Departamento Nacional de Trânsito.

100 anos de Legislação de Trânsito no Brasil: 1910 - 2010 / Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito. – Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

264 p. : il. fots. color. ; 24 cm.

Inclui índice de assuntos e listas de resoluções e portarias.

ISBN 978-85-7958-009-3

1. Código de Trânsito Brasileiro. 2. Trânsito, legislação. 3. Trânsito, história. 4. Legislação, documentação. 5. Evolução histórica. 6. Legislação, alteração. I. Conselho Nacional de Trânsito. II. Título.

CDD – 388.0981

Sumário

APRESENTAÇÃO

5

INTRODUÇÃO

9

DECRETO Nº 8.324, DE 27 DE OUTUBRO DE 1910

15

RESOLUÇÕES EDITADAS PELO CONSELHO
NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN

23

ÍNDICE ALFABÉTICO- REMISSIVO
DAS RESOLUÇÕES DO CONTRAN

211

ÍNDICE DAS PORTARIAS DO DENATRAN
DE INTERESSE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES
DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

253

SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO (DVD)

263

Apresentação

Conhecer as leis, compreendê-las, respeitá-las. São três princípios fundamentais para garantir que todas as pessoas, indistintamente, exerçam com segurança seu direito legítimo de ir e vir; de transitar.

A legislação de trânsito brasileira é vasta e rica em leis, decretos, resoluções, portarias que, publicados no decorrer de 100 anos, nos permitem compreender o dinamismo do tema e sua necessidade de revisão e de atualização permanentes. Isso porque, com o passar do tempo, os costumes, as pessoas, as sociedades mudam e novas demandas devem ser atendidas.

Do Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910, - que aprovou o regulamento para o serviço subvencionado de transportes de passageiros ou mercadorias por meio de automóveis industriais, ligando os estados da União – aos dias atuais, passamos por profundas e significativas transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas.

Se, há 100 anos, os poucos “motorneiros” que transportavam passageiros e mercadorias em automóveis industriais eram considerados, legalmente, “senhores da velocidade de seu veículo”, hoje os 45 milhões de condutores habilitados em nosso país não são mais “os senhores das ruas”, mas aqueles que, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), são os “responsáveis pela incolumidade dos pedestres”.

Como podemos ver, os termos empregados na Lei e sua forma de redação revelam as mudanças de paradigma que se operam nas bases da sociedade e traduzem a função social da legislação de trânsito em cada momento histórico.

Em 100 anos, há muita história sobre um tema tão fascinante e tão presente na vida das pessoas. História que pode ser revisitada por meio dos documentos compilados nesta obra inédita, concebida com dois objetivos principais: preservar a memória do trânsito brasileiro e servir como fonte de estudo, pesquisa e consulta.

A Edição Comemorativa dos Cem Anos de Legislação de Trânsito destaca a primeira legislação nacional que tratou de trânsito no país, ou seja, o Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910, e outras publicações sobre o assunto tais como: Decreto-Lei nº 3.651, de 1941, Leis nos 5.108/1966 e 9.503/1997, Decretos nos 2.613/1998, 4.710/2003 e 4.711/2003, Resoluções nº 01/1941 a 836/1997 e 01/1998 a 341/2010 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Portarias do DENATRAN de interesse dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e da sociedade em geral.

O objetivo da publicação é tornar acessível aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito e ligados a área de trânsito, bem como a população em geral, uma consulta completa das principais publicações de trânsito no período de 1910 a 2009.

O material impresso contém: Imagem do Decreto nº 8.324, de 1910, Sumário da legislação disponível na mídia digital, e os Índices: dos Códigos Nacionais de Trânsito, das Leis de alteração do Código de Trânsito vigente, da Legislação Complementar (Convenção de Viena, Mensagens, Leis e Decretos), das Resoluções editadas pelo CONTRAN com anotação acerca da situação, Alfabético Remissivo por assunto das Resoluções e das Portarias do DENATRAN de interesse dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Uma mídia digital complementar inclui sistema de busca por palavra, assunto, número e ano dos seguintes documentos:

- Decreto nº 8.324, de 1910;
- Códigos Nacionais de Trânsito, de 1941, 1966 e 1997;
- Leis de alteração do Código vigente;
- Legislação complementar que abrange: Convenção sobre trânsito viário de Viena de 1968, Lei nº 9.602/1998, Lei Complementar nº 121/2006, Mensagens, Decretos, Resoluções do CONTRAN e Portarias do DENATRAN;
- Volumes I, II e IV do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

Atuantes no trânsito e a sociedade em geral devem conhecer a legislação de trânsito por meio de um acervo completo e amplo, além de acompanhar as suas regulamentações aprovadas no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Esse material é indispensável para o exercício das atribuições dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito e outras entidades ligadas à área de trânsito, bem como para o cumprimento da Política Nacional de Trânsito.

Toda a legislação, reunida e transcrita na íntegra, no DVD que acompanha a obra, materializa as fases e traduz os avanços do trânsito em matéria de segurança, sinalização, circulação de veículos, habitação, educação, entre outros assuntos.

Esperamos que esta publicação contribua, efetivamente, para a construção de sólidos conhecimentos sobre o tema trânsito, pois entendemos que é a partir do conhecimento que se ativa a luta pela transformação da realidade.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

Ministro de Estado das Cidades

Introdução

Este trabalho comemorativo aos 100 anos de legislação de trânsito no Brasil foi desenvolvido mediante exame e leitura de todas as Resoluções já editadas pelo CONTRAN desde a Resolução 01/1941 até a 341, de 25 de fevereiro de 2010. Somente não foram examinadas as Resoluções de números: 100/1948; 145/1949; 149/1949; 160/1949; 165/1949 e 230/1952, cujos textos não foram encontrados, embora tenha sido realizada pesquisa nos arquivos do DENATRAN, do Arquivo Nacional, do Senado Federal, do Ministério da Justiça e da Imprensa Oficial.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no seu artigo 314, parágrafo único, recepcionou todas as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) existentes, desde que não estivessem em conflito com as suas disposições. O “caput” do referido artigo 314 determinou ao CONTRAN a revisão de todas as Resoluções anteriores e a expedição de outras necessárias à melhor execução do Código.

O Código de 1966, ao contrário do CTB em vigor, não recepcionou as Resoluções do CONTRAN anteriores à sua vigência, assim, foram consideradas revogadas todas as Resoluções anteriores, mais precisamente as de números 01/1941 até a 371/1966.

A partir da Resolução nº 372/1966, todas foram analisadas para decidir sobre sua vigência e eficácia. Em primeiro lugar foram pesquisadas as revogações expressas em resoluções posteriores. Depois, examinou-se cada uma delas para verificar no seu conteúdo a existência de dispositivo conflitante com o CTB, e com resoluções e leis posteriores. O objetivo foi excluir todos dispositivos cuja incompatibilidade resultasse em sua derrogação ou revogação tácita.

As revogações expressas de Resoluções não demandam qualquer explicação ou justificativa, valendo a vontade do órgão que as editou, razão pela qual consta no Índice numérico das Resoluções do CONTRAN a anotação de que a mesma foi revogada e a indicação daquela que a revogou. Foram admitidas nessa categoria de Resoluções revogadas expressamente, como por exemplo, as Resoluções n.ºs. 763/92 e 764/92 que foram revogadas por despacho do Ministro da Justiça, sendo que a última nem mesmo chegou a entrar em vigor.

Ao longo do tempo, várias Resoluções do CONTRAN foram editadas sem qualquer conteúdo normativo, tratando-se de atos meramente administrativos, como eleição de vice-presidente, nomeação de comissões ou mesmo decisões em processos administrativos. Outras foram editadas para vigerem temporariamente, suspendendo ou prorrogando prazos. Tais Resoluções, ao final do período nela contido, perderam sua eficácia pelo decurso de prazo da vigência temporária ou foram consideradas extintas e assim estão anotadas no índice numérico.

Assim, exemplificativamente, temos que as Resoluções que fixam o valor das multas pelas infrações de trânsito, para todo o país ou para um único Estado da Federação, tiveram a sua revogação tácita ou expressa pela edição de uma nova Resolução estabelecendo novos valores para as mesmas multas e para o mesmo Estado. No caso das multas de trânsito ocorreu uma revogação em bloco de todas as Resoluções anteriores ainda em vigor, com a edição de regras genéricas como é o caso da Lei n.º 7.843/89 que substituiu o Salário Mínimo de Referência pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN), como indexador em toda a economia, tendo aplicação imediata em todas as hipóteses que a lei anterior fixava obrigação em salários mínimos, sendo as multas de trânsito até então fixadas em percentuais do mesmo. Outra revogação genérica e em bloco das Resoluções relativas às multas ocorreu quando da edição do novo Código de Trânsito Brasileiro, eis que a Lei n.º 9.503/97, no seu artigo 258 estabeleceu multa em UFIR pela natureza da infração (leve, média, grave e gravíssima), alterando completamente as regras anteriormente existentes e adotadas nas Resoluções revogadas.

A Resolução nº. 385/67 que trata da composição e funcionamento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARIs) foi derogada tendo em vista a ata da Reunião do CONTRAN de 03/01/98, publicada 24/01/98, que fixou Diretrizes para funcionamento das mesmas e posteriormente, com a edição das Resoluções nºs 64/98/96/99, 139/01; 147/03; 175/05 e 233/07 que estabelecem tais diretrizes. O mesmo fato ocorreu em relação à Resolução 647/85 que trata do regulamento dos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN) derogada em reunião do CONTRAN de 03/01/98 que aprovou diretrizes para estabelecimento do regimento interno dos CETRANs, incluindo sua composição. A derrogação foi confirmada pela Res. 64/98, alterada posteriormente pela Res. 150/2003 e 244/2007 que tratam da composição do CETTRAN.

A Resolução nº 599/82 que dispõe sobre a interpretação, o uso e a colocação da sinalização vertical de trânsito, nas vias públicas, está em vigor revogada parcialmente. Ela instituiu o Manual de Sinalização de Trânsito, que está dividido em 03 (três) partes. A Parte I consta da própria Resolução e está dividida em 05 (cinco) capítulos: I – introdução; II – Considerações gerais; III – Placas de regulamentação; IV – Placas de advertência, e V – Placas de Indicação.

A Resolução nº 180/05, ao aprovar o “Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito”, revogou as disposições em contrário, em especial o Capítulo II – Considerações Gerais, no que se refere a placas de regulamentação e o Capítulo III – Placas de regulamentação, ambos do manual de sinalização de trânsito instituído pela resolução nº 599/82. A Resolução nº 243/07, revogou integralmente o Capítulo IV (placas de advertência).

O Manual de Sinalização de Trânsito foi complementado pela Resolução nº 666/86 que estabeleceu as outras duas Partes (II e III) do Manual, tratando: II – Marcas Viárias e III – Dispositivos auxiliares à sinalização. A Resolução 236/07 revogou a Parte II – Marcas Viárias, incluída no Manual de Sinalização de Trânsito pela Resolução 666/86.

Da análise das duas Resoluções acima (599/82 e 666/86) verifica-se que o Manual de Sinalização de Trânsito instituído pela primeira e complementado pela segunda permanece em vigor, ainda que parcialmente, no que se refere à Parte I: integralmente os seus capítulos I e V – introdução e Placas de indicação – e, parcialmente, o seu capítulo II – considerações gerais - no que não se referir a placa de regulamentação e advertência; estando em vigor integralmente sua Parte III, relativa aos dispositivos auxiliares à sinalização de trânsito.

A Resolução nº 671/86 que dispõe sobre a autuação e aplicação de multas aplicadas a veículos licenciados em outros países, não contraria em princípio as disposições do Código. O CTB estabelece a aplicação dos acordos internacionais. Diz ainda que veículos de outros países não podem sair sem pagar multa de trânsito.

A Resolução nº 231/07 revogou a Resolução nº 45/98 que estabelecia novo sistema de placas de identificação de veículos, revogando todas as Resoluções anteriores que tratavam do tema, à exceção da Resolução 38/98; que trata dos veículos de representação dos chefes de poderes, cujas placas especiais foram definidas atendendo o disposto no artigo 115, § 3º do CTB e na Resolução nº 286/08 que disciplina o uso de placa de identificação dos veículos de missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais.

Diversas das Resoluções aqui consideradas como derogadas ou revogadas tacitamente poderão ensejar interpretações diferentes ante a inexistência de revogação expressa e a disposição clara do Código de Trânsito Brasileiro da recepção de todas as Resoluções anteriores naquilo que não conflitassem com as disposições da lei. Haverá sempre a possibilidade de buscar dentro de uma Resolução uma disposição ou outra que não conflita nem com o Código, nem com Resoluções posteriores. Ao intérprete cabe compatibilizar as normas jurídicas que não se contrapõem de forma indubitosa, de modo a ser incontestável a situação da norma.

Com a edição da Resolução nº 298/2008 pelo CONTRAN, grande parte daquelas consideradas derogadas, insubsistentes ou sem eficácia foram expressamente declaradas revogadas.

Não necessitaram de revogação formal as Resoluções consideradas exauridas pelo cumprimento do prazo ou que tiveram perdido sua eficácia, por não terem mais qualquer conteúdo normativo. Além disso, aquelas consideradas de cunho meramente administrativo e com objetivo único de revogação de outras Resoluções, não foram declaradas revogadas.

Após a avaliação da situação de cada Resolução, foi realizada a separação de cada uma pelos assuntos mais abordados o que resultou no Índice Alfabético-Remissivo onde a comunidade de trânsito pode consultar também a vigência de cada norma.

Por fim, temos o Índice das Portarias que estão em vigor e são utilizadas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, mesmo que algumas tenham sido editadas antes do Código atual. Após análise jurídica elas foram consideradas vigentes.

O material da pesquisa dos Cem anos de Legislação de Trânsito no Brasil está na mídia digital que acompanha este livro e os documentos obtidos nos arquivos do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Ministério da Justiça, Ministério das Cidades, Imprensa Nacional e Presidência da República, foram preferencialmente digitalizados na sua forma original.

Este livro, resultante do esforço coletivo de todos os funcionários do Denatran, tem como objetivo proporcionar à sociedade um completo acervo dos documentos que marcaram a história do trânsito no nosso país, além de ser um excelente material de pesquisa para técnicos e especialistas em trânsito. Mas ele é, principalmente, um tributo a todos aqueles que nos últimos 100 anos contribuíram para a evolução e aperfeiçoamento do trânsito brasileiro.

ALFREDO PERES DA SILVA

Presidente do Conselho Nacional de Trânsito

Decreto Nº 8.324,
de 27 De Outubro de

1970

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 8.324 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1910

Approva o regulamento para o serviço subvencionado de transportes por automoveis

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do art. 28 § 1º da lei n. 2.221 de 30 de dezembro de 1909 e do art. 22 n. X da lei n. 1.841 de 31 de dezembro de 1907 e tendo em vista a necessidade de facilitar os transportes no paiz, decreta:

Artigo unico. E' approvedo o regulamento que com este baixa assignado pelo Ministro e Secretario de Estado da Viação e Obras Publicas, para o serviço subvencionado de transporte de passageiros ou mercadorias por meio de automóveis industriaes, ligando dous ou mais Estados da União ou dentro de um só Estado.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1910, 89º da Independência e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Francisco Sá

Regulamento a que se refere o decreto n. 8.324, do 27 de outubro do 1910

CONCESSÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESTRADAS DE RODAGEM PARA AUTOMOVEIS

Art. 1º. A's emprezas ou particulares, que organizarem o serviço de transporte de passageiros e cargas, por meio de automoveis industriaes; entre dous ou mais Estados da União, ou ainda mesmo dentro de um só Estado, será concedida uma subvenção kilometrica nunca excedente de quatro contos de réis por kilometro de estrada construída, nos termos deste regulamento.

Art. 2º. Para a concessão dessa subvenção kilometrica deverão os pretendentes submeter á aprovação do Ministro da Viação e Obras Publicas os projectos e estudos definitivos das estradas que tiverem de construir, organizados de accôrdo com as disposições seguintes :

- a) planta geral da estrada de rodagem na escala de 1:4000, em que serão indicadas os raios de curvas e a configuração do terreno por curvas de nivel espaçadas de tres metros, bem como uma zona de 50 metros, pelo menos, de cada lado, os campos, mattas, terrenos pedregosos e, sempre que fôr possível, a divisa das propriedades particulares.
- b) perfil longitudinal na escada de 1:400 para as cotas e de 1:4000 para as distancias das projecções horizontaes ;
- c) projecto das principaes obras de arte a construir, na escala de 1:200;

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

d) perfil transversal typico de estrada, indicando a parte a macadamizar, os acostamentos e as valletas;

e) orçamento das excavações, das obras de arte e da macadamização do leito.

Todos estes planos serão acompanhados de cadernetas de campo devidamente autenticadas.

Art. 3º . As curvas terão um raio minimo de 50 metros, que poderá ser reduzido excepcionalmente a 30 metros, nas regiões montanhosas, onde a adapção de raios maiores torne dispendiosa a construção das estradas.

As que forem reversas serão separadas por alinhamentos rectos de 10 metros de extensão, pelo menos.

As rampas serão, no miximo, de 5 % .

Art. 4º . Antes de resolver sobre propostas apresentadas e submetidas á sua aprovação, o Governo poderá mandar proceder a expensas dos pretendentes, ás operações graphicas necessárias ao exame das propostas, podendo modificál-as como julgar conveniente.

Art. 5º . Nos contractos celebrados para construção e exploração das estradas de que trata este regulamento, serão fixados prazos para começo e terminação das obras constantes dos planos approvados pelo Governo.

Art. 6º . As empresas ou particulares, que se propuzerem construir estradas de rodagem para transporte de passageiros e cargas, por meio de automoveis industriaes, não terão privilegio de zona; ser-lhes-ha, porém concedido o direito de uzo e gozo dessas estradas pelo tempo que fôr fixado no respectivo contracto, e dos terrenos estrictamente indispensáveis á sua construção e conservação.

Art. 7º . O concessionário executará todas as obras de arte e fará as que forem indispensaveis para a estrada, não creando obstáculos ou qualquer embaraço ao escoamento das águas pluviaes, com prejuízo do transito nas vias publicas.

Art. 8º . No cruzamento destes caminhos, ou ruas de povoados, terá o concessionário o direito de alterar a direcção de taes caminhos ou ruas, com o fim de melhorar os cruzamentos precedendo consentimento do Ministro da Viação e Obras Publicas e, quando fôr de direito, dos governos estadual ou municipal.

Art. 9º . Findo o prazo da concessão, que será fixado no respectivo contracto, a não havendo disposição em contrario, reverterão para a União todas as obras e a estrada, sem indemnização alguma.

Neste caso a União poderá entregar a estrada ao uso livre do publico, desde que os Estados ou as Municipalidades tomem o encargo de conserval-a.

Art. 10. O concessionário estabelecerá uma linha telephonica em toda a extensão da estrada, podendo o Governo della utilizar-se em caso de necessidade.

Art. 11. Serão mantidas em perfeito estado de conservação, não só a estrada e suas dependências, como também o material de transporte, de forma que possam preencher todas as condições de regularidade e sugurança no serviço de transporte.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 12. Todas as despesas e indemnizações, motivadas pela construção, conservação, trafego e reparação da estrada, correrão exclusivamente por conta do concessionario.

Art. 13. O Governo reserva-se o direito de fazer executar pelo concessionário, ou por conta delle, durante o prazo da concessão, as alterações e novas obras, cuja necessidade a experiência haja indicado em relação á segurança publica, policia e regularidade do trafego.

Art. 14. A subvenção Kilometrica, de que trata o art. 1º, somente se tornará effectiva depois de verificar, por exame e inspecção feita pelo engenheiro fiscal, terem sido observadas as prescripções technicas exigidas por este regulamento.

Os pretendentes fornecerão ao engenheiro o pessoal necesario para serem feitas taes verificações.

Art. 15. O pagamento desta subvenção será feito por extensão concluída entre os pontos inicial e terminal ou por trechos de 50 kilometros construídos e trafegados.

Art. 16. Aos Estados da União ou municípios que organizarem o serviço de transportes de cargas e passageiros, por meio de automoveis industriaes, poderá o Governo Federal conceder a subvenção do art. 1º, observadas todas as prescripções.

Art. 17. A subvenção poderá também ser concedida ás emprezas ou particulares que estabeleçam o trafego por automoveis em estrada já existente que possa ser adaptada a esse serviço. Neste caso deverão apresentar ao Governo a planta e o perfil longitudinal da estrada, de modo a provar que ella satisfaz ás condições technicas do art. 3º.

A concessão só poderá ser feita depois de effectuado o exame, a que se refere o art. 14.

MATERIAL RODANTE E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Art. 18. Nenhum automovel poderá ser posto em serviço sem prévio exame do engenheiro fiscal, que deverá proceder ás experiências em julgar convenientes, afim de verificar que não apresenta nenhuma causa de perigo, sendo empregado no trafego da estrada. A infracção deste artigo sujeita o concessionário á penalidade estatuída pelo art. 33

Art. 19. Os automoveis terão reservatorios, tubos e quaesquer peças destinadas a conter explosivos, ou inflammaveis, construídos de módo a não deixar escapar, nem cahir matéria alguma que possa causar incendio ou explosão, e bem assim :

a) appparelhos dispostos de modo tal, que seu emprego não apresente nenhuma causa de perigo, e não possa causar danos pelo desprendimento de gases deleterios:

b) órgãos de manobras bem dispostos de modo que o motorneiro possa accional-os sem deixar de prestar toda a atenção ao caminho que fôr percorrendo ;

c) o raio visual para frente do vehiculo deve ser completamente livre e o monometro e outras appparelhos indicadores, que o motorneiro deve sempre ter á vista, devem ser collocados de modo a serem facilmente consultados. Durante a noute serão estes appparelhos bem illuminados;

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

d) o vehiculo deve ser disposto de modo a obedecer facilmente ao aparelho de direcção e a voltar com facilidade nas curvas de pequeno raio e os órgãos de direcção deverão offerecer todas as garantias de perfeita solidez.

Art. 20. Os automoveis devem ser providos de aparelhos aperfeiçoados que façam a inversão do movimento com rapidez, e serão providos de dous systemas de freios distinctos, bem aperfeiçoados e bastante efficazes, de modo a poderem, em dado momento, cada um de per si, supprimir automaticamente a acção propulsora do motor, ou neutralizal-a.

Art. 21 . O motorneiro deve estar constantemente senhor da velocidade de seu vehiculo, devendo diminuir a marcha ou mesmo parar o movimento, todas as vezes que o automóvel possa ser causa de accidentes. A velocidade deverá ser reduzida o mais possível nos pontos da estrada, onde, por qualquer obstáculos, não se possa extender á distancia o raio visual, ou quando atravessar caminhos ou ruas de povoados.

Art. 22. A velocidade commercial mínima para o transporte de mercadorias será de 6 kilometros por hora e a do transporte de viajantes, de 12 kilometros, devendo os automóveis empregados satisfazer a essas condições de serviços.

Art. 23. A approximação dos automóveis deverá ser annunciada á distancia por uma buzina ou trompa.

Art. 24. Os automoveis, rebocando outros vehiculos não poderão circular sem que satisfaçam as exigências do art. 17, e cada vehiculo rebocado será provido do mesmo systema de freios, sufficientemente efficazes, susceptiveis de serem accionados, quer pelo mortoneiro, quer pelo guarda-freio especial.

Art. 25. O motorneiro ao deixar o vehiculo é obrigado a tomar todas as precauções para evitar accidentes e suprimir o ruído do motor.

Art. 26. O trafego será feito com automoveis e vehiculos, cujo numero será fixado nos contractos que forem celebrados, nos termos deste regulamento e, uma vez inaugurado, não poderá ser interrompido.

TARIFAS DE TRANSPORTE E HORARIOS

Art. 27. A empreza gozará do privilegio de fazer os transportes por automóveis na estrada concedida, mas os preços destes serão lixados em tabellas approvadas pelo Governo Federal, não podendo exceder os dos meios ordinarios de conducção no tempo de organização da mesma tabella.

Art. 28. As tarifas, por esta fôrma organizadas, não poderão ser elevadas sem approvação do Governo Federal; serão, porém, revistas, pelo menos, de cinco em cinco annos.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 29. Gozarão de uma redução de 50 % os transportes concedidos pelo Governo Federal:

A's autoridades e força federal, em diligencias ;

A's munições de guerra ;

Aos colonos e immigrants, suas bagagens e instrumentos aratorios;

A's sementes e plantas enviadas pelo Governo Federal;

Aos gêneros enviados pelo mesmo Governo para attender aos soccorros públicos por qualquer calamidade.

Art. 30. As malas do correio, bem como quaesquer sommas de dinheiro, enviadas pelo Thesouro Nacional, serão transportados gratuitamente.

Art. 31. Pelos preços fixados nessa tarifas, a empreza será obrigada a transportar constantemente, com cuidado, exactidão e presteza, as mercadorias, os passageiros, suas bagagens, os animaes domésticos e os valores que lhe forem confiados.

Art. 32. As emprezas submetterão á approvação do Governo os horários dos automóveis de passageiros e a sua lotação maxima em passageiros e bagagens.

Os automóveis de mercadorias serão em numero sufficiente para transportar a tonelagem exigida pelas condições da Estrada.

Os concessionários apresentarão annualmente ao Governo estatísticas completas sobre o movimento de passageiros e mercadorias organizadas de accôrdo com as instrucções do engenheiro fiscal.

PENALIDADES E FISCALIZAÇÃO

Art. 33. Os concessionarios ficarão sujeitos a multa de 200\$ a 1:000\$ impostas pelo Governo Federal, no caso de ser o trafego suspenso por mais de 30 dias consecutivos.

Art. 34 . Si a interrupção do trafego se prolongar por mais de 60 dias, sem motivo justificado, a juizo do Governo Federal, será imposta a pena de caducidade da concessão, revertendo a estrada e todo o material, fixo e rodante, para a União, com indemnização do que o Thesouro Federal houver pago a titulo de subvenção kilometrica.

Art. 35. A fiscalização dos contractos celebrados com emprezas ou particulares, para a construcção e exploração de estradas servidas por automoveis, nos termos deste regulamento, será exercida por engenheiros fiscaes nomeados pelo Governo Federal, sendo aproveitados para esses cargos os fiscaes das estradas de ferro mais próximas.

Art. 36. As emprezas serão obrigadas a observar as disposições do decreto n. 1.930, de 26 de abril de 1857, na parte que fôr applicavel, e bem assim quaesquer outras que forem decretadas para policia e segurança da circulação das estradas servidas por motores aperfeiçoados.

Art. 37. As emprezas ou particulares que tiverem concessões estaduaes para o estabelecimento de transporte por meio de automoveis deverão submetter á approvação do ministro da Viação e Obras Publicas, nos termos deste regulamento, todos os planos da estrada e suas dependências, instruindo a petição em que solicitarem a subvenção do art. 1º com copia authentica do contracto e lei estadual que houver autorizado tal concessão.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 38. O Governo Federal terá direito de exigir das empresas que houverem obtido dos Estados concessões para construções e explorações, additionaes ás contrahidas para com as administrações estaduaes que julgar conveniente, nos termos deste regulamento.

Art. 39. São consideradas nas condições de gozar da subvenção kilometrica de que trata o art. 1º, as entradas que directamente servirem de principal comunicação entre os centros productores, de qualquer Estado e os mercados do littoral ou marginaes aos rios lagoas navegaveis ou de outro Estado, e bem assim as que forem subsidiarias das estradas de ferro em trafego.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1910. - Francisco Sá.

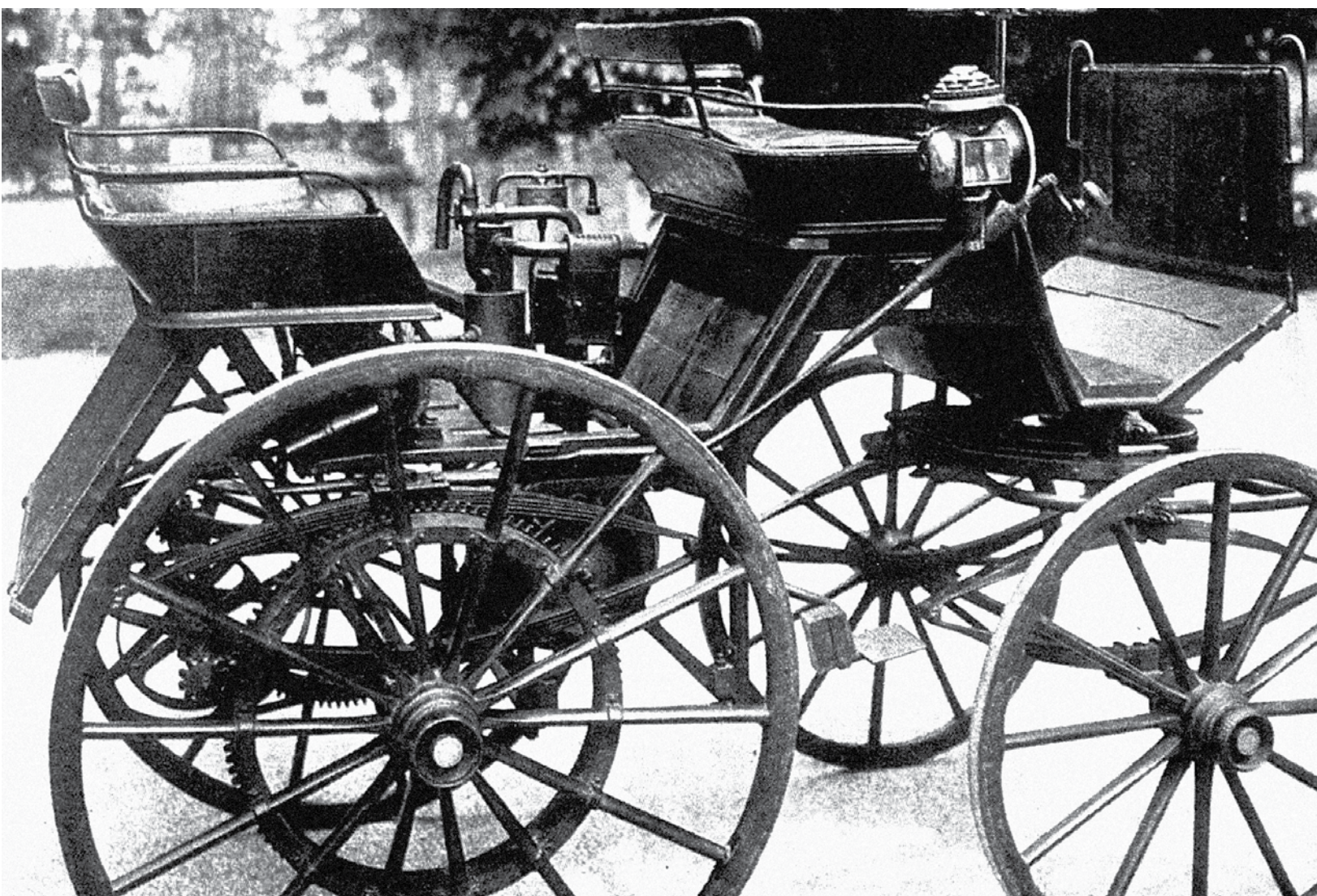
Resoluções editadas
pelo Conselho
Nacional de Trânsito

Contran

1941 - 2009

1941

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
1	29.12.41	Autoriza as autoridades de trânsito a regularem os casos em que deva ser proibida a passagem de ônibus à frente de outro em movimento.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
2	29.12.41	Permite, como exceção única à regra de trânsito, a passagem à frente, pela direita, sempre que o veículo a ser ultrapassado seja um bonde em movimento.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966



100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1942

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
3	05.01.42	Esclarece que a multa por entrar contra a mão de direção nas curvas e cruzamentos deve ser aplicada aos casos em que o motorista faça a curva para a direita ou para a esquerda.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
4	05.01.42	Prorroga o prazo para obrigatoriamente de taxímetros nos veículos de aluguel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
5	05.01.42	Dispõe sobre a substituição das atuais carteiras de motorista e motociclista, expedidas no Distrito Federal e nas capitais dos estados.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
6	02.02.42	Dispõe que as carteiras de habilitação expedidas por outras capitais, porém revalidadas no estado de Pernambuco antes da vigência do CNT podem ser substituídas pela CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
7	02.02.42	Permite o relicenciamento de veículos já em tráfego e cujo sistema de freiagem não se enquadre no que preceitua o art. 52, letra “a” do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
8	27.02.42	Prorroga prazo para a exigência de taxímetro nos veículos de aluguel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
9	23.02.42	Declara que o uso de chapas com iniciais CD, além da placa particular nos automóveis não é autorizada por lei, e que o emplacamento desses veículos é feito no Ministério das Relações Exteriores.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
10	09.03.42	Aprova a divisão do estado do Rio Grande do Sul em 6 (seis) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
11	09.03.42	Resolve que não poderão ser concedidas carteiras estaduais a motoristas amadores que, possuindo licença a título precário para dirigir veículos a frete pelo fato de haverem prestado prova à máquina, não fizeram a prova de nacionalidade brasileira.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
12	09.03.42	Declara que cabe aos Conselhos Regionais de Trânsito resolverem sobre o uso de taxímetros.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
13	09.03.42	Resolve que os veículos automotivos denominados "stations wagons" podem ser emplacados como veículos particulares desde que não conduzam carga.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
14	23.03.42	Declara que as CNH expedidas pelas repartições de trânsito dos estados estão sujeitas apenas aos selos estaduais.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
15	30.03.42	Aprova a divisão do território do estado de Minas Gerais em 47 (quarenta e sete) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
16	30.03.42	Recomenda às repartições das capitais dos estados o início da substituição das atuais carteiras de habilitação.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
17	30.03.42	Resolve que as licenças de veículos automotores devem ser cobradas, em todo o território nacional, tomando-se como base a força desses veículos em cavalos-vapor e não pelo número de cilindros.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
18	04.05.42	Prorroga prazo para a exigência de taxímetro nos veículos de aluguel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
19	04.05.42	Resolve que as assinaturas das autoridades que expedirem a CNH nos respectivos cartões, devem ser sempre precedidas da data da expedição.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
20	16.04.42	Recomenda às autoridades fiscalizadoras do tráfego de veículos automotores que devem ser tornadas sem efeito quaisquer concessões em desacordo com os arts. 85 a 92, e 95 do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
21	18.05.42	Esclarece a expressão “carteira de identidade” constante da letra “a” do art. 103 do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
22	11.05.42	Aprova a divisão do território do estado de Pernambuco em 17 (dezessete) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
23	29.05.42	Aprova, para efeitos administrativos, a divisão do território do estado do Rio Grande do Norte em 2 (duas) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
24	13.04.42	Classifica as “limousines” como veículos de transporte coletivo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
25	16.04.42	Declara que não há proibição legal para o uso de letreiros nos veículos tipo “limousine” que realizam o transporte interestadual de passageiros.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
26	18.05.42	Declara que ao estrangeiro que adquira a nacionalidade brasileira pode ser concedida inscrição para prestar exame de motorista profissional.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
27	29.05.42	Indefere o pedido aos motoristas da Ilha do Governador para isenção da exigência do uso de taxímetros em veículos de aluguel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
28	11.06.42	Declara que só devem ser licenciados simultaneamente por dois municípios os veículos que, dentro dos limites de um deles, circularem exercendo o transporte remunerado.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
29	22.06.42	Autoriza a adoção de uma placa especial de aprendizagem para candidatos a motorista no DF.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
30	06.07.42	Aprova a divisão do estado do Rio de Janeiro em 5 (cinco) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
31	06.07.42	Aprova a divisão do estado de São Paulo em 14 (quatorze) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
32	27.07.42	Dispõe que as placas de identificação dos veículos automotores deverão ser mantidas até o fim do prazo de validade da respectiva licença.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
33	27.07.42	Nega provimento a recurso interposto.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
34	27.07.42	Dispõe sobre a aplicação da penalidade estabelecida no Decreto-Lei nº 3688/41 a quem dirigir veículos sem estar habilitado.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
35	27.07.42	Dispõe sobre validade no DF das CNH expedidas pelas repartições de trânsito dos estados.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
36	03.08.42	Aprova a divisão do estado do Piauí em 03 (três) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
37	03.08.42	Estabelece que as CNH, para motoristas e motociclistas só poderão ser expedidas pelas repartições de trânsito das capitais e do DF.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
38	03.08.42	Dispõe sobre a transferência de habilitação.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
39	17.08.42	Considera como abandonados os veículos de aluguel, de passageiros, que forem encontrados na via publica sem o respectivo motorista e com a bandeira do taxímetro arriada.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
40	17.08.42	Resolve que os veículos automotores do tipo caminhonete rural, destinados ao transporte de passageiros, podem ser licenciados como veículos de carga e de uso particular, sendo permitido somente o transporte de pequenos volumes.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
41	14.09.42	Aprova a divisão do estado do Espírito Santo em 07 (sete) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
42	14.09.42	Aprova, somente para efeitos administrativos, a divisão do estado do Paraná em 12 (doze) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
43	14.09.42	Resolve que sejam retirados de circulação os veículos de passageiros a frete, e cassada a carteira do respectivo motorista.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
44	14.09.42	Dispõe que sejam cassados os documentos de habilitação de motoristas que se neguem a auxiliar as autoridades policiais em diligências, quando solicitados.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
45	23.09.42	Proíbe no Distrito Federal, o tráfego de caminhonetes de passageiros, aos domingos e feriados, e nos dias úteis, a partir das 20 horas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
46	05.10.42	Resolve que os veículos de passageiros conhecidos pelas denominações de caminhonetes, “station-wagons” jardineiras ou microônibus, uma vez licenciados para uso particular, estão compreendidos na proibição de tráfego a que se refere a exposição de motivos nº 4.431 do Conselho Nacional do Petróleo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
47	05.10.42	Estabelece preferência de trânsito aos veículos das forças armadas, que conduzirem autoridade, ou força militar para atender a urgente necessidade de segurança pública.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
48	12.10.42	Estabelece a apreensão de veículos transferidos para a categoria de aluguel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
49	15.10.42	Aprova a divisão do estado da Paraíba em 06 (seis) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1943

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
50	01.02.43	Aprova a divisão do estado de Goiás em 21 (vinte e um) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 365/64
51	08.02.43	Aprova a divisão do estado do Pará 07 (sete) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
52	08.02.43	Aprova a divisão do estado do Ceará em 06 (seis) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
53	04.01.43	Estabelece que a junta médica da Delegacia de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, de caráter itinerante, pode examinar os candidatos a motoristas e motoristas, e dá outras providências.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
54	22.02.43	Aprova a divisão do estado de Santa Catarina em 05 (cinco) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
55	15.03.43	Resolve que nenhum auto de passeio, a frete, poderá permanecer em outro município que não o pelo qual foi licenciado, por prazo superior a 48 horas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
56	29.03.43	Nega provimento ao recurso interposto.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
57	19.04.43	Aprova a divisão do estado da Baía em 03 (três) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
58	26.04.43	Determina a aplicação da sanção do art. 129, item II, e do art. 131 do CNT, ou ambas, depois de apurada a responsabilidade do proprietário.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
59	23.08.43	Considera autoridades competentes, o diretor do DNER, os diretores dos Departamentos de Concessões ou repartições equivalentes federais, estaduais ou municipais, bem como inspetores, diretores, ou seus correspondentes do tráfego ou de trânsito, no que lhes for aplicável, em face do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
60	08.09.43	Resolve que entre as 17 e 20 horas todos os táxis que estiverem no centro da cidade serão considerados autos lotação, entre outras.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
61	12.11.43	Prorrogar os prazos estabelecidos no item I, alíneas a, b e c do art. 148 do Decreto-Lei nº 3.651, de 25 de setembro de 1941.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
62	29.11.43	Permite aos motoristas habilitados como amadores a condução de veículos automotores particulares, quando dos tipos vulgarmente conhecidos por “limousine”, “double-phaeton”, “sedan”, “barata” ou assemelhados.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
63	20.12.43	Determina a apreensão das carteiras de motorista ou motociclista que não houverem sido substituídas na forma do art. 141 do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1944

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
64	03.01.44	Autoriza inscrição de motoristas amadores para o fim de se habilitarem na categoria de profissional.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
65	02.03.44	Dispõe sobre o prazo para os motoristas profissionais que não requereram substituição de suas antigas CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

100 anos



1945

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
66	15.01.45	Estabelece as características das placas de identificação dos veículos dos territórios federais de Rio Branco, Amapá, Guaporé, Ponta Porá, Iguaçu e Acre.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
67	22.01.45	Autoriza a 13ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede em Santos, a emitir carteira nacional de habilitação.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
68	05.02.45	Autoriza as repartições reguladoras do trânsito de veículos do Distrito Federal e dos estados e territórios a conceder permissão especial a motoristas amadores para conduzirem automóveis de carga.	Revogada pela Resolução nº 71/45
69	23.04.45	Aprova a constituição de uma circunscrição de trânsito para o estado de Alagoas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
70	23.04.45	Aprova a divisão do estado de Mato Grosso em 3 (três) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
71	27.08.45	Revoga a Resolução nº 68/45.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1946

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
72	01.02.46	Autoriza a 13ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede no município de Juiz de Fora, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
73	20.05.46	Aprova nova divisão territorial do estado de Minas Gerais em 40 (quarenta) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
74	02.07.46	Autoriza a 13ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede no município Leopoldina, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
75	27.06.46	Dispõe sobre a revalidação das CNH fornecidas pela circunscrição de trânsito de Santos, anteriormente a 22 de janeiro de 1945.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
76	07.10.46	Resolve que o registro das carteiras expedidas nos estados seja feito mediante apresentação de folha corrida ou atestado de bons antecedentes.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
77	10.10.46	Modifica a Resolução nº 66/45.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1947

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
78	08.04.47	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
79	25.04.47	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
80	02.06.47	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame médico, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
81	09.06.47	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
82	15.09.47	Indefere o pedido de submissão à prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
83	08.10.47	Permite o uso da placa “experiência” em carros reboque.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
84	04.11.47	Indefere o pedido administrativo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
85	04.11.47	Resolve que não se fixe um índice de altura mínima para os automobilistas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1948

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
86	27.01.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
87	27.01.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
88	08.03.48	Indefere o requerimento.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
89	22.03.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
90	22.03.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
91	08.04.48	Aprova a nova divisão territorial do estado de Minas Gerais em 70 (setenta) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
92	11.05.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame, seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
93	02.06.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a provas periciais práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
94	30.07.48	Autoriza a 1ª, 2ª e 3ª Circunscrições de Trânsito do estado de Rio de Janeiro, a emitir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
95	06.08.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
96	06.08.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
97	06.08.48	Permite que candidato a motorista seja submetida a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
98	06.08.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
99	06.07.48	Permite que candidato a motorista seja submetida a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
100	06.08.48	NÃO ENCONTRADA	
101	06.08.48	Defere pedido administrativo de substituição da CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
102	06.08.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
103	06.08.48	Define o prazo para cumprimento da exigência contida na alínea "a" do art. 66 do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
104	06.08.48	Autoriza a 22ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Varginha, a emitir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
105	13.08.48	Mantém Portaria nº 13/1948 que aplica penalidade a motorista infrator.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
106	13.08.48	Indefere pedido no sentido de que os carros tanques de gasolina, reabastecedores de aeronaves, sejam pintados com a cor vermelha.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
107	19.08.48	Permite candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
108	20.08.48	Aprova o ato do Conselho Regional de Trânsito da Bahia relativo à Portaria nº 49/48, do DER/BA, pela qual foi autorizado o transporte de passageiros em caminhões.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
109	20.08.48	Declara que às autoridades municipais de Frutal/MG e Barretos/SP, cabe a jurisdição sobre os trechos existentes em cada um dos municípios.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
110	20.08.48	Mantém ato da Delegacia de Trânsito de Santos, em virtude da apreensão da carteira de motorista amador.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
111	25.09.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
112	25.09.48	Declara que cabe ao Conselho Regional de Trânsito da Paraíba, apreciar recurso relativo a ato de autoridade estadual de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
113	25.09.48	Esclarece sobre a indicação dos representantes de Sindicatos de Veículos Rodoviários nos Conselhos Regionais de Trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
114	24.09.48	Nega provimento ao recurso de candidato à motorista profissional, no sentido de ser submetido à prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
115	24.09.48	Declara que a Lei estadual nº 186/1947 vigorará nos limites do estado do Rio Grande do Sul.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
116	05.11.48	Autoriza a 11ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede no município de Sete Lagoas, a emitir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
117	20.11.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
118	20.11.48	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
119	20.11.48	Permite o uso de setas ilumináveis do tipo empregado como equipamento normal dos veículos pesados de fabricação moderna.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
120	20.11.48	Indefere o requerimento de novo exame médico para o fim de obtenção de CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
121	02.12.48	Dispõe sobre autorização do uso de capas de proteção da CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1949

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
122	08.01.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
123	08.01.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
124	14.01.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
125	14.01.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
126	02.02.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
127	02.02.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
128	12.03.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
129	12.03.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
130	12.03.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
131	12.03.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
132	06.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
133	06.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
134	06.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
135	06.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
136	06.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
137	06.05.49	Autoriza a 70ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede no município de Uberlândia, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
138	13.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
139	21.07.49	Dispõe sobre a realização da convenção em Belo Horizonte/MG.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
140	20.05.49	Recomenda aos Conselhos Regionais de Trânsito nos estados sobre o mérito do disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 9.545/46.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
141	20.05.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
142	21.05.49	Declara que a Delegacia Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool do estado de São Paulo, cabem as regalias de que trata o art. 90 do Decreto-Lei nº 3.651/41.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
143	24.06.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
144	24.06.49	Recomenda às autoridades de trânsito do estado de São Paulo a observância das determinações contidas na Resolução nº 13/42.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
145		A Resolução nº 145/49 foi tornada sem efeito, embora conservado o número.	
146	24.06.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
147	24.06.49	Indefere o requerimento de permissão para exercer a profissão de motorista.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
148	24.06.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
149		NÃO ENCONTRADA	
150	29.07.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
151	12.08.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
152	12.08.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
153	12.08.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
154	12.08.49	Autoriza a 4ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Nova Friburgo, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
155	25.08.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
156	08.10.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
157	08.10.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
158	08.10.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
159	08.10.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
160		NÃO ENCONTRADA	
161	10.10.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
162	10.10.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
163	10.10.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
164	10.10.49	Indefere o requerimento para submissão de prova pericial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
165		Foi tomado o número para a Resolução nº 165/49, porém, não foi datilografada.	
166	12.11.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
167	12.11.49	Autoriza a 38ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Montes Claros, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
168	12.11.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
169	11.11.49	Indefere o requerimento para obtenção de CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
170	11.11.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
171	18.11.49	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1950

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
172	02.02.50	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
173	02.02.50	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
174	02.02.50	Permite que candidato a motorista seja submetido a novo exame seguido de perícias e provas práticas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
175	02.02.50	Responde consulta formulada sobre impedimento de motorista amador dirigir camionete-caçamba.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
176	14.04.50	Autoriza o diretor do serviço de trânsito a despachar diretamente, na qualidade de presidente deste órgão, os pedidos para prestação de exames periciais.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
177	14.04.50	Estabelece regras para transformação de CNH da categoria profissional para a categoria amador.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
178	14.04.50	Fixa nova divisão territorial de São Paulo em 20 (vinte) Circunscrições de Trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
179	14.04.50	Dispõe sobre o uso da placa de experiência para motocicletas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
180	28.04.50	Autoriza a 5ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Nova Iguaçu, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
181	02.06.50	Dispõe sobre o uso em veículos pertencentes a membros da Magistratura, das placas de identificação, suas dimensões e características.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
182	23.09.50	Fixa nova divisão territorial do estado de São Paulo em 22 (vinte e duas) circunscrições.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
183	12.10.50	Permite que candidato se submeta a exame para motorista profissional.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
184	12.10.50	Autoriza a 53ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Guaxupé, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
185	12.10.50	Autoriza a 15ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Teófilo Otoni, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
186	27.04.51	Declara que os veículos automotores conhecidos como caminhonetes rurais, de carroceria aberta ou fechada e veículos semelhantes podem ser emplacados como veículos particulares e ser dirigidos por motoristas amadores.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
187	15.12.50	Permite que os serventuários, do Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria Geral da Viação e Obras da Prefeitura do DF, sejam admitidos a exame para a obtenção de carteira de habilitação de carroceiro e cocheiro ainda que analfabetos.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
188	01.12.50	Declara que a veículos procedentes de outro país é permitida a circulação temporária no Brasil pelo prazo de um ano a contar da entrada no território nacional.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
189	16.12.50	Dispensa a CNH para condução de veículos hipomoveis na Ilha de Paquetá.	Insubsistente pela Resolução nº 251/53

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
190	16.02.51	Dispõe sobre o licenciamento de ônibus com chassi superior a 10 metros.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
191	09.03.51	Homologa as Resoluções nº 7 e 8, de março e junho de 1950, do Conselho Regional de Trânsito do estado de São Paulo que autoriza a emissão de CNH, para as circunscrições de trânsito de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio de Preto, Bauru, Presidente Prudente, Itapetininga, Taubaté, Sorocaba, Marília e Araçatuba.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
192	12.04.51	Declara ser da mais alta conveniência a adesão do Brasil ao protocolo da Convenção de Genebra.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
193	20.07.51	Homologa a Resolução nº 10/50, do Conselho Regional de Trânsito do estado de São Paulo, que autoriza a emissão de CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
194	04.05.51	Recomenda às autoridades licenciadoras de veículos automotores a inclusão obrigatória de velocímetro como equipamento normal.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
195	24.08.51	Autoriza as 3ª, 9ª, 13ª e 22ª Circunscrições de Trânsito do estado de São Paulo, com sede nas cidades de Assis, Guaratinguetá, Piracicaba e Ourinhos, a expedirem CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
196	23.08.51	Autoriza a 24ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Jundiaí, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
197	31.08.51	Autoriza a 24ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Ponte Nova, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
198	13.09.51	Esclarece a preferência absoluta dos carros socorros de incêndio, de polícia e ambulância quando em serviço de urgência e aos veículos que conduzir o Presidente da República, chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
199	20.09.51	Declara que a exclusão dos bi e triciclos providos de um motor auxiliar térmico de uma cilindrada máxima de 50 cm ³ , da categoria de veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 341/59
200	27.09.51	Autoriza a 2ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Araraquara, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
201	27.09.51	Autoriza a 13ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Piracicaba, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
202	27.09.51	Autoriza a 21ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Franca, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
203	11.10.51	Propõe a modificação da Portaria nº 80/51 do Departamento de Renda de Licenças da Prefeitura do DF.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
204	24.11.51	Autoriza a 59ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Pouzo Alegre, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
205	24.11.51	Autoriza a 25ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Bragança Paulista, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
206	24.11.51	Autoriza a Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de São Carlos, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
207	24.11.51	Autoriza a Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Dracena, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
208	24.11.51	Autoriza a 56ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Lavras, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
209	30.11.51	Autoriza a 27ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Tupã, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
210	21.12.51	Autoriza a criação da Circunscrição de Trânsito, com sede em Itapira no estado de São Paulo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
211	21.12.51	Autoriza a criação da Circunscrição de Trânsito, com sede em Santa Cruz do Rio Pardo no estado de São Paulo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1952

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
212	14.02.52	Autoriza a 54ª Circunscrição de Trânsito, com sede em Itajubá, Minas Gerais, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
213	18.04.52	Autoriza o Itamaraty a fornecer aos automóveis pertencentes aos membros do Corpo Diplomático estrangeiro e chapas de licenciamento com as cores que especifica.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
214	08.05.52	Autoriza a criação da Circunscrição de Trânsito, com sede em Getulina no estado de São Paulo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
215	08.05.52	Autoriza a criação da Circunscrição de Trânsito, com sede em Promissão no estado de São Paulo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
216	08.05.52	Autoriza a criação da Circunscrição de Trânsito, com sede em Mogi das Cruzes no estado de São Paulo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
217	08.07.52	Equipara os veículos automotores mistos aos de passeio, desde que o espaço destinado a carga não exceda de 75% do espaço útil total e que a carga máxima admissível não exceda a 1.000 (mil) quilos.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
218	05.08.52	Concede permissão para dirigir carro particular de passeio.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
219	26.08.52	Autoriza a 4ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Barretos, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966



100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
220	26.08.52	Aprova a Resolução do Conselho Regional de Trânsito do estado de Pernambuco, que autorizou a Delegacia de Trânsito desse estado a licenciar ônibus de fabricação Renault.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
221	26.08.52	Autoriza a 41ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Lins, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
222	02.09.52	Adita a Resolução nº 53/43, que baixou normas sobre a aparelhagem mínima exigível para exame médico.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
223	02.09.52	Autoriza a 32ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Itapira, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
224	02.09.52	Autoriza a 31ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Itapeva, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
225	02.09.52	Autoriza a 42ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Santo Anastácio, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
226	02.09.52	Autoriza a 36ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Rio Claro, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
227	02.09.52	Autoriza a 34ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Araras, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
228	02.09.52	Autoriza a 29ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Votuporanga, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
229	02.09.52	Autoriza a 40ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Itu, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
230		NÃO ENCONTRADA	
231	25.09.52	Autoriza a 35ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Limeira, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
232	30.10.52	Concede permissão a Ford Motor Company, Exports, Inc. para emplacar suas caminhonetes-oficinas volantes, com chapa particular.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
233	19.12.52	Autoriza a 33ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
234	19.12.52	Autoriza a 49ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de José Bonifácio, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
235	19.12.52	Autoriza a 46ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Pirajui, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
236	19.12.52	Autoriza a 43ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Avaré, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
237	19.12.52	Autoriza a 45ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Amparo, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
238	19.12.52	Autoriza a 51ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Franco da Rocha, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
239	19.12.52	Autoriza a 44ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Olimpia, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
240	19.12.52	Autoriza a 11ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Jaú, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
241	19.12.52	Autoriza a 8ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Casa Branca, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
242	19.12.52	Autoriza a 47ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Birigui, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
243	19.12.52	Autoriza a 48ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Garça, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
244	19.12.52	Autoriza a 53ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Andradina, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
245	19.12.52	Autoriza a 52ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Lucélia, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
246	19.12.52	Autoriza a 50ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Catanduva, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
247	19.12.52	Autoriza a 55ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Taquaritinga, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
248	19.12.52	Autoriza a 54ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Registro, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
249	19.12.52	Autoriza a 38ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Jaboticabal, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
250	19.12.52	Prorroga pelo prazo de 1 (um) ano a aplicação das determinações contidas na Resolução nº 222/52.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
251	30.01.53	Considera insubsistente a Resolução nº 189/50.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
252	11.03.53	Autoriza a 6ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Botucatu, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
253	11.03.53	Autoriza a 56ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Ibitinga, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
254	11.03.53	Autoriza a 59ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Santa Amelia, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
255	11.03.53	Autoriza a 58ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Novo Horizonte, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
256	11.03.53	Autoriza a 57ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
257	18.03.53	Autoriza a A. Distribuidora Vemag S. A., a proceder a montagem e fabricação de veículos tipo "auto-lotação" e "micro-ônibus".	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
258	27.03.53	Autoriza a 61ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Itatiba, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
259	26.03.53	Autoriza a 60ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de São João da Boa Vista, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
260	17.04.53	Autoriza a 62ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Rancharia, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
261	24.04.53	Atribui às autoridades concedentes do serviço de transporte coletivo a faculdade de permitirem o emprego de pneumáticos Michelin Metalic em veículos pesados.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
262	10.12.53	Determina que nos casos de substituição de carteiras estaduais de habilitação pela carteira nacional de motorista e motociclista deverão ser renovadas as formalidades para habilitação inicial.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
263	17.12.53	Prorroga pelo prazo de 1 (um) ano a aplicação das determinações contidas na Resolução nº 222/52.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
264	15.01.54	Autoriza a 61ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de São João Del-Rei, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
265	Fevereiro	Homologa a Resolução nº 01/53 do Conselho Regional de Trânsito do Rio de Janeiro que fixou a nova divisão territorial do mencionado estado em 9 (nove) circunscrições de trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
266	18.02.54	Recomenda ao Conselho Regional de Trânsito de Pernambuco reexaminar a Resolução nº 5/53 do mesmo.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
267	22.02.54	Homologa as Resoluções nº 30 a 43/53 do Conselho Regional de Trânsito de São Paulo que criam 13 Circunscrições de Trânsito.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
268	22.02.54	Autoriza a 63ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Mococa, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
269	22.02.54	Autoriza a 72ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Capão Bonito, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
270	22.02.54	Autoriza a 73ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
271	22.02.54	Autoriza a 65ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Presidente Venceslau, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1954

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
272	22.02.54	Autoriza a 70ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de São Pedro, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
273	22.02.54	Autoriza a 68ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Adamantina, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
274	22.02.54	Autoriza a 74ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de São Simão, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
275	22.02.54	Autoriza a 69ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Guararapes, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
276	22.02.54	Autoriza a 66ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Igarapava, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
277	22.02.54	Autoriza a 75ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Pacaembu, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
278	22.02.54	Autoriza a 71ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de São Caetano do Sul, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
279	22.02.54	Autoriza a 64ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Mogi-Mirim, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
280	22.02.54	Autoriza a 67ª Circunscrição de Trânsito do estado de São Paulo, com sede na cidade de Pinhal, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
281	12.03.54	Autoriza a 1ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Niterói, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
282	12.03.54	Autoriza a 2ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Petrópolis, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
283	12.03.54	Autoriza a 3ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Campos, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
284	12.03.54	Autoriza a 4ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Barra do Piraí, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
285	12.03.54	Autoriza a 5ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Nova Friburgo, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
286	12.03.54	Autoriza a 6ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Nova Iguaçu, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
287	12.03.54	Autoriza a 7ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Araruama, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
288	12.03.54	Autoriza a 8ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Itaperuna, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
289	12.03.54	Autoriza a 9ª Circunscrição de Trânsito do estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Barra Mansa, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
290	09.07.54	Determina o arquivamento das solicitações feitas ao CONTRAN quanto à autorização da expedição de CNH pelas prefeituras municipais.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
291	26.08.54	Homologa a Resolução nº 02/54 do Conselho Regional do estado de São Paulo criando a 77ª Circunscrição de Trânsito, com sede na cidade de São José dos Campos/SP, e autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
292	11.10.54	Homologa a Resolução nº 04/54 do Conselho Regional do estado de São Paulo criando a 79ª Circunscrição de Trânsito, com sede na cidade de Lorena/SP, e autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
293	11.10.54	Declara que os veículos automotores utilizados como transporte de indústria e que trafegarem exclusivamente nos limites de terras particulares, não estão sujeitos a licenciamento.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
294	21.10.54	Homologa a Resolução nº 06/54 do Conselho Regional do estado de São Paulo criando a 81ª Circunscrição de Trânsito, com sede na cidade de Osvaldo Cruz/SP, e autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
295	04.11.54	Homologa a Resolução nº 05/54 do Conselho Regional do estado de São Paulo criando a 80ª Circunscrição de Trânsito, com sede na cidade de Serra Negra/SP, e autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
296	17.11.54	Declara que os veículos com a placa “experiência” só poderão trafegar dentro dos limites do município que a expediu.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
297	18.11.54	Autoriza como alternativa, a fixação elevada do peitoril das janelas dos veículos.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1955

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
298	21.01.55	Prorroga pelo prazo de 6 (seis) meses a aplicação das determinações contidas na Resolução nº 222/52.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
299	16.06.55	Proíbe a circulação de carros de agentes consulares com as chapas CC ou CD.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
300	28.07.55	Prorroga pelo prazo de 6 (seis) meses a aplicação das determinações contidas na Resolução nº 222/52.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
301	05.08.55	Solicita a remessa da relação dos veículos que praticaram infrações.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
302	30.09.55	Autoriza o Departamento de Segurança Pública do Território Federal do Acre, sediado na cidade de Rio Branco, a emitir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
303	27.10.55	Nega provimento ao recurso interposto.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
304	28.10.55	Recomenda ao Conselho Regional de Trânsito do estado da Bahia o reexame dos termos de Resolução.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
305	16.12.55	Homologa a Resolução nº 44/54 do Conselho Regional do estado de São Paulo, criando a 74ª Circunscrição de Trânsito com sede na cidade de Cajuru/SP, autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
306	16.12.55	Homologa a Resolução nº 03/54 do Conselho Regional do estado de São Paulo, criando a 78ª Circunscrição de Trânsito com sede na cidade de Campos do Jordão/SP, autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1956

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
307	12.01.56	Estende aos carros oficiais da mesa da Câmara do Distrito Federal a permissão do uso das placas de licenciamento iguais às usadas pelo prefeito do DF.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
308	19.01.56	Autoriza a 27ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Ubá, a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
309	10.03.56	Dispõe sobre o fornecimento da carteira nacional de habilitação aos oficiais das corporações militares.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
310	05.04.56	Declara ao candidato a motorista com condenação anterior e que já houver cumprido a pena imposta pela justiça poderá habilitar-se como motorista amador.	Não foi publicada
311	19.04.56	Homologa a Resolução nº 52/56 do Conselho Regional do estado de São Paulo criando a 82ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Penápolis/SP, e autorizando a mesma a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
312	24.05.56	Permite aos pleiteantes, ainda que analfabetos, seja admitida a inscrição para a obtenção de carteira de habilitação de carroceiro e cocheiro de veículo hipomovel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
313	03.05.56	Define as expressões “parar”, “estacionar” e “abandonar”.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
314	24.05.56	Dispõe sobre os procedimentos nos casos de mudança de categoria de motorista.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
315	19.06.56	Determina que os veículos de coloração vermelha, já licenciados, sejam compelidos a atender a proporção estabelecida.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
316	06.07.56	Recomenda o controle do transporte rodoviário de migrantes, por meio de auto caminhões.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
317	26.10.56	Homologa a Resolução nº 53/56 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 83ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Bebedouro/SP e autorizar a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
318	26.10.56	Homologa a Resolução nº 54/56 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 84ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Pereira Barreto/SP e autorizar a expedir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
319	26.10.56	Autoriza a 40ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais, com sede em Divinópolis, a emitir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1957

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
320	08.06.57	Disciplina o estacionamento ou parada de veículos à frente de edifícios que possua diversas entradas, com o meio fio rampado.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
321	05.01.57	Permite aos pleiteantes, ainda que analfabetos, seja admitida a inscrição para a obtenção de carteira de habilitação de carroceiro e cocheiro de veículo hipomovel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
322	05.01.57	Fixa valor da multa aplicada em desacordo com o art. 123 do CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
323	30.03.57	Define faróis de luz intensa, sinaleiras e faróis de luz branca.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
324	17.10.57	Autoriza a retirada de veículos das vias públicas quando estacionados em lugar proibido devidamente sinalizado.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
325	26.09.57	Permite, mediante anotação na CNH, o uso de lentes de contato aos candidatos a motoristas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
326	26.09.57	Homologa a Resolução nº 58/57 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 87ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Martinópolis.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
327	17.10.57	Homologa a Resolução nº 56/56 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 85ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Fernandópolis.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966



100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
328	17.10.57	Homologa a Resolução nº 59/57 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 88ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Tanabi.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
329	Dezembro	Declara ser da competência do Diretor de Serviço de Trânsito, do Departamento Federal de Segurança Pública, autorizar o serviço de lotação pelos automóveis táxis.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1957

1958

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
330	10.04.58	Autoriza a 12ª Circunscrição de Trânsito do estado de Minas Gerais a emitir CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
331	03.03.58	Esclarece a regra para circulação de veículo estabelecida no CNT.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
332	10.04.58	Homologa a Resolução nº 61/57 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 90ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de São Manuel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
333	19.05.58	Homologa a Resolução nº 60/57 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 89ª Circunscrição de Trânsito com sede no município de Pompeia.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
334	19.07.58	Homologa o desmembramento do município de Pirangi da 50ª Circunscrição de Trânsito de Catanduva/SP.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
335	06.08.58	Homologa a Resolução nº 57/57 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 86ª Circunscrição de Trânsito de Orlândia.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
336	09.08.58	Permite candidatos, ainda que analfabetos, sejam admitidos a inscrição para obtenção de carteira de habilitação de cocheiro e carroceiro de veículo hipomovel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
337	07.08.58	Estabelece para as placas de identificação dos veículos do território federal de Rondônia determinadas características.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
338	20.08.58	Dispõe sobre os documentos considerados como prova de identidade para inscrição ao exame de motorista.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
339	02.10.58	Defere o requerimento de autorização para submeter-se à prova prática a fim de ser verificada a possibilidade de dirigir veículo automotor.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1958

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1959

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
340	16.01.59	Homologa a Resolução nº 63/58 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 91ª Circunscrição de Trânsito de Piraju.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
341	23.04.59	Define como veículos automotores aqueles que sejam providos de motores de autopropulsão, de duas ou três rodas, de qualquer cilindrada, sem exceção.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
342	24.08.59	Recomenda o não licenciamento ou emplacamento para o serviço de praça (táxi ou não) de veículos providos apenas de duas portas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
343	30.11.59	Homologa a Resolução nº 64/59 do Conselho Regional do estado de São Paulo que cria a 92ª Circunscrição de Trânsito de Batatais.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
344	30.11.59	Dispõe sobre a exclusão dos ciclomotores até 50 cm³ de cilindradas da Resolução nº 341/59.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
345	17.12.59	Permite o licenciamento dos veículos do tipo “Kombi” como carros de aluguel.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1959

1960

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
346	22.01.60	Informa que aos candidatos à CNH, para a categoria de profissional, deve ser exigida a prova da qualidade de eleitor.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
347	11.04.60	Autoriza a divisão de trânsito do Departamento Regional de Polícia de Brasília a expedir provisoriamente CNH.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
348	05.09.60	Estabelece as características das placas dos veículos automotores no estado da Guanabara.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Arquivo público do Distrito Federal, 1960



1961

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
349	16.02.61	Declara sem valor o documento de habilitação provisória para a direção de veículos automotores.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
350	04.03.61	Aprova os modelos de placas de "Parada de Lotação" e de "Parada de ônibus".	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
351	03.08.61	Dispõe sobre a solicitação dos médicos do Rio de Janeiro no sentido de obter um distintivo especial para automóveis.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Arquivo público do Distrito Federal, 1958



1962

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
352	31.01.62	Homologa a Resolução nº 01/61 do Conselho Regional de Trânsito do estado do Rio de Janeiro que cria a 10ª CIRETRAN com sede na cidade de Duque de Caxias.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
353	09.02.62	Estabelece instruções no sentido de dar uniformidade ao exame de Habilitação a motoristas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
354	21.02.62	Dispõe sobre o uso de veículos considerados como carros de aluguel e auto lotação.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
355	13.09.62	Dispõe sobre a solicitação de prorrogação de prazo para a validade de exame médico dos candidatos a motorista.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966



1963

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
356	16.05.63	Determina o cumprimento do disposto no Decreto nº 20.205/31, que trata dos veículos do Corpo Consular de outros países.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
357	23.07.63	Estabelece que o motorista na Categoria Amador, estrangeiro, que solicitar autorização para dirigir automóveis ou motocicletas, poderá obter sua CNH mediante processo regular.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
358	16.05.63	Regulamenta a identificação dos veículos sem placa, instituindo em todo território nacional a licença especial de pára-brisa.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
359	16.05.63	Define que para fins de registro e emplacamento em Brasília-DF, a classificação das séries dos veículos.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
360	27.06.63	Permite que o motorista da categoria de amador, estrangeiro, diplomata ou credenciado junto às Embaixadas e ao Ministério das Relações Exteriores, com permanência máxima no país pelo prazo de 24 meses, possa dirigir veículos automotores de uso particular.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
361	24.06.63	Autoriza o Itamaraty a fornecer aos automóveis pertencentes aos membros do Corpo Diplomático estrangeiro, chapas de licenciamento.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966



Arquivo público do Distrito Federal, 1958

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
362	23.07.63	Permite que os candidatos a motorista amador, motociclista amador e carroceiro profissional, portadores de lesão orgânica que impossibilite o uso da fala (MUDO), preste exame de habilitação.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
363	31.10.63	Permite às repartições de trânsito das Unidades da Federação reduzirem para o tamanho 6,5 cm X 9,5 cm, a Carteira Nacional de Habilitação.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

1964

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
364	30.01.64	Permite que seja reconhecida como prova de saúde, para efeito de expedição da carteira nacional de habilitação a ficha médica expedida pelo Ministério da Aeronáutica.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
365	29.09.64	Revoga a Resolução nº 50, de 01 de fevereiro de 1943, que aprovou a divisão de estado de Goiás em 21 Circunscrições de Trânsito, e dá outras providências.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

Arquivo público do Distrito Federal, 1957-1960



1965

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
366	11.05.65	Altera a letra “c” da Resolução nº 354/62, que dispõe sobre o licenciamento, emplacamento e registro dos veículos “sedan de 2 ou 4 portas Volkswagem, Renault Dauphine e DKW-Vemag.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
367	26.07.65	Dá nova redação às Resoluções 354/62 e 366/65 (autoriza o licenciamento dos carros “Sedan” de duas rodas ou quatro portas como carro de aluguel), e dá outras providências.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
368	17.08.65	Homologa a criação da 69ª Circunscrição de Trânsito com sede em Uberaba, estado de Minas Gerais.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
369	15.09.65	Proíbe em todo território nacional a acumulação de “CNH”, e dá outras providências.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1966

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
370	junho	Homologa a Resolução nº 66/66 do CRT de São Paulo, que transfere o Município de Cosmópolis da 35ª Circunscrição de Trânsito, com sede em Limeira, Estado de São Paulo, para a Jurisdição da 7ª Circunscrição de Trânsito, com sede em Campinas.	Revogada pela Lei nº 5.108/1966
371	07.07.66	Aprova “instruções” relativas à Semana Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 420/69
372	21.11.66	Estabelece equipamentos de uso obrigatório em veículos.	Sem eficácia
373	21.11.66	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, em todo o Território de São Paulo, e dá outras providências.	Revogada
374	21.11.66	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, em todo o Território nacional, exceto o Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Revogada
375	21.11.66	Trata de expedição da CNH.	Sem eficácia
376	02.12.66	Autoriza o Touring Club do Brasil e o Automóvel Club do Brasil, a expedir os documentos que especifica.	Sem eficácia
377	02.12.66	Fixa normas para o licenciamento e emplacamento dos veículos no território nacional no exercício de 1967.	Sem eficácia (norma temporária)

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
378	Agosto	Define os “estacionamentos especiais” de que trata o item VIII do art. 14 do CNT.	Revogada pela Resolução nº 439/71
379	Setembro	Dispõe sobre a criação de circunscrições regionais de trânsito nos estados e dá outras providências.	Em vigor
380	28.09.67	Interpreta o § 2º do art. 66, art. 77 e seu parágrafo único, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.	Revogada pela Resolução nº 564/80
381	28.09.67	Dispõe sobre o licenciamento e emplacamento de veículos no exercício de 1968.	Sem eficácia (norma temporária)
382	07.11.67	Resolve promover o IV Congresso Nacional de Trânsito.	Sem eficácia (cumprimento de seu objeto)
383	07.11.67	Resolve alterar a redação do regulamento dos congressos nacionais de trânsito.	Revogada por força do CTB
384	09.10.67	Suspende os efeitos da Portaria 127 do DETRAN-PR, que cassou a CNH de motorista.	Revogada pela Resolução nº 409/68
385	23.11.67	Delega competência ao Diretor-Geral do DNER para indicar presidente da JARI daquele órgão.	Revogada
386	21.12.67	Altera a data de realização do IV Congresso Nacional de Trânsito.	Sem eficácia (cumprimento de seu objeto)

1968

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
387	20.03.68	Especifica condições de uso dos extintores de incêndio pelos veículos automotores, estabelecidas na alínea “I”, combinado com o § 4º do art. 92 do RCNT.	Revogada pela Resolução nº 410/68
388	20.03.68	Dispõe sobre o dispositivo de sinalização refletora de emergência de que trata o Regulamento do Código Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 827/97
389	20.03.68	Dispõe sobre o dispositivo luminoso indicativo de identificação dos veículos de transporte individual de passageiros.	Revogada
390	20.03.68	Regulamenta o funcionamento das escolas de formação de condutor de veículo automotor em todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 504/76
391	16.05.68	Torna obrigatórios a instalação e uso de cintos de segurança nos veículos que circulam pelo território nacional.	Revogada pela Resolução nº 456/72
392	30.05.68	Dispõe sobre a divisão territorial nacional em regiões, para realização de “Reuniões de Trânsito” e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 667/86
393	14.06.68	Altera redação dada a Resolução nº 389/68 do Conselho Nacional de Trânsito.	Em vigor
394	14.06.68	Altera a data para implantação dos documentos que especifica.	Revogada pela Resolução nº 411/68

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
395	14.06.68	Dispõe sobre as datas para início do uso obrigatório dos equipamentos previstos pelo Regulamento do Código Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 479/74
396	25.06.68	Autoriza temporariamente o uso de extintores de incêndio com carga em pó seco.	Revogada pela Resolução nº 410/68
397	25.07.68	Dispõe sobre a autorização para dirigir veículo automotor a menor que tenha 17 anos de idade.	Revogada pela Resolução nº 298/08
398	25.07.68	Dispõe sobre a representação do grupo de categorias profissionais do transporte rodoviário.	Revogada pela Resolução nº 573/81
399	25.07.68	Exige o uso do registrador de velocidade nos veículos de transporte de escolares.	Revogada pela Resolução nº 298/08
400	29.07.68	Dispõe sobre livre trânsito e estacionamento para veículos de prestação de serviços à população.	Revogada pela Resolução nº 679/87
401	31.07.68	Trata da eleição do vice-presidente do Conselho para substituir o presidente durante seu impedimento.	Sem eficácia
402	06.08.68	Dispõe sobre a sinalização complementar de obras nas vias públicas.	Revogada pela Resolução nº 561/80
403	29.08.68	Dispõe sobre o transporte de passageiros, a título precário, nos veículos que especifica.	Revogada pela Resolução nº 427/70
404	11.09.68	Classifica a periculosidade das mercadorias a serem transportadas por veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 298/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
405	11.09.68	Dispõe sobre o uso da placa de “Fabricante”.	Revogada pela Resolução nº 793/94
406	19.09.68	Dispõe sobre a arrecadação de multas decorrentes de infrações verificadas em localidades diferentes das de licenciamento do veículo ou da habilitação do condutor.	Revogada pela Resolução nº 568/80
407	21.11.68	Dispõe sobre as dimensões autorizadas para veículos, com ou sem carga.	Revogada pela Resolução nº 298/08
408	26.11.68	Autoriza a criação e organização de Comissão de Recursos de Infrações de Trânsito junto aos Distritos Rodoviários Federais do DNER e Repartições de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 298/08
409	06.12.68	Revoga a Resolução nº 384/67.	Sem eficácia
410	17.12.68	Fixa os tipos e a capacidade mínima dos extintores de incêndio a que são obrigados a portar os veículos automotores, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
411	26.12.68	Dispõe sobre a implantação dos documentos que especifica.	Revogada pela Resolução nº 298/08

1969

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
412	21.01.69	Autoriza o Touring Club do Brasil a emitir o Certificado Internacional para Automóvel, a Permissão Internacional para Conduzir e a Caderneta de Passagem nas Alfândegas.	Revogada pela Resolução nº 168/04
413	21.01.69	Estabelece a concentração para atestar estado de embriaguez alcoólica.	Revogada pela Resolução nº 476/74
414	30.01.69	Dispõe sobre a exigência de documentos para expedição de “Certificado de Registro de Veículos”.	Revogada pela Resolução nº 422/69
415	23.04.69	Dispõe sobre o transporte remunerado de passageiros.	Revogada pela Resolução nº 514/77
416	15.04.69	Complementa a Resolução nº 410/68, que dispõe sobre o uso de extintor de incêndio nos veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 298/08
417	10.06.69	Tornar sem efeito ato de cassação da CNH.	Sem eficácia (cumprimento de seu objeto)
418	13.06.69	Altera as características do “Certificado de Registro de Veículo”, da “Licença para Aprender a Conduzir Veículo”, “Autorização para Conduzir Veículo”, da “Carteira Nacional de Habilitação” e do “Registro da Carteira Nacional de Habilitação” e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1969

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
419	26.06.69	Fixa a cor da plaqueta dos veículos automotores, para o exercício de 1970.	Sem eficácia
420	31.07.69	Aprova Diretriz para Campanha Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 314/09
421	29.08.69	Dispõe sobre procedimentos para o exame de habilitação para quem obteve autorização com 17 anos .	Revogada pela Resolução nº 564/80
422	02.12.69	Dispõe sobre normas regulamentares relativas a alienação fiduciária em garantia, de veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 124/01

Arquivo público do Distrito Federal, 1972



1970

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
423	15.01.70	Dispõe sobre o modelo de plaqueta de que trata o artigo 9º, inciso 22 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito e autoriza conter a mesma, homenagem ao passado histórico.	Revogada pela Resolução nº 445/71
424	13.02.70	Prorroga o prazo para criação e organização das Comissões de Recursos de Infrações de Trânsito	Sem eficácia
425	17.03.70	Estabelece a Escala RINGELMAN como padrão de medida para fixação dos índices de produção de fumaça pelos veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 510/77
426	14.04.70	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado da Guanabara, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
427	23.04.70	Dispõe sobre o transporte de pessoas em veículo de carga.	Revogada pela Resolução nº 683/87
428	24.04.70	Proíbe o uso de luz intermitente em veículos não constantes do inciso IX do art. 38 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 679/87
429	18.06.70	Trata da cor da plaqueta para o exercício de 1971.	Sem eficácia

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1970

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
430	29.06.70	Modifica o art. 1º da Resolução nº 391/68.	Revogada pela Resolução nº 456/72
431	13.07.70	Aprova a fixação do valor das multas para o Estado de Pernambuco.	Revogada pela Resolução nº 585/81
432	16.07.70	Regula a obrigatoriedade dos exames psicotécnicos em todo o território nacional, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 449/72
433	11.09.70	Fixa os tipos e a capacidade mínima dos extintores de incêndio a que são obrigados a portar os veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 560/80
434	05.11.70	Regula a obrigatoriedade de exame psicotécnico a todas as categorias de condutores de veículos.	Revogada pela Resolução nº 449/72
435	03.12.70	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
436	18.12.70	Prorroga o prazo para a criação das Comissões de Recursos de Infrações de Trânsito.	Sem eficácia
437	30.12.70	Estabelece os modelos de placa para veículos de representação dos Tribunais Federais, dos Governadores e Secretários de Estado, dos Presidentes das Assembléias Legislativas e dos Tribunais Estaduais.	Revogada pela Resolução nº 298/08

1971

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
438	27.01.71	Dispõe sobre expedição de CNH a condutor estrangeiro.	Revogada pela Resolução nº 298/08
439	23.03.71	Dá nova redação à Resolução nº 378/67 que define os estacionamentos especiais de que trata o item VIII do art. 14 do CNT, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 592/82
440	20.04.71	Prorroga o prazo para criação das Comissões de Recursos de Infrações de Trânsito.	Sem eficácia
441	11.05.71	Regulamenta o transporte de carga nas partes externas dos veículos de passageiros e veículos mistos, em todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 469/74
442	20.05.71	Concede efeito suspensivo.	Sem eficácia
443	07.06.71	Susta temporariamente a aplicação do exame psicotécnico.	Revogada pela Resolução nº 447/71
444	25.06.71	Dá nova redação à Resolução nº 391/68, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 430/70, tornando obrigatórios a instalação e uso de cintos de segurança nos veículos que circulam pelo território nacional.	Revogada pela Resolução nº 456/72

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
445	24.06.71	Estabelece as cores da plaqueta de que trata o parágrafo 2º do art. 60 do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 21.9.66, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
446	04.10.71	Define as características dos veículos automotores e fixa critérios a serem adotados por ocasião da sua vistoria.	Revogada pela Resolução nº 298/08
447	14.10.71	Susta temporariamente a aplicação do exame psicotécnico.	Revogada pela Resolução nº 449/72
448	14.10.71	Dispõe sobre os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos em todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 35/98



1972

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
449	17.02.72	Estabelece normas para a aprendizagem e para o exame de habilitação do condutor de veículo automotor.	Revogada pela Resolução nº 504/76
450	29.02.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Ceará e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
451	09.03.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
452	14.03.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado da Bahia e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 585/81
453	28.03.72	Ratifica a obrigatoriedade da instalação do cinto de segurança em veículos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 456/72
454	07.04.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
455	31.05.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Piauí e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 585/81
456	01.06.72	Regula a obrigatoriedade da instalação do cinto de segurança em veículos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução 658/85
457	28.09.72	Estabelece o modelo das placas e do Certificado de registro dos veículos automotores dos Chefes de Missões e Membros do Corpo Diplomático e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 835/97
458	28.09.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 585/81
459	18.10.72	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Amazonas e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
460	01.11.72	Dispõe sobre recursos atinentes a penalidades por infrações de trânsito, aplicadas em localidades diferentes das do registro do veículo ou de habilitação do condutor.	Revogada pela 568/80
461	06.11.72	Estabelece requisitos de segurança para os veículos automotores de fabricação nacional.	Em vigor

1972

1973

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
462	20.03.73	Altera a Resolução nº 449/72.	Revogada pela Resolução nº 504/76
463	17.07.73	Estabelece requisitos de segurança para veículos automotores de fabricação nacional.	Em vigor
464	18.08.73	Disciplina a aprendizagem de candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, instruído por responsável não vinculado a Escola de Formação de Condutores de Veículos Automotores.	Revogada pela Resolução nº 504/76
465	14.12.73	Concessão de efeito suspensivo.	Sem eficácia

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1974

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
466	31.01.74	Dispõe sobre a reabilitação de quem teve sua Carteira Nacional de Habilitação cassada.	Revogada pela Resolução nº 50/98
467	20.02.74	Disciplina o transporte de carga seca em caminhão-tanque.	Revogada pela Resolução nº 506/76
468	14.03.74	Disciplina a comprovação de residência de candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação	Revogada pela Resolução nº 548/79
469	14.03.74	Regulamenta o transporte de carga nas partes externas dos veículos de passageiros e mistos, em todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 577/81
470	04.04.74	Estabelece cor da placa a ser utilizada nos veículos que especifica.	Revogada pela Resolução nº 487/75
471	04.04.74	Disciplina o licenciamento de veículo locado ou arrendado.	Revogada pela Resolução nº 664/86
472	04.04.74	Dispõe sobre a identificação dos infratores de trânsito, estabelecendo normas a serem observadas pelos órgãos de trânsito e pelos proprietários de veículos.	Revogada pela Resolução nº 148/03

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
473	08.04.74	Disciplina a circulação de veículos novos.	Revogada pela Resolução nº 612/83
474	22.04.74	Estabelece a cor da plaqueta dos veículos, de que trata o § 2º do artigo 60 do Código Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 298/08
475	29.04.74	Dispõe sobre as dimensões de veículos para efeito de circulação nas vias públicas.	Revogada pela 603/82
476	20.06.74	Disciplina a comprovação do estado de embriaguez de condutor de veículo.	Revogada pela Resolução nº 737/89
477	16.07.74	Altera a Resolução CONTRAN 463/73. Requisitos de segurança para veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 784/94
478	16.07.74	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código de Trânsito Brasileiro, em todo o território do Distrito Federal e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 681/87
479	08.08.74	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de espelhos retrovisores em veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 298/08
480	13.08.74	Complementa a Resolução nº 446/71 – Características do veículo.	Revogada pela Resolução nº 298/08
481	13.08.74	Dispõe sobre a notificação de infração de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 568/80
482	17.10.74	Sinalização de obras nas vias públicas.	Revogada pela Resolução nº 561/80

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
483	14.11.74	Altera a Resolução nº 463/73, para acrescentar-lhe o item 9, relativo aos vidros de Segurança Laminados.	Revogada pela Resolução nº 784/94
484	19.11.74	Dispõe sobre a colocação de ondulações transversais às vias públicas.	Revogada pela Resolução nº 567/80
485	28.11.74	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Pará.	Revogada pela Resolução nº 298/08
486	10.12.74	Altera a Resolução nº 463/73, que trata de requisitos de segurança dos veículos automotores, para acrescentar ao seu Anexo os itens 10, 11,12 e 13.	Em vigor



1975

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
487	23.01.75	Dispõe sobre as cores das placas de veículos pertencentes a órgãos da administração pública.	Revogada pela Resolução nº 756/91
488	27.02.75	Dá nova redação ao artigo 5º da Resolução CONTRAN nº 467/74, que disciplina o transporte de carga seca em caminhões-tanque.	Revogada pela Resolução nº 506/76
489	06.03.75	Altera a Resolução CONTRAN nº 480/74, relativa a características do veículo.	Revogada pela Resolução nº 298/08
490	18.03.75	Altera prazo de vigência de dispositivo da Resolução CONTRAN nº 463/73, que trata de requisitos de segurança dos veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 784/94
491	19.03.75	Autoriza o Automóvel Clube do Brasil a expedir os documentos que especifica.	Revogada pela Resolução nº 168/04
492	21.03.75	Dispõe sobre a concessão de Carteira Nacional de Habilitação aos portadores de deficiência auditiva.	Revogada pela Resolução nº 516/77
493	25.03.75	Regulamenta o uso da placa de “Experiência” e dá outras providências.	Em vigor

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
494	25.03.75	Altera o artigo 10 da Resolução CONTRAN nº 390/68, relativa ao funcionamento das Auto-Escolas.	Revogada pela Resolução nº 504/76
495	02.05.75	Altera a Resolução 463/73-CONTRAN, relativa aos requisitos de Segurança para os Veículos Automotores.	Revogada pela Resolução nº 298/08
496	28.05.75	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores dos dispositivos do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.	Revogada pela Resolução nº 298/08
497	14.07.75	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores dos dispositivos do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro.	Revogada pela Resolução nº 298/08
498	31.10.75	Disciplina a expedição dos documentos aprovados pelo Decreto nº 72.752/73.	Revogada pela Resolução nº 664/86
499	23.12.75	Regulamenta o funcionamento das Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores, estabelece o respectivo currículo e determina as condições para habilitação.	Revogada pela Resolução nº 504/76

1975

1976

1976

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
500	14.02.76	Estabelece o local de fixação dos extintores de incêndio.	Revogada pela Resolução nº 560/80
501	25.03.76	Altera a resolução 463/75-CONTRAN, relativa aos requisitos de segurança para os Veículos Automotores.	Em vigor
502	23.04.76	Regula o funcionamento dos Cursos de Examinadores de Trânsito, Diretores e Instrutores de Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores e de Instrutores Autônomos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 600/82
503	06.05.76	Concede efeito suspensivo a recurso.	Revogada pela Resolução nº 298/08
504	10.06.76	Estabelece normas para instalação e funcionamento de Escolas e Cursos de Formação de Condutores de Veículos Automotores e disciplina os exames para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.	Revogada pela Resolução nº 564/80
505	08.09.76	Altera as dimensões dos modelos dos documentos previstos nos anexos IV e VIII do RCNT.	Revogada pela Resolução nº 664/86

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
506	06.07.76	Disciplina o transporte de carga em caminhão-tanque.	Revogada pela Resolução nº 116/00
507	30.09.76	Estabelece requisitos de controle de emissão de gases do Câter de motores veiculares, movidos a gasolina.	Em vigor
508	04.11.76	Define a expressão “ano de fabricação “para fins de expedição do Certificado de Registro.	Revogada pelas Resoluções nº 664/86 e 298/08
509	10.12.76	Proíbe a circulação de veículo automotor alimentado por gás liquefeito de petróleo – GLP.	Revogada pela Resolução nº 557/80

Arquivo público do Distrito Federal, 1973



1977

1977

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
510	02.02.77	Dispõe sobre a circulação e fiscalização de veículos automotores diesel.	Em vigor
511	15.02.77	Proíbe a colocação de tanque suplementar de combustível em veículo automotor.	Revogada pela Resolução nº 601/82
512	15.03.77	Estabelece normas de procedimentos para aplicação de penalidades.	Revogada pela Resolução nº 568/80
513	30.03.77	Estabelece modelos de placas de bronze oxidado, destinadas a veículos automotores dos ministérios civis, órgãos autônomos e autarquias federais.	Revogada pela Resolução nº 298/08
514	30.03.77	Serviço de lotação em veículos de transporte individual de passageiros, licenciados na “categoria de aluguel”.	Revogada pela Resolução nº 298/08
515	23.05.77	Permite o transporte de bicicleta na parte externa dos veículos de transporte de passageiros e mistos.	Revogada pela Resolução nº 549/79
516	25.05.77	Altera dispositivos da Resolução nº 504/76-CONTRAN e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 564/80
517	02.06.77	Altera o artigo 2º da Resolução nº 498/75 e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 664/86

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
518	03.06.77	Estabelece modelos de placas especiais e certificados de registro para veículos automotores pertencentes às repartições e funcionários consulares de carreira acreditados junto ao governo Brasileiro e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 835/97
519	22.06.77	Regula o trânsito de veículos novos do local de fabricação, a serem transportados como carga e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 612/83
520	19.07.77	Autoriza a auto-tour associação automobilística a expedir os documentos para circulação internacional prevista na legislação vigente.	Revogada pela Resolução nº 168/04
521	20.07.77	Altera o subitem 4.2.1.2 do item 11, da Resolução 486/74.	Em vigor
522	08.08.77	Dispõe sobre notificação de penalidades por infração de trânsito a condutores de veículos pertencentes às repartições consulares de carreira.	Revogada pela Resolução nº 568/80
523	08.08.77	Placas especiais para o cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.	Revogada pela Resolução nº 298/08
524	10.10.77	Altera a Resolução nº 509/76 – CONTRAN que dispõe sobre a proibição de motores a gasolina por motores diesel.	Revogada pela Resolução nº 557/80
525	16.12.77	Disciplina o registro da Carteira Nacional de Habilitação quando o condutor transferir de domicílio.	Revogada pela Resolução nº 570/81
526	20.12.77	Disciplina a expedição de Certificado de Registro de Veículo quando houver mudança de propriedade do veículo ou quando o veículo for transferido do local de licenciamento.	Revogada pela Resolução nº 550/79



Arquivo público do Distrito Federal, 1971

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
527	30.12.77	Revoga dispositivos da Resolução nº 504/76-CONTRAN, modificada pela de nº 516/77 e disciplina o exame de prática de direção.	Revogada pela Resolução nº 564/80
528	26.12.77	Proíbe o uso em veículos automotores de aparelho capaz de detectar os efeitos de Radar, inclusive o denominado “DRIVER ALERT” ou similar.	Em vigor

1978

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
529	31.01.78	Emplacamento de veículos pertencentes a autarquias instituídas por lei.	Revogada pela Resolução nº 298/08
530	16.02.78	Estende a veículos de prestação de serviços públicos em situações de emergência, as prerrogativas e deveres de que trata o inciso IX do art. 38 do RCNT.	Revogada pela Resolução nº 679/87
531	28.04.78	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores dos dispositivos do Código Nacional de Trânsito e seu regulamento, em todo o território do estado do Maranhão.	Revogada pela Resolução nº 298/08
532	28.04.78	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores dos dispositivos do Código Nacional de Trânsito e seu regulamento, em todo o território do estado do Rio Grande do Norte.	Revogada pela Resolução nº 585/81
533	14.06.78	Dispõe sobre a substituição de rodas de veículos automotores e dá outras providências.	Em vigor
534	16.06.78	Disciplina o uso de Simulador de Direção e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 564/80
535	31.08.78	Indicação no Certificado de Registro do Veículo, de venda com "Direito de Preferência".	Revogada pela Resolução nº 664/86
536	12.09.78	Complementa a Resolução nº 530/78, incluindo os veículos pertencentes à Empresa do Grupo TelebrásEmbratel.	Revogada pela Resolução nº 679/87

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
537	14.08.78	Fixa o valor de multas aplicáveis aos infratores dos dispositivos do Código Nacional de Trânsito e seu regulamento para todo o território do estado do Espírito Santo.	Revogada pela Resolução nº 298/08
538	06.10.78	Disciplina o licenciamento do veículo tipo “motor casa” e define a categoria dos seus condutores.	Em vigor
539	13.10.78	Adota norma para a fabricação e reforma de Pneumático com indicadores de profundidade.	Revogada pela Resolução nº 544/78
540	23.10.78	Altera dispositivos da Resolução nº 504/76.	Revogada pela Resolução nº 564/80
541	24.11.78	Estabelece modelos de placas especiais e certificados de registro para veículos automotores pertencentes aos organismos internacionais e chefes das representações de organismos internacionais no Brasil e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 835/97
542	07.12.78	Proíbe a aposição de películas refletivas nas áreas envidraçadas de veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 701/88
543	12.12.78	Regulamenta o roteiro para apreciação pelo Plenário do CONTRAN, de inventos destinados à adoção como equipamentos de uso opcional ou obrigatório em veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 579/81
544	15.12.78	Adota norma para a fabricação e reforma de Pneumático com indicadores de profundidade.	Revogada pela Resolução nº 558/80
545	15.12.78	Estabelece requisitos de segurança para rodas especiais e dá outras providências.	Em vigor

1979

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
546	31.01.79	Altera dispositivo da Resolução nº 516/77 e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 564/80
547	25.04.79	Regula o deslocamento de veículos novos do local de fabricação ou dos estabelecimentos dos revendedores aos respectivos órgãos de trânsito e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 612/83
548	31.05.79	Estabelece normas para a comprovação de residência para fins da legislação de trânsito.	Em vigor
549	18.06.79	Permite o transporte de bicicleta na parte externa dos veículos de transporte de passageiros e misto.	Em vigor
550	14.07.79	Expedição de certificado de registro do veículo transferido de propriedade ou do local de seu licenciamento.	Revogada pela Resolução nº 298/08
551	25.07.79	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores dos dispositivos do Código Nacional de Trânsito e seu regulamento, em todo o território de Rondônia.	Revogada pela Resolução nº 298/08
552	24.08.79	Disciplina o uso do simulador de direção e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 564/80
553	18.09.79	Suprime a exigência de documentos para a substituição da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08



Arquivo público do Distrito Federal, 1988

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
554	26.10.79	Inclusão no Certificado de Registro – CRV do tipo de combustível utilizado por veículos.	Revogada pela Resolução nº 655/85
555	05.12.79	Dá nova redação ao artigo 2º da Resolução nº 445/71-CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 298/08
556	11.12.79	Inscrição da tara, da lotação e do peso bruto total em veículos automotores de transporte de cargas e de transporte coletivo de passageiros.	Revogada pela Resolução nº 562/80

1980

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
557	06.02.80	Proíbe a circulação de veículos movidos a gás liquefeito de petróleo e daqueles cujo motor original a gasolina tenha sido substituído por motor diesel.	Revogada pela Resolução nº 655/85
558	15.04.80	Fabricação e reforma de pneumático com indicadores de profundidade.	Em vigor
559	20.05.80	Estende a obrigatoriedade do uso do "simulador de direção" a todas as auto-escolas do território nacional.	Revogada pela Resolução nº 564/80
560	21.05.80	Fixa os tipos e a capacidade mínima dos extintores de incêndio a que são obrigados a portar os veículos automotores, e consolida as Resoluções nºs 433/70 e 500/76.	Revogada pela Resolução nº 157/04
561	—	Sinalização complementar de obras nas vias públicas e consolidação das Resoluções nºs 402/68 e 482/74.	Em vigor
562	28.05.80	Indicação da tara, da lotação e do peso bruto total em veículos automotores de transporte de cargas e de transporte coletivo de passageiros.	Revogada pela Resolução nº 49/98
563	12.09.80	Fixa prazos de validade do exame de saúde.	Revogada pela Resolução nº 670/87

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
564	16.09.80	Normas para formação de condutores de veículos automotores.	Revogada pelas Resoluções nº 670/87 e 298/08
565	19.09.80	Institui o modelo da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 670/87
566	23.09.80	Funcionamento do plenário do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 298/08
567	12.11.80	Dispõe sobre a colocação de ondulações transversais às vias públicas.	Revogada pela Resolução nº 635/84
568	25.11.80	Estabelece procedimentos para aplicação de penalidades decorrentes de infrações de trânsito e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 148/03

1981

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
569	21.01.81	Dá nova redação ao artigo 2º da Resolução nº 533/78.	Em vigor
570	30.01.81	Registro da CNH quando da transferência de domicílio do condutor.	Revogada pela Resolução nº 670/87
571	17.03.81	Remessa de prontuário à repartição do domicílio do condutor habilitado em outra repartição.	Revogada pela Resolução nº 298/08
572	27.05.81	Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução nº 562/80.	Revogada pela Resolução nº 49/98
573	02.06.81	Representação classista nos Conselhos Estaduais de Trânsito.	Revogada pela 647/85
574	05.06.81	Trânsito de veículo semi-acabado, destinado a receber carroceria para ônibus ou caminhão.	Revogada pela Resolução 612/83
575	15.06.81	Estabelece novo prazo para o atendimento das exigências constantes das Resoluções nºs 562/80 e 572/81.	Revogada pela Resolução nº 583/81
576	03.07.81	Disciplina a inserção de dados na Carteira Nacional de Habilitação, relativos à condição de doador do Banco de Olhos.	Revogada pela Resolução nº 670/87

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
577	09.07.81	Dispõe sobre o transporte de cargas sobre a carroceria dos veículos classificados nas espécies automóvel e mistos.	Em vigor
578	08.07.81	Circulação de veículos com dimensões excedentes às estabelecidas no RCNT.	Revogada pela Resolução nº 603/82
579	10.07.81	Regulamenta o roteiro para apreciação, pelo plenário do CONTRAN, de inventos destinados à adoção como equipamentos de uso opcional ou obrigatório em veículos automotores.	Em vigor
580	20.07.81	Disciplina o licenciamento de veículos automotores, adaptados com sistema gasogênio.	Em vigor
581	17.08.81	Selo adesivo indicador do combustível álcool.	Revogada pela Resolução nº 594/82
582	28.08.81	Acresce parágrafo ao artigo 3º da Resolução nº 554/79.	Revogada pela Resolução nº 655/85
583	28.08.81	Estabelece prazos para o atendimento das exigências constantes das Resoluções nºs 562/80 e 572/81.	Revogada pela Resolução nº 49/98
584	16.09.81	Altera os anexos da Resolução nº 564/80.	Revogada pela Resolução nº 670/87

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
585	17.09.81	Fixa os valores das multas para os estados da Bahia, do Paraná, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina e para o Território de Roraima.	Revogada pela Resolução nº 298/08
586	06.10.81	Multa pelo trânsito de veículo sem placa após licenciado ou com modelo de placa diferente do estabelecido.	Revogada pela Resolução nº 778/94
587	26.11.81	Acrescenta um parágrafo ao artigo 2º da Resolução nº 563/80.	Revogada pela Resolução nº 670/87
588	26.11.81	Dá nova redação ao § 4º do art. 13 do Anexo I e aos incisos III e IV do art. 4º e § 4º do art. 5º do Anexo II da Resolução 584/81.	Revogada pela Resolução nº 670/87
589	16.12.81	Define áreas especiais de estacionamento, áreas de segurança e estacionamentos especiais.	Revogada pela Resolução nº 592/82
590	16.12.81	Dá nova redação ao art. 1º da Resolução nº 511/77.	Revogada pela Resolução nº 601/82
591	22.12.81	Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Resolução nº 589/81.	Revogada pela Resolução nº 592/82

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
592	27.01.82	Define áreas especiais de estacionamento, áreas de segurança e estacionamentos especiais.	Revogada pela Resolução nº 302/08
593	05.04.82	Estende o uso da placa de “fabricante” a veículos da indústria de pneumáticos.	Revogada pela Resolução 793/94
594	13.04.82	Revoga a obrigatoriedade do porte do selo adesivo indicador do combustível “álcool”.	Em vigor
595	28.05.82	Disciplina a emissão de segunda via de documentos na área de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 734/89
596	23.06.82	Alteração de características e da estrutura de veículos.	Revogada pela Resolução nº 655/85
597	30.06.82	Circulação de caminhões com adaptação de eixos auxiliares.	Revogada pela Resolução nº 776/93
598	16.07.82	Indicação no CRV da “Venda restrita” táxi adquirido com isenção do IPI e ICM.	Revogada pela Resolução nº 664/86
599	28.07.82	Dispõe sobre a interpretação, o uso e a colocação da sinalização vertical de trânsito, nas vias públicas.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 673/86, 180/05 e 243/07

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
600	30.08.82	Estabelece normas para funcionamento nos Departamentos de Trânsito, dos cursos para formação de diretores de ensino, de instrutores de Auto Escolas e de Examinadores de Trânsito.	Revogada Resolução nº 734/89
601	10.09.82	Proíbe a instalação de tanque suplementar e a condução de combustível em veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 181/05
602	04.10.82	Estabelece especificações para fabricação do capacete de segurança e normas para seu uso, pelos condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e similares.	Revogada pela Resolução nº 757/91
603	23.11.82	Circulação de veículos com dimensões excedentes aos limites fixados no RCNT.	Em vigor
604	25.11.82	Define a área refletora do triângulo de que trata a Resolução nº 388/68.	Revogada pela Resolução nº 827/96
605	25.11.82	Expedição de documentos para circulação internacional.	Revogada pela Resolução nº 168/04
606	03.12.82	Proíbe o uso e a substituição da plaqueta e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 833/97
607	20.12.82	Dá nova redação ao § 1º do artigo 2º da Resolução 596/82.	Revogada pela Resolução nº 655/85
608	20.12.82	Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Resolução nº 557/80.	Revogada pela Resolução nº 655/85

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
609	17.01.83	Licenciamento anual de veículos.	Revogada pela Resolução nº 638/84
610	27.01.83	Modifica a Resolução nº 570/81.	Revogada pela Resolução nº 670/87
611	24.02.83	Transporte de menor em veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 15/98
612	28.02.83	Trânsito de veículos novos com cargas ou passageiros antes do registro e licenciamento.	Revogada pela Resolução nº 04/98
613	25.03.83	Estabelece requisitos referentes à iluminação e sinalização luminosa dos veículos automotores.	Revogada pelas Resoluções nº 680/87 e nº 298/08
614	09.05.83	Publicidade em táxis.	Revogada pela Resolução nº 741/89
615	29.07.83	Estabelece critérios para à instalação de cintos de segurança e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 658/85

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
616	04.08.83	Registro e licenciamento de veículos denominados “buggy”.	Revogada pela Resolução nº 655/85
617	09.08.83	Acresce parágrafo ao artigo 2º da Resolução nº 596/82.	Revogada pela Resolução nº 655/85
618	05.09.83	Recolhimento da CNH de condutor incapacitado de dirigir por motivo de saúde.	Revogada Resolução nº 734/89
619	12.09.83	Proíbe a plastificação de CNH.	Revogada pela Resolução nº 670/87
620	26.09.83	Dá nova redação ao Parágrafo 1º do artigo 6º da Resolução nº 615/83.	Revogada pela Resolução nº 658/85
621	06.10.83	Institui modelo de documentos provisórios para o condutor e para o veículo.	Revogada pela Resolução nº 782/94
622	06.12.83	Prorroga o prazo estabelecido pela Resolução nº 615/83.	Revogada pela Resolução nº 658/85
623	07.12.83	Dispõe sobre a realização de vistorias em veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 809/95
624	13.12.83	Trata da circulação de combinações de veículos.	Revogada pela Resolução nº 631/84



Arquivo público do Distrito Federal, 1988

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
625	14.12.83	Dá nova redação ao artigo 16 do Anexo II da Resolução nº 584/81.	Revogada Resolução nº 734/89
626	13.12.83	Proíbe o uso de faróis com focos dirigidos para trás, em veículos automotores, para evitar o ofuscamento do condutor que o segue.	Revogada pela Resolução nº 680/87
627	16.12.83	Dá nova redação ao art. 17 do Anexo II da Resolução nº 584/81.	Revogada Resolução nº 734/89

1984

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
628	28.02.84	Revoga o dispositivo da Resolução nº 597/82 e permite a circulação de veículos de carga com adaptação do 4º eixo.	Revogada
629	24.02.84	Transporte Coletivo de Passageiros em Veículo de Carga.	Revogada pela Resolução nº 683/87
630	28.03.84	Dá nova redação para o artigo 2º da Resolução nº 609/83.	Revogada pela Resolução nº 638/84
631	25.05.84	Requisitos de segurança necessários a circulação de combinações de veículos.	Revogada pela Resolução nº 68/98
632	06.06.84	Dá nova redação ao § 2º do artigo 1º da Resolução nº 615/83.	Revogada pela Resolução nº 658/85
633	20.06.84	Apresentação de documentos para interposição de recurso.	Revogada pela Resolução nº 829/97
634	25.06.84	Altera dispositivos da Resolução nº 567/80.	Revogada pela Resolução nº 635/84



Arquivo público do Distrito Federal, 1981

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
635	23.11.84	Dispõe sobre a colocação de ondulações transversais às vias públicas.	Revogada pela Resolução nº 39/98
636	05.09.84	Requisitos de segurança para componentes de veículos automotores.	Em vigor
637	01.11.84	Identificação dos veículos de transportador registrado no RTB.	Revogada pela Resolução nº 298/08
638	19.12.84	Licenciamento anual de veículos.	Revogada pela Resolução nº 665/86

1985

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
639	05.02.85	Substituição de motor a gasolina por motor à álcool.	Revogada pela Resolução nº 655/85
640	14.03.85	Curso para treinamento de condutores de veículos utilizados no transporte rodoviário de produtos perigosos.	Revogada pela Resolução nº 70/98
641	29.03.85	Licenciamento anual de veículos.	Revogada pela Resolução nº 665/86
642	26.03.85	Altera dispositivos da Resolução nº 584/81.	Revogada pela Resolução nº 670/87
643	26.04.85	Altera o § 2º do artigo 6º da Resolução nº 615/83.	Revogada pela Resolução nº 658/85
644	29.04.85	Licenciamento anual de veículos.	Sem eficácia
645	30.04.85	Proíbe a plastificação do CRV.	Revogada pela Resolução nº 664/86
646	02.05.85	Altera dispositivos dos Anexos das Resoluções nºs 584/81 e 600/82.	Revogada Resolução nº 734/89

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
647	16.05.85	Representação classista nos Conselhos Estaduais de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 298/08
648	27.05.85	Fixa o percentual de multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, em todo o território do Estado do Mato Grosso do Sul.	Revogada pela Resolução nº 298/08
649	10.06.85	Acrescenta-se anexo à Resolução nº 636/84.	Revogada
650	11.06.85	Disciplina, em todo o território nacional, a autorização para a condução de ciclomotores.	Revogada pela Resolução nº 657/85
651	25.06.85	Suspende os efeitos da Resolução CONTRAN 650/85.	Sem eficácia
652	26.07.85	Estabelece modelo padrão de documento, destinado à baixa da alienação fiduciária dos veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 298/08
653	06.08.85	Complementa o anexo III da Resolução nº 513/77, acrescentando novas faixas numéricas destinadas a veículos automotores dos ministérios civis.	Revogada pela Resolução nº 298/08
654	23.08.85	Suspende os efeitos da Resolução nº 650/85.	Revogada pela Resolução nº 657/87
655	27.08.85	Dispõe sobre a alteração de características e sobre a substituição de motor dos veículos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 727/89

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
656	02.09.85	Estabelece equipamento obrigatório de veículo automotor de fabricação nacional.	Revogada pela Resolução nº 660/85
657	06.09.85	Dispõe sobre a equiparação dos ciclomotores aos ciclos.	Revogada pela Resolução nº 14/98
658	13.09.85	Estabelece critérios para instalação e uso de cintos de segurança.	Revogada pela Resolução nº 48/98
659	25.10.85	Dispõe sobre o número de identificação dos veículos.	Revogada pela Resolução nº 24/98
660	13.11.85	Estabelece equipamento obrigatório de veículo automotor de fabricação nacional.	Revogada pela Resolução nº 767/93
661	03.12.85	Estabelece modelo padrão do auto de infração de trânsito cometida em vias urbanas.	Revogada pela Resolução nº 01/98
662	13.12.85	Institui documento padrão de baixa de veículos.	Revogada pela Resolução nº 298/08
663	20.12.85	Dispõe sobre o licenciamento anual de veículos.	Sem eficácia

1985

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
664	14.01.86	Dispõe sobre os modelos dos documentos de Registro e Licenciamento de Veículos e dá outras providências.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 721/88, 729/89, 779/94, 802/95, 16/98 e 187/06
665	23.01.86	Dispõe sobre o calendário para o licenciamento anual de veículo no exercício de 1986.	Sem eficácia
666	28.01.86	Dispõe sobre a edição de normas complementares de interpretação, colocação e uso de marcas viárias e dispositivos auxiliares à sinalização de trânsito.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 236/07
667	04.02.86	Dispõe sobre a divisão do território nacional em "Regiões de Trânsito" e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
668	26.03.86	Dispõe sobre o licenciamento anual de veículos.	Sem eficácia Norma temporária
669	Maio	Dispõe sobre prazo para licenciamento de veículos.	Sem eficácia

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
670	14.09.87	Estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da Carteira Nacional de Habilitação, altera o modelo da licença para aprendizagem de direção veicular e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 734/89
671	06.06.86	Dispõe sobre a autuação e o recolhimento de multas aplicadas a veículos licenciados em outros países.	Em vigor
672	11.07.86	Dispõe sobre alienação de veículos automotores de fabricação nacional registrados e licenciados na região da Amazônia Ocidental.	Revogada pela Resolução nº 714/88
673	22.08.86	Altera a redação do último parágrafo do item 7, Capítulo II, do Anexo da Resolução nº 599/82.	Em vigor
674	08.09.86	Altera o calendário de licenciamento dos veículos fixado pela Resolução nº 665/86.	Sem eficácia (norma temporária)
675	05.07.86	Dispõe sobre requisitos aplicáveis aos materiais de revestimento interno do habitáculo de veículos e dá outras providências.	Em vigor
676	21.10.86	Norma-padrão para o estabelecimento da velocidade máxima, permitida para veículos automotores, nas vias públicas.	Revogada pela Resolução nº 298/08
677	19.12.86	Fiscalização do uso indevido do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, em veículos automotores.	Em vigor
678	25.11.86	Fixa o calendário para o licenciamento anual de veículo, no exercício de 1987, e dá outras providências.	Sem eficácia

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
679	06.04.87	Dispõe sobre o uso de luzes intermitentes rotativas, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 268/08
680	04.05.87	Estabelece requisitos referentes aos sistemas de iluminação e de sinalização de veículos.	Revogada pela Resolução nº 227/07
681	06.08.87	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, no Distrito Federal.	Revogada pela Resolução nº 298/08
682	21.09.87	Fixa os requisitos de segurança para circulação de veículos transportadores de contêineres.	Revogada pela Resolução nº 725/88
683	02.10.87	Dispõe sobre o transporte de passageiros em veículos de carga a título precário.	Revogada pela Resolução nº 82/98
684	09.10.87	Fixa base de cálculo dos valores das penalidades-multas de trânsito ao salário mínimo de referência.	Revogada pela Resolução nº 298/08
685	30.10.87	Autoriza a microfilmagem de documentos arquivados pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 810/96

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
686	30.10.87	Fixa normas de utilização de acessórios de segurança contra furto ou roubo para os veículos automotores em circulação nas vias terrestres brasileiras.	Revogada pela Resolução nº 298/08
687	30.10.87	Fixa o calendário para o licenciamento anual de veículos no exercício de 1988.	Sem eficácia

Arquivo público do Distrito Federal, 1981



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
688	19.01.88	Dispõe sobre o controle, guarda e fiscalização dos formulários destinados a documentação de condutores e de veículos.	Revogada pela Resolução nº 21/98
689	25.01.88	Acrescenta à sinalização de trânsito, placas de indicação de atrativos turísticos.	Revogada pela Resolução nº 791/94
690	25.01.88	Altera o artigo 1º da Resolução nº 660/85.	Revogada pela Resolução nº 767/93
691	15.03.88	Altera dispositivos da Resolução nº 659/85, que dispõe sobre o número de identificação dos veículos.	Revogada pela Resolução nº 24/98
692	22.02.88	Altera dispositivos da Resolução nº 680/87.	Revogada pela Resolução nº 227/07
693	16.03.88	Prorroga o prazo para entrada em vigor da Resolução nº 682/87.	Revogada pela Resolução nº 725/88
694	19.04.88	Estende o uso da placa de “fabricante” a veículos importados pela indústria automobilística para efeito de realização de testes.	Revogada pela Resolução nº 793/94
695	19.04.88	Fixa o valor das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, no Estado de Minas Gerais.	Revogada pela Resolução nº 298/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
696	19.04.88	Altera anexos I, II e III da Resolução nº 603/82.	Em vigor
697	26.04.88	Prorroga o prazo para entrada da Resolução nº 682/87.	Revogada pela Resolução nº 725/88
698	04.05.88	Fixa os percentuais das multas aplicáveis aos infratores do Código Nacional de Trânsito, no Estado de Goiás.	Revogada pela Resolução nº 298/08
699	12.07.88	Fixa os requisitos de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos.	Revogada pela nº 293/08
700	04.10.88	Dispõe sobre a classificação dos veículos, que especifica, e dá outras providências.	Em vigor
701	19.07.88	Regula a aposição de películas nas áreas envidraçadas dos veículos.	Revogada pela Resolução nº 747/90
702	26.07.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, em todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 770/93
703	02.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado de São Paulo.	Revogada pela Resolução nº 298/08
704	09.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado de Santa Catarina.	Revogada pela Resolução nº 298/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
705	09.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Espírito Santo.	Revogada pela Resolução nº 298/08
706	09.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Piauí.	Revogada pela Resolução nº 298/08
707	16.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado da Paraíba.	Revogada pela Resolução nº 298/08
708	16.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado de Pernambuco.	Revogada pela Resolução nº 298/08
709	16.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Paraná.	Revogada pela Resolução nº 298/08
710	16.08.88	Torna obrigatório o uso do vidro laminado no pára-brisa dos veículos automotores de fabricação nacional.	Revogada pela Resolução nº 784/94
711	23.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Rio de Janeiro.	Revogada pela Resolução nº 786/94
712	23.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado da Bahia	Revogada pela Resolução nº 298/08
713	23.08.88	Fixa os percentuais das multas , aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Mato Grosso.	Revogada pela Resolução nº 298/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
714	23.08.88	Dispõe sobre o registro e alienação de veículos automotores de fabricação nacional, desinternados da Amazônia Ocidental.	Em vigor
715	30.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Rio Grande do Norte.	Revogada pela Resolução nº 298/08
716	30.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Mato Grosso do Sul.	Revogada pela Resolução nº 799/95
717	30.08.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Rio Grande do Sul.	Revogada pela Resolução nº 826/96
718	06.09.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado de Rondônia.	Revogada pela Resolução nº 298/08
719	20.09.88	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis aos infratores da legislação de trânsito, no Estado de Goiás.	Revogada pela Resolução nº 834/97
720	04.10.88	Estabelece critérios para o uso do cinto de segurança.	Revogada pela Resolução nº 15/98
721	11.10.88	Modifica a redação dos artigos 10 e 11 da Resolução nº 664/86 – CONTRAN.	Em vigor
722	25.10.88	Fixa o calendário de licenciamento anual de veículos no exercício de 1989.	Sem eficácia



100 anos

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
723	08.11.88	Altera os modelos dos documentos de Registro e licenciamento de veículos, de que tratam os anexos I, II e III, da Resolução nº 664/86.	Revogada pela Resolução nº 766/93
724	20.12.88	Define veículo inacabado ou incompleto, para efeito de trânsito nas vias públicas.	Em vigor
725	29.11.88	Fixa os requisitos de segurança para circulação de veículos transportadores de contêineres.	Em vigor

1989

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
726	15.02.89	Altera o artigo 4º da Resolução nº 612/83 – CONTRAN.	Revogada
727	28.02.89	Dispõe sobre a alteração das características de veículos e proíbe a troca do motor original a álcool ou gasolina, por motor a óleo diesel.	Revogada pela Resolução nº 775/93
728	21.03.89	Altera o item “b” do artigo 2º da Resolução nº 640/85 que trata das Instituições que poderão ministrar o “curso de treinamento específico para condutores de veículos transportadores de cargas perigosas.	Revogada pela Resolução nº 70/98
729	21.03.89	Altera o artigo 15 da Resolução nº 664/86 – CONTRAN.	Em vigor
730	16.05.89	Altera especificações do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, constantes do Anexo III da Resolução nº 723/88.	Revogada pela Resolução nº 766/93
731	23.05.89	Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Resolução nº 405/68 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 793/94
732	14.06.89	Dispõe sobre o transporte de cargas de sólidos à granel nas vias abertas à circulação pública em todo o território nacional.	Em vigor
733	20.06.89	Altera o Anexo II da Resolução nº 603/82, alterada pela Resolução nº 696/88, que trata da altura da placa de sinalização de advertência.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
734	31.07.89	Reformula a Resolução nº 670/87, que estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 33/98
735	05.09.89	Dá nova redação ao § 2º do art. 1º, ao Parágrafo único do artigo 3º e aos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Resolução nº 727/89, que dispõe sobre a alteração de características de veículos.	Revogada pela Resolução nº 775/93
736	08.08.89	Estabelece norma para o estacionamento de veículo automotor junto a guia da calçada (meio fio).	Revogada pela Resolução nº 298/08
737	12.09.89	Disciplina as ações e os meios para a comprovação de embriaguez de condutor de veículo.	Revogada pela Resolução nº 52/98
738	19.09.89	Estabelece procedimento a ser adotado pelas Circunscrições Regionais de Trânsito.	Em vigor
739	03.10.89	Altera a Resolução nº 405/68 que dispõe sobre o uso da placa de “fabricante”.	Revogada pela Resolução nº 793/94
740	10.10.89	Altera o artigo 2º da Resolução nº 727/89 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 775/93
741	31.10.89	Publicidade em táxis.	Revogada pela Resolução nº 298/08
742	31.10.89	Dispõe sobre sistema de placas de identificação de veículos.	Revogada pela Resolução nº 754/91

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
743	31.10.89	Altera o artigo 2º da resolução nº 560/80, que fixa os tipos e capacidade mínima dos extintores de incêndio em veículos automotores.	Revogada pela Resolução nº 157/04
744	09.11.89	Altera o disposto no artigo 2º da Resolução nº 568/80-CONTRAN.	Revogada
745	21.10.89	Altera o artigo 1º da Resolução nº 660/85.	Revogada pela Resolução nº 767/93
746	24.11.89	Altera a Resolução nº 699/88-CONTRAN.	Revogada pela nº 293/08

Arquivo público do Distrito Federal, 1981



1990

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
747	03.05.90	Proíbe a aposição de películas nas áreas envidraçadas dos veículos.	Revogada pelas Resoluções nº 764/92 e nº 298/08
748	11.05.90	Suspende por trinta dias as autorizações ou concessões de habilitação para conduzir veículo e a expedição de carteira nacional de habilitação.	Sem eficácia (norma temporária)
749	11.05.90	Dispõe sobre placas de identificação de veículos de categoria oficial.	Revogada pela Resolução nº 754/91
750	11.05.90	Revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 99 da Resolução nº 734/89 – CONTRAN.	Revogada
751	26.07.90	Retira parcialmente a delegação de competência transferida ao DETRAN do Estado do Rio de Janeiro e proíbe o órgão de autorizar ou conceder habilitação para condução de veículos e expedir Carteira Nacional de Habilitação à menores com idade entre 16 e 18 anos.	Sem eficácia

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

1991

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
752	09.04.91	Fixa o calendário de licenciamento anual para todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 781/94
753	09.04.91	Revoga o artigo 2º da Resolução 738/89-CONTRAN, que trata da delegação de poderes do DETRAN às suas Circunscrições Regionais de Trânsito – CIRETRANS.	Em vigor
754	03.06.91	Dispõe sobre o sistema de placas de identificação de veículos.	Revogada pela Resolução nº 45/98
755	08.07.91	Altera dispositivos da Resolução nº 754/91-CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 45/98
756	15.07.91	Dispõe sobre as cores das placas de identificação de veículos pertencentes a entidades públicas.	Revogada pela Resolução nº 298/08
757	15.07.91	Estabelece normas para o uso de capacetes de segurança pelos condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e similares.	Revogada pela Resolução nº 20/98

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
758	10.02.92	Dispõe sobre o registro e licenciamento de veículos de fabricação própria.	Revogada pela Resolução nº 63/98
759	10.02.92	Dispõe sobre o registro, licenciamento e emplacamento dos veículos pertencentes aos órgãos da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacionais.	Revogada pela Resolução nº 831/97
760	25.06.92	Dispõe sobre a obrigatoriedade de reposição de pára-brisas de veículos automotores pelo tipo laminado.	Revogada pela Resolução nº 784/94
761	05.08.92	Altera a Resolução nº 640/85-CONTRAN e seu anexo, dispondo sobre a implantação da modalidade de ensino à distância do curso e treinamento de condutores de veículos que transportam cargas perigosas.	Revogada pela Resolução nº 70/98
762	02.09.92	Dispõe sobre janelas com acionador energizado de veículos automotores e dá nova redação ao Anexo III da Resolução nº 649/85.	Em vigor
763	14.09.92	Altera a redação dos subitens 5.3.2 – Transmissão Luminosa dos itens 8. Vidros de segurança temperados e 9. Vidros de segurança laminados, da Resolução nº 463/73 – CONTRAN.	Revogada pelo Despacho Ministerial publicado no DOU de 02/12/92
764	14.09.92	Regula a aposição de películas nas áreas envidraçadas de veículos automotores e dá outras providências.	Revogada pelo Despacho Ministerial publicado no DOU de 02/12/92

1993

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
765	10.02.93	Altera o § 1º do art. 100 e os Anexos I, II e III da Resolução nº 734/89 e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 192/06
766	11.05.93	Altera os modelos e especificações dos certificados de que tratam os Anexos I, II e III da Resolução nº 664/86.	Revogada
767	08.06.93	Estabelece equipamentos obrigatórios para veículos automotores de fabricação nacional e importados e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 14/98
768	29.06.93	Declara que são extensivas aos importadores de veículos automotores todas as obrigações e prerrogativas previstas nos atos resolutivos do CONTRAN.	Em vigor
769	25.08.93	Acrescenta §§ ao artigo 2º e altera o Anexo I da Resolução nº 758, de 10 de fevereiro de 1992, que dispõe sobre o registro e licenciamento de veículos de fabricação própria.	Revogada
770	24.08.93	Fixa os percentuais das multas, aplicáveis no Distrito Federal, aos infratores da legislação de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 298/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
771	24.08.93	Regulamenta características de registro e identificação de veículos antigos de coleção.	Revogada pela Resolução nº 56/98
772	-	Regulamenta a inserção e exclusão do gravame da alienação fiduciária em garantia no cadastro de veículos e no Certificado de Registro dos Veículos (CRV).	Revogada pela Resolução nº 124/01
773	27.10.93	Altera item do Anexo IV da Resolução nº 734/89.	Revogada
774	27.10.93	Complementa a Resolução nº 633/84 no tocante à instrução recursal.	Revogada pela Resolução nº 829/97
775	10.11.93	Dispõe sobre a alteração das características de veículos e utilização de combustíveis.	Revogada pela Resolução nº 25/98
776	06.12.93	Regulamenta a circulação de caminhões com adaptação de eixo auxiliar.	Revogada pela Resolução nº 319/09
777	17.12.93	Dispõe sobre os procedimentos para avaliação do sistema de freios de veículos.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 808/95

1994

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
778	22.03.94	Multa pelo trânsito de veículo sem placa após licenciado ou com modelo de placa diferente do estabelecido.	Revogada pela Resolução nº 298/08
779	22.03.94	Altera a redação do art. 11 da Resolução nº 664/86-CONTRAN, que dispõe sobre os modelos dos documentos de Registro e Licenciamento de Veículos, com a redação dada pela Resolução nº 721/88.	Em vigor
780	26.04.94	Institui o documento para substituição provisória do CRLV.	Revogada pela Resolução nº 782/94
781	07.06.94	Fixa o calendário de Licenciamento Anual de veículos para todo o território nacional.	Revogada pela Resolução nº 95/99
782	29.06.94	Institui o documento para substituição provisória do CRLV.	Revogada pela Resolução 134/02
783	05.07.94	Disciplina a aplicação da segunda placa traseira de identificação nos veículos dotados de dispositivo de engate para reboques.	Revogada pela Resolução nº 231/07 alterada pela Resolução nº 241/07

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
784	12.07.94	Regulamenta o uso e estabelece requisitos para os vidros de segurança dos veículos.	Revogada pela Resolução nº 254/07
785	06.09.94	Dispõe sobre a utilização e validade de equipamentos fotográficos, eletrônicos ou foto-eletrônicos no controle ou registro de cometimento de infrações de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 795/94
786	20.09.94	Fixa os percentuais das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Rio de Janeiro.	Revogada pela Resolução nº 298/08
787	11.10.94	Regulamenta a utilização de pneus com banda de rodagem extra-larga, em reboques e semi-reboques, nas vias de todo território nacional e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 62/98
788	11.10.94	Altera o inciso V e inclui um parágrafo único ao artigo 69 da Resolução nº 734/89-CONTRAN, que estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo de Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 792/94
789	13.12.94	Curso para treinamento de condutores de veículos de transporte de escolares.	Revogada pela Resolução nº 168/04
790	13.12.94	Dispõe sobre o registro e a alienação de veículos automotores, desinternados das áreas de livre comércio.	Em vigor

1994

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
791	13.12.94	Acrescenta à sinalização de trânsito, placas de indicação de atrativos turísticos.	Em vigor
792	13.12.94	Altera o inciso V do artigo 69 e a letra “C” do artigo 97 da Resolução nº 734/89-CONTRAN, que estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 800/95
793	13.12.94	Dispõe sobre o uso de placa de “fabricante”.	Em vigor



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
794	11.04.95	Normatiza o uso do registrador de velocidade (tacógrafo) em veículos das espécies passageiros ou mistos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 298/08
795	16.05.95	Barreira Eletrônica – definição, autorização, instalação e homologação.	Revogada pelas Resoluções nº 131/02 e nº 141/02
796	16.05.95	Requisitos técnicos necessários à uma Barreira Eletrônica.	Revogada pela Resolução nº 801/95
797	16.05.95	Define a abrangência do termo “viatura militar”, para o Sistema Nacional de Trânsito.	Em vigor
798	23.05.95	Altera o art. 78, caput, da Resolução nº 734/89.	Revogada
799	06.06.95	Fixa os percentuais das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Revogada pela Resolução nº 298/08
800	27.06.95	Altera os artigos 69, 71,73 e 97, da Resolução nº 734/89, que estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da Carteira Nacional de Habilitação e disciplina a obtenção da CNH da Categoria E.	Revogada pela Resolução nº 168/04

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
801	27.06.95	Requisitos técnicos necessários à uma barreira eletrônica.	Revogada pelas Resoluções nº 131/2002 e nº 141/2002
802	15.08.95	Acrescenta Parágrafo único ao art. 9º da Resolução nº 664/86-CONTRAN, de 14 de janeiro de 1986, que dispõe sobre os modelos dos documentos de registro e licenciamento de veículos e dá outras providências.	Em vigor
803	25.09.95	Fixa os percentuais das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito no Estado do Pará.	Revogada pela Resolução nº 823/96
804	25.09.95	Altera o artigo 69 da Resolução nº 734/89, que estabelece normas para a formação de condutores de veículos automotores, modelo da Carteira Nacional de Habilitação e disciplina a obtenção da CNH da Categoria "E".	Revogada pela Resolução nº 168/04
805	24.10.95	Estabelece os requisitos técnicos mínimos do pára-choque traseiro dos veículos de carga.	Em vigor
806	24.10.95	Regulamenta a inserção e a exclusão do gravame de Reserva de Domínio no cadastro de veículos e no Certificado de Registro de Veículos.	Revogada pela Resolução nº 159/04
807	14.11.95	Acrescenta à Resolução nº 791/94, a placa Informações Turísticas.	Em vigor
808	14.11.95	Altera o art. 2º da Resolução CONTRAN 777/93, que dispõe sobre o sistema de freios de veículos.	Em vigor
809	12.12.95	Dispõe sobre a vistoria e a inspeção de veículos e dá outras providências.	Revogada pelas Resoluções nºs 05 e 06/98

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
810	08.02.96	Revoga a Resolução nº 685/87.	Em vigor
811	27.02.96	Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros (ônibus e microônibus) de fabricação nacional e estrangeira.	Em vigor
812	03.09.96	Dispõe sobre as regras prescricionais relativas às infrações de trânsito e a reabilitação dos infratores.	Revogada pela Resolução nº 148/03
813	19.04.96	Altera dispositivos da Resolução CONTRAN nº 754/91.	Revogada pela Resolução nº 45/98
814	23.04.96	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito do Estado do Ceará.	Revogada pela Resolução nº 298/08
815	18.06.96	Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador de velocidade e tempo (tacógrafo), seu uso e fiscalização por parte dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 92/99
816	18.06.96	Dispõe sobre a fiscalização do uso do registrador de velocidade e tempo provido de disco diagrama.	Revogada pela Resolução nº 92/99

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
817	25.06.96	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito no Estado de Roraima.	Revogada pela Resolução nº 298/08
818	10.09.96	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito do Estado do Amapá.	Revogada pela Resolução nº 298/08
819	01.10.96	Recomenda o uso de farol baixo aceso, durante o dia, nas rodovias, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 18/98
820	08.10.96	Radar portátil avaliador de velocidade – definição, homologação, requisitos técnicos e operação.	Revogada pelas Resoluções nº 131/02 e nº 298/08
821	22.10.96	Altera o Art. 6º da Resolução CONTRAN nº 809, de 12 de dezembro de 1995 e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 06/98
822	22.10.96	Dispõe sobre a classificação do veículo que menciona.	Em vigor
823	19.11.96	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Pará.	Revogada pela Resolução nº 298/08
824	19.11.96	Revoga o art. 4º da Resolução nº 686/87.	Revogada
825	03.12.96	Dispõe sobre o selo de licenciamento de veículos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 03/98
826	03.12.96	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito, no Estado do Rio Grande do Sul.	Revogada pela Resolução nº 298/08
827	18.12.96	Regulamenta o dispositivo de sinalização refletora de emergência de que trata o regulamento do Código Nacional de Trânsito.	Em vigor

1997

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
828	18.02.97	Dá nova redação ao artigo 104 da Resolução nº 734, de 31 de julho de 1989, para disciplinar o registro da expressão “não doador de órgãos e tecidos” e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 71/98
829	04.03.97	Dispõe sobre procedimentos para a interposição, instrução e tramitação de recurso contra atos punitivos por infrações de trânsito, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 148/03
830	11.03.97	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito no Estado do Amazonas.	Revogada pela Resolução nº 298/08
831	15.04.97	Revoga a Resolução CONTRAN nº 759/92, que trata sobre o registro, licenciamento, emplacamento dos veículos pertencentes aos órgãos da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional.	Em vigor
832	22.04.97	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito no Estado do Maranhão.	Revogada pela Resolução nº 298/08
833	13.05.97	Revoga a Resolução CONTRAN nº 606/82, que proíbe uso e a substituição da plaqueta e dá outras providências.	Em vigor

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
834	20.05.97	Fixa os valores das multas aplicadas aos infratores da legislação de trânsito no Estado de Goiás.	Revogada pela Resolução nº 298/08
835	20.05.97	Estabelece placa de identificação e define procedimentos para o registro, emplacamento e licenciamento de veículos automotores pertencentes às missões diplomáticas, às repartições consulares de carreira, aos organismos internacionais, aos funcionários estrangeiros administrativos de carreira e aos peritos estrangeiros de cooperação internacional.	Revogada pela Resolução nº 286/08
836	24.06.97	Dispõe sobre a gravação, em caráter opcional, dos caracteres alfanuméricos da placa de identificação, nos vidros do veículo.	Em vigor



1998

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
01	23.01.98	Estabelece as informações mínimas que deverão constar do Auto de Infração de trânsito cometida em vias terrestres (urbanas e rurais).	Revogada pela Resolução nº 217/06 Revoga a Resolução nº 661/85
02	23.01.98	Dispõe sobre os equipamentos obrigatórios dos veículos e fixa prazo de entrada em vigor do artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 14/98
03	23.01.98	Revoga a Resolução nº 825/96.	Em vigor
04	23.01.98	Dispõe sobre o trânsito de veículos novos nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento.	Em vigor Revoga a Resolução nº 612/83 Alterada pela Resolução nº 269/08
05	23.01.98	Dispõe sobre a vistoria de veículos e dá outras providências.	Em vigor
06	23.01.98	Revoga as Resoluções 809 e 821 do CONTRAN.	Em vigor
07	23.01.98	Modifica dispositivos das Resoluções 734/89, 765/93 e 828/97, que tratam da formação de condutores e dos procedimentos para a habilitação.	Revogada pela Resolução nº 168/04

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
08	23.01.98	Estabelece sinalização indicativa de fiscalização mecânica, elétrica, eletrônica ou fotográfica dos veículos em circulação.	Revogada pela Resolução nº 79/98
09	23.01.98	Estabelece prazo para substituição das placas de identificação de veículos.	Revogada pela Resolução nº 45/98
10	23.01.98	Estabelece requisitos necessários à coordenação do Sistema de arrecadação de multas.	Revogada pela Resolução nº 263/07
11	23.01.98	Estabelece critérios para a baixa de registro de veículos a que se refere bem como os prazos para efetivação.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 113/00, nº 179/05 e nº 322/09
12	06.02.08	Estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres.	Revogada pela Resolução nº 210/06
13	06.02.08	Dispõe sobre documentos de porte obrigatório e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 205/06

1998

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
14	06.02.98	Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 87/99, nº 228/07, nº 259/07 e nº 279/08 Revoga as Resoluções nº 657/85, nº 767/93 e nº 02/98
15	06.02.98	Dispõe sobre o transporte de menores de dez anos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 277/08 Revoga as Resoluções nº 611/83 e nº 720/88
16	06.02.98	Altera os modelos e especificações dos Certificados de Registro– CRV e de Licenciamento de Veículos – CRVL.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 187/06
17	06.02.98	Estabelece os procedimentos de informação sobre o condutor do veículo, no momento da infração.	Revogada pela Resolução nº 149/03
18	17.02.98	Recomenda o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia, e dá outras providências.	Em vigor Revoga a Resolução nº 819/96

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
19	17.02.98	Estabelece as competências para nomeação e homologação dos coordenadores do RENAAM e do RENACH.	Em vigor
20	17.02.98	Disciplina o uso de capacete de segurança pelo condutor e passageiros de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos motorizados, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 269/08
21	17.02.98	Dispõe sobre o controle, guarda e fiscalização dos formulários destinados à documentação de condutores e de veículos.	Em vigor Revoga a Resolução nº 688/88
22	17.02.98	Estabelece, para efeito da fiscalização, forma para comprovação do exame de inspeção veicular a qual se refere o art. 124, c.c. art. 230, inciso I do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
23	21.05.98	Define e estabelece os requisitos mínimos necessários para autorização e instalação de instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma, conforme o § 2º do art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 141/02
24	21.05.98	Estabelece o critério de identificação de veículos, a que se refere o art. 114 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 659/89

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
25	21.05.98	Dispõe sobre modificações de veículos e dá outras providências, previstas nos arts. 98 e 106 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 262/07 e nº 322/09 Revoga a Resolução nº 775/93
26	21.05.98	Disciplina o transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros a que se refere o art. 109 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
27	21.05.98	Dispõe sobre a inspeção de segurança veicular de que trata o art. 104 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 107/99
28	21.05.98	Dispõe sobre a circulação de veículos nas rodovias nos trajetos entre o fabricante de chassi/plataforma, montadora, encarroçadora ou implementador final até o município de destino, a que se refere a Resolução 14/98.	Em vigor
29	21.05.98	Dispõe sobre a integração dos órgãos e entidades executivas de trânsito dos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, de acordo com o § 2º do art. 24 e art. 333 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 65/98
30	21.05.98	Dispõe sobre campanhas permanentes de segurança no trânsito a que se refere o art. 75 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
31	21.05.98	Dispõe sobre a sinalização de identificação para hidrantes, registros de água, tampas de poços de visita de galerias subterrâneas, conforme estabelece o art. 181, VI do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
32	21.05.98	Estabelece modelos de placas para veículos de representação, de acordo com o art. 115, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
33	21.05.98	Regulamenta os serviços dos organismos de qualificação de trânsito e critérios de credenciamento e funcionamento dos Centros de Formação de Condutores.	Revogada pela Resolução nº 74/98
34	21.05.98	Complementa a Resolução nº 14/98 do CONTRAN, que dispõe sobre equipamentos obrigatórios para os veículos automotores.	Em vigor
35	21.05.98	Estabelece método de ensaio para medição de pressão sonora por buzina ou equipamento similar a que se referem os arts. 103 e 227, V do Código de Trânsito Brasileiro e o art. 1º da Resolução 14/98 do CONTRAN.	Em vigor Revoga a Resolução nº 448/71
36	21.05.98	Estabelece a forma de sinalização de advertência para os veículos que, em situação de emergência, estiverem imobilizados no leito viário, conforme o art. 46 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
37	21.05.98	Fixa normas de utilização de alarmes sonoros e outros acessórios de segurança contra furto ou roubo para os veículos automotores, na forma do art. 229 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
38	21.05.98	Regulamenta o art. 86 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe sobre a identificação das entradas e saídas de postos de gasolina e de abastecimento de combustíveis, oficinas, estacionamentos e/ou garagens de uso coletivo.	Em vigor
39	21.05.98	Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulações transversais e sonorizadores nas vias públicas disciplinados pelo Parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 336/09 Revoga a Resolução nº 635/84
40	21.05.98	Estabelece os critérios para aposição de inscrições, películas, painéis decorativos ou pinturas, de acordo com o disposto no inciso III do art. 111 do Código de Trânsito Brasileiro, acrescentado pela Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998.	Revogada pela Resolução nº 73/98
41	21/05/98	Estabelece os procedimentos para o cadastramento de veículos no RENAVAM e emissão do Certificado de Segurança, de acordo com os arts. 97 e 103 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 77/98
42	21.05.98	Dispõe sobre os equipamentos e materiais de primeiros socorros de porte obrigatório nos veículos a que se refere o art. 112 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Lei nº 9.792/99
43	21.05.98	Complementa a Resolução nº 14/98, que dispõe sobre equipamentos de uso obrigatório nos veículos automotores.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
44	21.05.98	Dispõe sobre os requisitos técnicos para o encosto de cabeça, de acordo com art. 105, III do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
45	21.05.98	Estabelece o Sistema de Placas de Identificação de Veículos, disciplinado pelos artigos 115 e 221 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 231/07
46	21.05.98	Estabelece os equipamentos de segurança obrigatórios para as bicicletas conforme disciplina o art. 105, VI do Código de Trânsito Brasileiro e art. 5º da Resolução 14/98.	Em vigor
47	21.05.98	Define as características e estabelece critérios para o reboque de carretas por motocicleta, de acordo com o art. 97 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 69/98
48	21.05.98	Estabelece requisitos de instalação e procedimentos para ensaios de cintos de segurança de acordo com o inciso I do art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 658/85
49	21.05.98	Disciplina a inscrição de dados técnicos em veículos de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os arts. 117, 230, XXI e 231, X do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 290/08 Revoga as Resoluções 562/80, 572/81 e 583/81

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
50	21.05.98	Estabelece os procedimentos necessários para o processo de habilitação, normas relativas à aprendizagem, autorização para conduzir ciclomotores e os exames de habilitação, conforme dispõe os arts. 141, 142, 143, 148, 150, 158. 263 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 168/04
51	21.05.98	Dispõe sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de avaliação psicológica a que se refere o inciso I, do art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro e os §§ 3º e 4º do art. 2 da Lei 9.602/98.	Revogada pela Resolução nº 267/08
52	21.05.98	Disciplina o uso de medidores da alcoolemia e a pesquisa de substâncias entorpecentes no organismo humano de acordo com os artigos 165. 276 e 277 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 81/98
53	21.05.98	Estabelece critérios em caso de apreensão de veículos e recolhimento aos depósitos, conforme artigo 262 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
54	21.05.98	Dispõe sobre a penalidade de suspensão do direito de dirigir, nos termos do artigo 261 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 182/05
55	21.05.98	Acresce a disciplina de Meio Ambiente e Cidadania na modalidade de ensino a distância do curso de formação de condutores de veículos de transportes escolares, de acordo com o inciso IV do art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 168/04

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
56	21.05.98	Disciplina a identificação e emplacamento dos veículos de coleção, conforme dispõe o art. 97 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 771/93 Alterada pela Resolução nº 127/01
57	21.05.98	Estabelece normas gerais para curso de capacitação de condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, conforme inciso IV do art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 168/04
58	21.05.98	Estabelece normas gerais do curso de reciclagem para infratores do Código de Trânsito Brasileiro, de acordo com o art. 268.	Revogada pela Resolução nº 168/04



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
59	21.05.98	Dispõe sobre a notificação de infrações de trânsito dos veículos pertencentes a sociedades de arrendamento mercantil.	Revogada pela Resolução nº 149/03
60	21.05.98	Dispõe sobre a permissão de utilização de controle eletrônico para o registro do movimento de entrada e saída e de uso de placas de experiência pelos estabelecimentos constantes do art. 330 do CTB.	Em vigor
61	21.05.98	Esclarece os artigos 131 e 133 do Código de Trânsito Brasileiro que trata do Certificado de Licenciamento Anual.	Em vigor
62	21.05.98	Estabelece o uso de pneus extralargos e define seus limites de peso de acordo com o parágrafo único do art. 100 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 787/94
63	21.05.98	Disciplina o registro e licenciamento de veículos de fabricação artesanal, conforme o art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 758/92
64	23.09.98	Altera a composição dos Conselhos Estaduais de Trânsito-CETRANs, do Conselho de Trânsito do Distrito Federal-CONTRAN-DIFE e das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARIs.	Revogada pela Resolução nº 147/03
65	23.09.98	Dispõe sobre a integração dos órgãos e entidades executivos dos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, de acordo com o § 2º do art. 24 e art. 333 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.	Revogada pela Resolução nº 106/99

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
66	23.09.98	Institui tabela de distribuição de competência dos órgãos executivos de trânsito.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 121/01 e nº 202/06
67	23.09.98	Concede prazo para regularização da habilitação dos condutores de veículos a que se refere o art. 144, do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.	Revogada pela Resolução nº 168/04
68	23.09.98	Requisitos de segurança necessários à circulação de Combinações de Veículos de Carga- CVC, a que se referem os arts. 97, 99 e 314 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB e os §§ 3º e 4º dos arts. 1º e 2º, respectivamente, da Resolução 12/98 - CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 211/06
69	23.09.98	Revoga a Resolução nº 47, de 21 de maio de 1998, que define as características e estabelece critérios para o reboque de carretas por motocicletas.	Em vigor Revoga a Resolução nº 47/98
70	23.09.98	Dispõe sobre curso de treinamento específico para condutores de veículos rodoviários transportadores de produtos perigosos.	Revogada pela Resolução nº 91/99
71	23.09.98	Altera o § 1º do art. 3º e os Anexos I, II e III da Resolução no 765/93-CONTRAN, e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 176/05
72	19.11.98	Altera o Anexo da Resolução no 17/98, que estabelece procedimentos de informação sobre o condutor do veículo, no momento da infração.	Revogada pela Resolução nº 149/03

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
73	19.11.98	Estabelece critérios para aposição de inscrições, painéis decorativos e películas não refletivas nas áreas envidraçadas dos veículos, de acordo com o disposto no inciso III do art.111 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.	Revogada pela Resolução nº 254/07
74	19.11.98	Regulamenta o credenciamento dos serviços de formação e processo de habilitação de condutores de veículos.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 89/99, 168/04 e nº 198/06
75	19.11.98	Estabelece os requisitos de segurança necessários a circulação de Combinações para Transporte de Veículos – CTV.	Revogada pela Resolução nº 274/08
76	19.11.98	Altera a redação do art. 2º, § 2º da Resolução no 68/98-CONTRAN e substitui o seu Anexo III.	Revogada pela Resolução nº 184/05
77	19.11.98	Estabelece os procedimentos para o cadastramento de veículos no RENAVAM, a emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV e a comprovação de atendimento dos requisitos de segurança veicular, de acordo com o que dispõe o art. 103 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.	Revogada pelas Resoluções nº 200/06 e nº 261/07 Revoga a Resolução nº 41/98
78	19.11.98	Trata das normas e requisitos de segurança para a fabricação, montagem e transformação de veículos.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
79	19.11.98	Estabelece a sinalização indicativa de fiscalização.	Revogada pela Resolução nº 141/02
80	19.11.98	Altera os Anexos I e II da Resolução nº 51/98-CONTRAN, que dispõe sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de avaliação psicológica.	Revogada pela Resolução nº 267/08
81	19.11.98	Disciplina o uso de medidores da alcoolemia e a pesquisa de substâncias entorpecentes no organismo humano, estabelecendo os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes.	Revogada pela Resolução nº 206/06
82	19.11.98	Dispõe sobre a autorização, a título precário, para o transporte de passageiros em veículos de carga.	Em vigor Revoga a Resolução nº 683/87
83	19.11.98	Reconhece o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER como o Órgão Executivo Rodoviário da União.	Revogada pela Lei nº 10.233/01 e pela Resolução nº 298/08
84	19.11.98	Estabelece normas referentes a Inspeção Técnica de Veículos – ITV de acordo com o art. 104 do CTB.	Suspensa pela Resolução nº 107/99

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
85	04.05.99	Dispensa os tripulantes de aeronaves do exame de aptidão física e mental necessário à obtenção ou à renovação periódica da Carteira Nacional de Habilitação-CNH.	Revogada pela Resolução nº 168/04
86	04.05.99	Prorroga o prazo estabelecido no art. 52 da Resolução 820/96, que trata da utilização do radar portátil avaliador de velocidade pela fiscalização de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 141/02
87	04.05.99	Dá nova redação à alínea “a”, e cria a alínea “c” inciso III do art. 2º, prorroga o prazo referente ao inciso II do art. 6º da Resolução n- 14/98-CONTRAN, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 103/99
88	04.05.99	Estabelece modelo de placa para veículos de representação e dá outras providências.	Em vigor
89	04.05.99	Altera a Resolução no 74/98, que regulamenta o credenciamento dos serviços de formação e processo de habilitação de condutores de veículos.	Revogada pela Resolução 198/06
90	04.05.99	Prorroga o prazo para expedição da Carteira Nacional de Habilitação, conforme disposto no art. 55 da Resolução nº 71/98-CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 168/04
91	04.05.99	Dispõe sobre os Cursos de Treinamento Específico e Complementar para Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Produtos Perigosos.	Revogada pela Resolução nº 168/04

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
92	04.05.99	Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 815/96 e 816/96
93	04.05.99	Altera o art. 10 e revoga os arts. 11 e 13, todos da Resolução no 50/98-CONTRAN, que trata sobre processo de habilitação de condutores de veículos.	Revogada pela Resolução nº 168/04
94	14.07.99	Estabelece modelo de placa para veículos de representação.	Revogada pela Resolução nº 275/08
95	14.07.99	Fixa o Calendário de Licenciamento anual de veículos para todo território nacional.	Revogada pela Resolução nº 110/00
96	14.07.99	Altera os itens 4.1 das Diretrizes para estabelecimento do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIs e 7 das Diretrizes para estabelecimento do Regimento Interno dos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.	Revogada pela Resolução nº 147/03
97	14.07.99	Dispõe sobre a utilização do percentual dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), destinados ao órgão Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito pelo parágrafo único do art. 78 do Código de Trânsito Brasileiro.	Revogada pela Resolução nº 143/03

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
98	14.07.99	Acresce parágrafos aos arts. 10 e 30 da Resolução no 50/98 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 168/04
99	31.08.99	Prorroga o prazo de substituição das placas de identificação dos veículos, previsto no art. 8º da Resolução 45/98-CONTRAN.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
100	31.08.99	Prorroga os prazos estabelecidos nos arts. 3º da Resolução nº 79/98 e 6º da Resolução nº 81/98 – CONTRAN.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
101	31.08.99	Suspensão da vigência da Resolução nº 84/98-CONTRAN que estabelece forma e periodicidade referente a Inspeção Técnica de Veículos – ITV de acordo com o art. 104 do Código de Trânsito Brasileiro.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
102	31.08.99	Dispõe sobre a tolerância máxima de peso bruto de veículos.	Revogada pela Resolução nº 258/07
103	21.12.99	Prorroga o prazo para a entrada em vigor do disposto no art. 1º da Resolução nº 87, de 04 de maio de 1999, que alterou a Resolução nº 14/98-CONTRAN.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
104	21.12.99	Dispõe sobre tolerância máxima de peso bruto de veículos.	Revogada pela Resolução nº 258/07
105	21.12.99	Estabelece a obrigatoriedade de utilização de dispositivos de segurança para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga.	Revogada pela Resolução nº 128/01

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
106	21.12.99	Dispõe sobre a integração dos órgãos e entidades executivos municipais rodoviários e de trânsito ao Sistema Nacional de Trânsito.	Revogada pela Resolução nº 296/08 Revoga a Resolução nº 65/98
107	21.12.99	Suspende a vigência da Resolução nº 84/98.	Em vigor
108	21.12.99	Dispõe sobre a responsabilidade pelo pagamento de multas.	Em vigor
109	21.12.99	Trata da homologação dos equipamentos, aparelhos ou dispositivos para exames de alcoolemia (etilômetros, etilotestes ou bafômetros).	Em vigor



2000

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
110	24.02.00	Fixa o calendário para renovação do Licenciamento Anual de Veículos e revoga a Resolução CONTRAN nº 95/99.	Em vigor
111	24.02.00	Prorroga o prazo estabelecido no art. 3º da Resolução nº 79/98.	Extinta
112	05.05.00	Prorroga o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 105/99, e dá outras providências.	Revogada
113	05.05.00	Acrescentar Parágrafo 4º ao art. 1º da Resolução nº 11/98-CONTRAN.	Em vigor
114	05.05.00	Acrescentar Parágrafo único ao art. 4º da Resolução nº 104/99-CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 258/07
115	05.05.00	Proíbe a utilização de chassi de ônibus para transformação em veículos de carga.	Em vigor
116	05.05.00	Revoga a Resolução CONTRAN 506/76.	Em vigor Revoga a Resolução nº 506/76
117	26.07.00	Prorroga o prazo estabelecido no Parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 820/96 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 141/02
118	26.07.00	Prorroga o prazo estabelecido no art. 3º da Resolução nº 79/98 – CONTRAN.	Extinta
119	26.07.00	Suspende a vigência da Resolução nº 105/99 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 128/01

2007

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
120	14.02.01	Dispõe sobre o Projeto Educação e Segurança no Trânsito - escolas de ensino médio - que trata da inclusão de conteúdos específicos sobre Trânsito no Ensino Médio, em consonância com o disposto na Resolução 50/98 - CONTRAN e define procedimentos para implantação nas escolas interessadas.	Revogada pela Resolução nº 265/07
121	14.02.01	Altera o Anexo da Resolução nº 66/98 – CONTRAN, que institui tabela de distribuição de competência dos órgãos executivos de trânsito.	Em vigor
122	14.02.01	Acrescenta parágrafos ao art. 3º da Resolução nº 765/93 CONTRAN e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 133/02
123	14.02.01	Prorroga o prazo estabelecido no Parágrafo único do art. 5º da Resolução 820/96 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 141/02
124	14.02.01	Estabelece normas relativas à alienação fiduciária de veículos automotores e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 159/04
125	14.02.01	Prorroga o prazo estabelecido no art. 3º da Resolução no 79/98 – CONTRAN.	Extinta
126	06.08.01	Altera as cores predominantes do Certificado de Registro de Veículo - CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV.	Revogada pela Resolução nº 130/02



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
127	06.08.01	Altera o inciso I do artigo 1º da Resolução nº 56, de 21 de maio de 1998 - CONTRAN, e substitui o seu anexo.	Em vigor
128	06.08.01	Estabelece a obrigatoriedade de utilização de dispositivo de segurança para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 105/99 e nº 119/00
129	06.08.01	Estabelece os requisitos de segurança e dispensa a obrigatoriedade do uso de capacete para o condutor e passageiros do triciclo automotor com cabine fechada, quando em circulação somente em vias urbanas.	Em vigor

2002

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
130	02.04.02	Revoga a Resolução CONTRAN nº 126, que estabelecia as cores do Certificado de Registro de Veículo – CRV e ao Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV.	Em vigor Revoga a Resolução nº 126/01
131	02.04.02	Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para fiscalização da velocidade de veículos automotores, elétricos, reboques e semi-reboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.	Declarada nula pela Resolução nº 140/02
132	02.04.02	Estabelece a obrigatoriedade de utilização de película refletiva para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga em circulação.	Em vigor
133	02.04.02	Revoga a Resolução CONTRAN nº 122, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Resolução nº 765/93 CONTRAN, estabelecendo faixa dourada na Carteira Nacional de Habilitação.	Em vigor Revoga a Resolução nº 122/01
134	02.04.02	Revoga a Resolução nº 782/94.	Em vigor
135	02.04.02	Aprova o Regimento das Câmaras Temáticas.	Revogada pela Resolução nº 138/02

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
136	02.04.02	Dispõe sobre os valores das multas de infração de trânsito.	Em vigor
137	28.08.02	Dispõe sobre a atribuição de competência para a realização da inspeção técnica nos veículos utilizados no transporte rodoviário internacional de cargas e dá outras providências.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 177/05
138	28.08.02	Aprova o Regimento Interno das Câmaras Temáticas.	Revogada pela Resolução nº 144/03
139	28.08.02	Dá nova redação ao item 4.1 das diretrizes para estabelecimento do regimento interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIS e ao art.1º da Resolução 96/99.	Revogada pela Resolução nº 147/03
140	19.09.02	Declara a nulidade da Resolução nº 131, de 2 de abril de 2002 e da Deliberação nº 034, de 9 de maio de 2002, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 9 e 10 de maio do corrente.	Em vigor
141	03.10.02	Dispõe sobre o uso, a localização, a instalação e a operação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico para auxiliar na gestão do trânsito e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 146/03

2003

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
142	26.03.03	Dispõe sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, a participação dos órgãos e entidades de trânsito nas reuniões do sistema e as suas modalidades.	Em vigor
143	26.03.03	Dispõe sobre a utilização dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, destinados ao órgão Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e dá outras providências.	Em vigor Revoga pela Resolução nº 97/99
144	21.08.03	Aprova o Regimento Interno das Câmaras Temáticas.	Revogada pela Resolução nº 218/06
145	21.08.03	Dispõe sobre o intercâmbio de informações, entre órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e os demais órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios que compõem o Sistema Nacional de Trânsito e dá outras providências.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 154/03

2003

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
146	27.08.03	Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semi-reboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 141/2002 Alterada pelas Resoluções nº 165/04, nº 202/06, nº 214 e nº 340/10
147	19.09.03	Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.	Revogada pela Resolução nº 233/07
148	19.09.03	Declara revogadas as Resoluções n.º 472/74, 568/80, 812/96 e 829/97.	Em vigor
149	19.09.03	Dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo da lavratura do auto de infração, da expedição da Notificação da Autuação e da Notificação da Penalidade de multa e de advertência por infrações de responsabilidade do proprietário e do condutor do veículo e da identificação do condutor infrator.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 17/98, nº 59/98 e nº 72/98. Alterada pela Resolução nº 156/04
150	08.10.03	Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e do Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.	Revogada pela Resolução nº 244/07

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
151	08.10.03	Dispõe sobre a unificação de procedimentos para imposição de penalidade de multa a pessoa jurídica proprietária de veículos por não identificação de condutor infrator.	Em vigor
152	29.10.03	Estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de pára-choque traseiro para veículos de carga.	Em vigor
153	17.12.03	Estabelece proibição de uso de equipamento eletrônico, para cumprimento das normas de segurança de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 190/06
154	17.12.03	Dispõe sobre a alteração do prazo estabelecido no art. 6º da Resolução do CONTRAN nº 145 de 21 de agosto de 2003.	Em vigor



2004

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
155	28.01.04	Estabelece as bases para a organização e o funcionamento do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF e determina outras providências.	Em vigor
156	22.04.04	Dispõe sobre a alteração do prazo estabelecido no art. 14 da Resolução do CONTRAN nº 149 de 19 de setembro de 2003, publicada no DOU de 16 de outubro de 2003.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
157	22.04.04	Fixa especificações para os extintores de incêndio, equipamento de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semi-reboque, de acordo com o Artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 560/80 e nº 743/89 Alterada pelas Resoluções nº 223/07, 272/08 e 333/09
158	22.04.04	Proíbe o uso de pneus reformados em ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclos, bem como rodas que apresentem quebras, trincas e deformações.	Suspensa pela Deliberação nº 63/08-CONTRAN

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
159	22.04.04	Estabelece procedimentos para o registro de contrato com cláusula de garantia real e anotação no Certificado de Registro de Veículos CRV e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 320/09 Revoga as Resoluções nº 806/95 e nº 124/01
160	22.04.04	Aprova o Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Prazo prorrogado pela Resolução nº 195/06
161	26.05.04	Acresce parágrafos ao art. 30 da Resolução nº 50/98 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 168/04
162	26.05.04	Dispõe sobre a alteração do prazo estabelecido no art. 8º da Resolução do CONTRAN nº 151, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2003.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
163	24.06.04	Acresce alínea ao inciso III do artigo 1º da Resolução nº 12/98 – CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 210/06
164	10.09.04	Acresce parágrafo único ao art. 1º da Resolução CONTRAN nº 68/98.	Revogada pela Resolução nº 211/06
165	10.09.04	Regulamenta a utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização, nos termos do § 2º do artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 174/05



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
166	15.09.04	Aprova as diretrizes da Política Nacional de Trânsito.	Em vigor
167	14.12.04	Suspende a proibição de uso de pneus reformados em ciclomotores, motonetas, motocicleta e triciclo de que trata a Resolução nº 158, de 22 de abril de 2004.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
168	14.12.04	Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 169/05, nº 193/06, nº 222/07 e nº 285/08

2005

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
169	17.03.05	Altera a Resolução nº 168/04, de 14 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 245, Secção I, Página 73, de 22 de dezembro de 2004.	Em vigor
170	15.03.05	Suspende a proibição de uso de pneus reformados em ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclos de que trata a Resolução 158/04.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
171	17.03.05	Dispõe sobre a utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização nos termos do parágrafo 2º do art 280 do CTB.	Revogada pela Resolução nº 174/05
172	11.05.05	Altera o Regimento Interno das Câmaras Temáticas aprovado pela Resolução nº 144/03.	Revogada pela Resolução nº 218/06
173	23.06.05	Suspende a proibição de uso de pneus reformados em ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclo de que trata a Resolução nº 158, de 22 de abril de 2004.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
174	23.06.05	Altera e esclarece dispositivos da Resolução CONTRAN nº 165/04, que trata da regulamentação da utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização, nos termos do § 2º do Artigo 280 do CTB.	Em vigor Revoga a Resolução nº 171/05

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
175	07.07.05	Altera as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, aprovado pela Resolução nº 147/2003.	Revogada pela Resolução nº 233/07
176	07.07.05	Regulamenta a expedição da CNH, ACC e Permissão para Dirigir.	Revogada pela Resolução nº 192/06
177	07.07.05	Altera a Resolução nº 137, de 28 de agosto de 2002, para incluir a atribuição de competência para a realização da inspeção técnica nos veículos utilizados no transporte rodoviário internacional de passageiros e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 137/02
178	07.07.05	Dispõe sobre uniformização do procedimento para realização de hasta pública dos veículos removidos, recolhidos e apreendidos, a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme o disposto no artigo 328 do CTB.	Revogada pela Resolução nº 331/09
179	07.07.05	Estabelece a revisão de procedimentos para a baixa de registro de veículos conforme o disposto no artigo 126 do CTB e na Resolução nº 11/98.	Em vigor Altera a Resolução nº 11/98
180	26.08.05	Aprova o Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.	Em vigor Prazo prorrogado pela Resolução nº 195/06

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
181	01.09.05	Disciplina a instalação de múltiplos tanques, tanque suplementar e a alteração da capacidade do tanque original de combustível líquido em veículos, dedicados à sua propulsão ou operação de seus equipamentos especializados e dá outras providências.	Em vigor Revoga a Resolução nº 601/82 Alterada pela Resolução nº 194/06
182	09.09.05	Dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação da Carteira Nacional de Habilitação.	Em vigor Revoga a Resolução nº 54/98
183	21.10.05	Aprova o Regimento Interno das Câmaras Temáticas.	Revogada pela Resolução nº 218/06
184	21.10.05	Altera as Resoluções 12/98 e 68/98 do CONTRAN e revoga a Resolução 76/98 do CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 211/06
185	04.11.05	Estabelece os procedimentos para a prestação de serviços por Instituição Técnica Licenciada - ITL e emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, de que trata o Art.106 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.	Revogada pela Resolução nº 232/07

2005

2006

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
186	25.01.06	Suspende a vigência da Resolução 183, de 2005, que aprova o Regimento Interno das Câmaras Temáticas, e da outras providências.	Revogada pela Resolução nº 218/06
187	25.01.06	Altera os Anexos I e III da Resolução nº 16, de 06 de fevereiro de 1998, que especifica o modelo dos Certificados de Registro de Veículos CRV e Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos CRLV.	Em vigor
188	25.01.06	Fixa requisitos técnicos de segurança para o transporte de toras de madeira por veículo rodoviário de carga.	Revogada pela Resolução nº 196/06
189	25.01.06	Acresce alínea “c” ao inciso I do art. 2º da Resolução nº 68/98, alterado pela Resolução 184, de 21 de outubro de 2005.	Revogada pela Resolução nº 211/06
190	16.02.06	Proíbe o uso de equipamento capaz de gerar imagens para fins de entretenimento, e dá outras providências	Revogada pela Resolução nº 242/07
191	16.02.06	Dispõe sobre aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
192	30.03.06	Regulamenta a expedição do documento único da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute e requisitos de segurança.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 765/93 e nº 176/05

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
193	26.05.06	Dispõe sobre a Regulamentação do Candidato ou Condutor Estrangeiro.	Em vigor Altera a Resolução nº 168/04
194	26.05.06	Dá nova redação ao art. 6º, da Resolução 181/2005, do Conselho Nacional do Trânsito de 1º de setembro de 2005.	Em vigor
195	30.06.06	Prorroga os prazos previstos no art. 2º da Resolução nº 160, de 22 de abril de 2004, e o art. 3ª da Resolução 180, de 26 de agosto de 2005, do CONTRAN.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
196	25.07.06	Fixa requisitos técnicos de segurança para o transporte de toras e de madeira bruta por veículo rodoviário de carga.	Em vigor Revoga a Resolução nº 188/06 Alterada pela Resolução nº 246/07
197	25.07.06	Regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboque (engate) utilizado em veículos com PBT de até 3.500kg e dá outras providências.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 234/07
198	25.07.06	Altera a Resolução nº 74/98 e revoga a Resolução nº 89/99, que regulamentam o credenciamento dos serviços de formação de condutores de veículos automotores.	Em vigor Revoga a Resolução nº 89/99

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
199	25.08.06	Estabelece critérios para registro ou a regularização da numeração dos motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País	Revogada pela Resolução nº 250/07
200	25.08.06	Dispõe sobre a concessão de código de marca/modelo/versão para veículos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 261/07
201	25.08.06	Dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 262/07
202	25.08.06	Regulamenta a Lei nº 11.334 de 25 de julho de 2006, que alterou o artigo 218 da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
203	29.09.06	Disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizados e quadriciclo motorizado, e dá outras providências.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 230/07, nº 257/07 e nº 270/08

2006

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
204	20.10.06	Regulamenta o volume e a frequência dos sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos e estabelece metodologia para medição a ser adotada pelas autoridades de trânsito ou seus agentes, a que se refere o art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.	Em vigor
205	20.10.06	Dispõe sobre os documentos de porte obrigatório e dá outras providências.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 235/07 Revoga a Resolução nº 13/98
206	20.10.06	Dispõe sobre os requisitos necessários para constatar o consumo de álcool, substância entorpecente, tóxica ou de efeito análogo no organismo humano, estabelecendo os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes.	Em vigor Revoga a Resolução nº 81/98
207	20.10.06	Estabelece critérios de padronização para funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito.	Em vigor
208	26.10.06	Estabelece as bases para a organização e o funcionamento do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST) e dá outras providências.	Em vigor
209	26.10.06	Cria o código numérico de segurança para o Certificado de Registro de Veículo (CRV), e estabelece a sua configuração e utilização.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
210	13.11.06	Estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres e dá outras providências.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 12/98 e 163/04 Alterada pelas Resoluções nº 284/08 e 326/09
211	13.11.06	Requisitos necessários à circulação de Combinações de Veículos de Carga (CVC), a que se referem os arts. 97, 99 e 314 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 68/98, nº 164/04, nº 184/05 e nº 189/06 Alterada pela Resolução nº 256/07
212	13.11.06	Dispõe sobre a implantação do Sistema de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) em todo o território nacional.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 338/09
213	13.11.06	Fixa requisitos para a circulação de veículos transportadores de contêineres.	Em vigor
214	13.11.06	Altera o art. 3º e o Anexo I, acrescenta o art. 5º A e o Anexo IV na Resolução CONTRAN nº 146/03 e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 146/03

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
215	14.12.06	Regulamenta a fabricação, instalação e uso de dispositivo denominado “quebra-mato” em veículos automotores com peso bruto total de até 3.500 kg.	Em vigor
216	14.12.06	Fixa exigências sobre condições de segurança e visibilidade dos condutores em pára-brisas em veículos automotores, para fins de circulação nas vias públicas.	Em vigor
217	14.12.06	Delega competência ao órgão máximo executivo de trânsito da União para estabelecer os campos de preenchimento das informações que devem constar do Auto de Infração.	Em vigor Revoga a Resolução nº 01/98
218	20.12.06	Aprova o Regimento Interno das Câmaras Temáticas do CONTRAN.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 144/03, nº 172/05, nº 183/05 e nº 186/06 Alterada pela Resolução nº 313/09

2006

2007

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
219	11.01.07	Estabelece requisitos de segurança para transporte remunerado de cargas por motocicleta e motoneta.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 251/07
220	11.01.07	Estabelece requisitos para ensaios de resistência e ancoragem dos bancos e apoios de cabeça nos veículos.	Em vigor
221	11.01.07	Estabelece requisitos de proteção aos ocupantes e integridade do sistema de combustível decorrente de impacto nos veículos.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 255/07
222	11.01.07	Acrescenta § 5º ao art. 33 da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 168/04
223	09.02.07	Altera a Resolução n.º 157/2004, de 22 de abril, do CONTRAN, que fixa as especificações para os extintores de incêndio.	Em vigor
224	09.02.07	Estabelece requisitos de desempenho dos sistemas limpador e lavador do pára-brisa para fins de homologação de veículos automotores.	Em vigor Altera as Resoluções nº 461/72 e nº 463/73

100 anos

DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NO BRASIL

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
225	09.02.07	Estabelece requisitos de localização, identificação e iluminação dos controles, indicadores e lâmpadas piloto.	Em vigor
226	09.02.07	Estabelece requisitos para o desempenho e a fixação de espelhos retrovisores.	Em vigor Produz efeito compulsório a partir de 01/01/2012
227	09.02.07	Estabelece requisitos referentes aos sistemas de iluminação e sinalização de veículos.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 294/08 Revoga as Resoluções nº 680/87 e nº 692/88
228	02.03.07	Dar nova redação ao item “10” do inciso IV do art. 1º da Resolução nº 14, do CONTRAN.	Em vigor
229	02.03.07	Prorrogar o prazo de entrada em vigor das Resoluções nºs. 200/2006 e 201/2006, do CONTRAN.	Revogada pela Resolução nº 252/07
230	02.03.07	Prorrogar o prazo de entrada em vigor da Resolução nº 203/2006, do CONTRAN.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
231	15.03.07	Estabelece o Sistema de Placas de Identificação de Veículos.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 241/07, 288/08 e 309/09 Revoga as Resoluções nº 783/94 e nº 45/98

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
232	30.03.07	Estabelece procedimentos para a prestação de serviços por Instituição Técnica Licenciada (ITL) e Entidade Técnica Pública ou Paraestatal (ETP), para emissão do Certificado de Segurança Veicular (CSV), de que trata o art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 237/07 e 266/07 Revoga a Resolução nº 185/05
233	30.03.07	Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).	Em vigor Revoga as Resoluções nº 147/03 e nº 175/05
234	11.05.07	Dá nova redação ao artigo 6º da Resolução 197, de 25 de julho de 2006.	Em vigor Altera a Resolução nº 197/06
235	11.05.07	Altera o art. 3º da Resolução nº 205, de 20 de outubro de 2006, do CONTRAN, que dispõe sobre os documentos de porte obrigatório.	Em vigor Altera a Resolução nº 205/06
236	11.05.07	Aprova o Volume IV - Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
237	11.05.07	Acresce parágrafo único ao artigo 16 da Resolução nº 232/2007 – CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 232/07
238	25.05.07	Dispõe sobre o porte obrigatório do Certificado de Apólice Única do Seguro de Responsabilidade Civil do proprietário e/ou condutor de automóvel particular ou de aluguel, não registrado no país de ingresso, em viagem internacional.	Em vigor
239	01.06.07	Estabelece os documentos necessários para o proprietário ou o infrator apresentar defesa da autuação por infração de trânsito e para interpor recurso da penalidade aplicada de multa de trânsito.	Revogada pela Resolução nº 299/08
240	22.06.07	Estabelece os temas e cronograma de execução das campanhas de educação para o trânsito de âmbito nacional em 2007.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo
241	22.06.07	Dá nova redação aos incisos I e II do art. 6º, ao art. 11 e ao Anexo da Resolução nº 231/2007 – CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 231/07
242	22.06.07	Dispõe sobre a instalação e utilização de equipamentos Geradores de imagens nos veículos automotores.	Em vigor Revoga a Resolução nº 190/06
243	22.06.07	Aprova o Volume II - Sinalização Vertical de Advertência, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
244	22.06.07	Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e do Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.	Em vigor Revoga a Resolução nº 150/03
245	27.07.07	Dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e estrangeiros.	Em vigor Alterada pela Resolução nº 329/09
246	27.07.07	Altera a Resolução nº 196, de 25 de julho de 2006, do CONTRAN, que fixa requisitos técnicos de segurança para o transporte de toras de madeira bruta por veículo rodoviário de carga.	Em vigor Altera a Resolução nº 196/06
247	27.07.07	Dispõe sobre a extensão do prazo de vigência do Certificado de Inspeção Técnica Veicular quando expirado no país de trânsito ou de destino.	Em vigor
248	27.08.07	Dispõe sobre a atuação, notificação e aplicação de penalidade nos casos de infrações cometidas por pessoas físicas ou jurídicas sem a utilização de veículos, expressamente mencionados no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e estabelece as informações mínimas que deverão constar do Auto de Infração específico.	Em vigor
249	27.08.07	Regulamenta o procedimento de coleta e armazenamento de impressão digital nos processos de habilitação ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH.	Revogada pela Resolução nº 287/08 Alterada pela Resolução nº 260/07

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
250	24.09.07	Estabelece critérios para a regularização da numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País.	Revogada pela Resolução nº 282/08 Revoga a Resolução nº 199/06
251	24.09.07	Dá nova redação ao § 3º do art. 3º, art. 14, item “c” do Anexo II e Anexo III, da Resolução nº 219, de 11 de janeiro de 2007, do CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 219/07
252	24.09.07	Prorroga o prazo de entrada em vigor das Resoluções nºs 200/2006 e 201/2006 do CONTRAN.	Em vigor Revoga a Resolução nº 229/07 Altera as Resoluções nº 200/06 e 201/06
253	26.10.07	Dispõe sobre o uso de medidores de transmissão luminosa.	Em vigor
254	26.10.07	Estabelece requisitos para os vidros de segurança e critérios para aplicação de inscrições, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores, de acordo com o inciso III, do artigo 111 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 73/98 e 784/94 Ver Resolução nº 334/09

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
255	26.10.07	Altera o caput do art. 1º da Resolução nº 221/2007, do CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 221/07
256	30.11.07	Altera o § 2º, do art. 2º da Resolução nº 211, de 13 de novembro de 2006, do CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 211/07
257	30.11.07	Altera o art. 4º da Resolução nº 203/2006, que disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo e quadriciclo motorizados, e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 203/06 Revoga os artigos 1º, 2º e 4º da Resolução nº 20/98
258	30.11.07	Regulamenta os artigos 231, X e 323 do Código Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências.	Em vigor Alterada pelas Resoluções, nº 301/08 nº 328/09 e nº 337/09 Revoga as Resoluções nº 102/99, 104/99 e 114/00

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
259	30.11.07	Altera a Resolução nº 14, de 06 de fevereiro de 1998 e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 14/98
260	14.12.07	Altera o art. 9º da Resolução nº 249, de 27 de agosto de 2007, do CONTRAN.	Extinta pelo cumprimento de seu prazo Altera a Resolução nº 249/07
261	14.12.07	Dispõe sobre a concessão de código de marca/modelo/versão para veículos e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 291/08 Revoga a Resolução nº 200/06
262	14.12.07	Dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 292/08 Revoga a Resolução nº 201/06

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
263	14.12.07	Estabelece requisitos necessários à coordenação do sistema de arrecadação de multas de trânsito e a implantação do sistema informatizado de controle da arrecadação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.	Revoga a Resolução nº 10/98 Revogada pela Resolução nº 335/09 a partir de 01/03/2010
264	14.12.07	Estabelece requisitos de segurança para o transporte de blocos de rochas ornamentais.	Em vigor Alterada pela Deliberação nº 89/2010
265	14.12.07	Dispõe sobre a formação teórico-técnica do processo de habilitação de condutores de veículos automotores elétricos como atividade extracurricular no ensino médio e define os procedimentos para implementação nas escolas interessadas.	Em vigor Revoga a Resolução nº 120/01
266	19.12.07	Dá nova redação ao inciso IV do art. 15 da Resolução nº 232/2007 – CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 232/07

2008

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
267	15.02.08	Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Alterada pelas Resoluções nº 283/08 e 327/09 Revoga as Resoluções nº 51 e 80/98
268	15.02.08	Dispõe sobre o uso de luzes intermitentes ou rotativas em veículos, e dá outras providências.	Em vigor Revoga a Resolução nº 679/87 e Decisão nº 08/93 do Presidente do CONTRAN
269	15.02.08	Dá nova redação ao inciso I do art. 4º da Resolução nº 4/98, do CONTRAN, que dispõe sobre o trânsito de veículos novos, nacionais ou importados, antes do registro e licenciamento.	Em vigor Altera a Resolução nº 04/98 Revoga a Resolução nº 20/98
270	15.02.08	Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 203/2006, do CONTRAN.	Em vigor



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
271	14.03.08	Dispõe sobre normas de atuação a serem adotadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF na fiscalização do trânsito nas rodovias federais.	Revogada pela Resolução nº 289/08
272	14.03.08	Altera a redação do art. 9º da Resolução nº 157, de 22 de abril de 2004, do CONTRAN, que fixa especificações para os extintores de incêndio, como equipamento obrigatório.	Em vigor Altera a Resolução nº 157/04
273	04.04.08	Regulamenta a utilização de semi-reboques por motocicletas e motonetas, define características, estabelece critérios e dá outras providências.	Em vigor

2008

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
274	25.04.08	Estabelece requisitos de segurança necessários à circulação de Combinações para Transporte de Veículos - CTV.	Revogada pela Resolução nº 305/09 Revoga a Resolução nº 75/98
275	25.04.08	Estabelece modelo de placa para veículos de representação de acordo com o art. 115, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 94/99
276	25.04.08	Estabelece procedimentos necessários ao cadastramento dos registros de prontuários de condutores, anteriores ao Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, a serem incluídos na Base de Índice Nacional de Condutores – BINCO, e dá outras providências.	Suspensa pela Deliberação nº 71/08-CONTRAN
277	28.05.08	Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos.	Em vigor Revoga a Resolução nº 15/98
278	28.05.08	Proíbe a utilização de dispositivos que travem, afrouxem ou modifiquem o funcionamento dos cintos de segurança.	Em vigor
279	28.05.08	Altera o inciso IV, do artigo 2º, da Resolução nº 14, de 6 de fevereiro de 1998-CONTRAN, que trata dos equipamentos obrigatórios, para dispensar de cinto de segurança os veículos de uso bélico.	Em vigor Altera a Resolução nº 14/98

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
280	30.05.08	Dispõe sobre a inspeção periódica do Sistema de Gás Natural instalado originalmente de fábrica, em veículo automotor.	Em vigor
281	26.06.08	Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação.	Em vigor a partir de 01/07/2010 Alterada pela Deliberação nº 87/2009
282	26.06.08	Estabelece critérios para a regularização da numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País.	Em vigor Revoga a Resolução nº 250/07 Alterada pelas Resoluções nº 308/09 e 325/09
283	01.07.08	Altera a Resolução nº 267, de 15 de fevereiro de 2008, do CONTRAN, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º e 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.	Em vigor Altera a Resolução nº 267/08
284	01.07.08	Acresce § 3º ao art. 9º da Resolução nº 210/2006, do CONTRAN, para liberar da exigência de eixo auto-direcional os semi-reboques com apenas dois eixos distanciados.	Em vigor Altera a Resolução nº 210/06

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
285	29.07.08	Alterar e complementar o Anexo II da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004 do CONTRAN, que trata dos cursos para habilitação de condutores de veículos automotores e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 168/04 Alterada pela Resolução nº 307/09
286	29.07.08	Estabelece placa de identificação e define procedimentos para o registro, emplacamento e licenciamento, pelos órgãos de trânsito em conformidade com o Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAL, de veículos automotores pertencentes às Missões Diplomáticas e às Delegações Especiais, aos agentes diplomáticos, às Repartições Consulares de Carreira, aos agentes consulares de carreira, aos Organismos Internacionais e seus funcionários, aos Funcionários Estrangeiros Administrativos e Técnicos das Missões Diplomáticas, de Delegações Especiais e de Repartições Consulares de Carreira e aos Peritos Estrangeiros de Cooperação Internacional.	Em vigor Revoga a Resolução nº 835/97 Alterada pela Deliberação nº 88/2009
287	29.07.08	Regulamenta o procedimento de coleta e armazenamento de impressão digital nos processos de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.	Em vigor Revoga a Resolução nº 249/07
288	29.07.08	Dá nova redação ao item 1 do anexo da Resolução 231, de 15 de março de 2007.	Revogada pela Resolução nº 309/09

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
289	29.08.08	Dispõe sobre normas de atuação a serem adotadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF na fiscalização do trânsito nas rodovias federais.	Em vigor Revoga a Resolução nº 271/08
290	29.08.08	Disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e X, do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Revoga a Resolução nº 49/98
291	29.08.08	Dispõe sobre a concessão de código de marca/modelo/versão para veículos e dá outras providências.	Em vigor Revoga a Resolução nº 261/07
292	29.08.08	Dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Em vigor Revoga a Resolução nº 262/07 Alterada pela Resolução nº 319/09 e Portaria nº 25/10 – Denatran
293	29.09.08	Fixa requisitos de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos e dá outras providências.	Em vigor Revoga as Resoluções nº 699/88 e nº 746/89

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
294	17.10.08	Altera a Resolução nº 227/2007, de 09 de fevereiro, do CONTRAN, que estabelece requisitos referentes aos sistemas de iluminação e sinalização de veículos.	Em vigor Altera a Resolução nº 227/07
295	28.10.08	Estabelece cronograma para a instalação de equipamento obrigatório definido na Resolução nº 245/2007, denominado antifurto, nos veículos novos, nacionais e importados.	Revogada pela Resolução nº 330/09
296	28.10.08	Dispõe sobre a integração dos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito.	Em vigor Revoga a Resolução nº 106/99
297	21.11.08	Estabelece o relatório de avarias para a classificação dos danos decorrentes de acidentes e os procedimentos para a regularização ou baixa dos veículos e dá outras providências.	Em vigor Altera as Resoluções nº 11/98 e nº 25/98 Alterada pela Resolução nº 322/09
298	21.11.08	Revoga as Resoluções que declaram derogadas, ou insubsistentes, ou sem eficácia em face de dispositivo legal ou regulamentar posterior, que dispôs de forma contrária.	Em vigor

2008

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
299	04.12.08	Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para apresentação de defesa de autuação e recurso, em 1ª e 2ª instâncias, contra a imposição de penalidade de multa de trânsito.	Em vigor Revoga a Resolução nº 239/07
300	04.12.08	Estabelece procedimento administrativo para submissão do condutor a novos exames para que possa voltar a dirigir quando condenado por crime de trânsito, ou quando envolvido em acidente grave, regulamentando o art. nº 160 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor
301	18.12.08	Dispõe sobre a tolerância máxima de 7,5% (sete e meio por cento) de peso bruto, transferidos por eixo ao pavimento das vias públicas para efeitos da aplicação da Resolução CONTRAN nº 258/2007.	Revogada pela Resolução nº 328/09 Altera a Resolução nº 258/08
302	18.12.08	Define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamentos específicos de veículos.	Em vigor Revoga a Resolução nº 592/82
303	18.12.08	Dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas.	Em vigor
304	18.12.08	Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção.	Em vigor

2009

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
305	06.03.09	Estabelece requisitos de segurança necessários à circulação de Combinações para Transporte de Veículos – CTV e Combinações de Transporte de Veículos e Cargas Paletizadas – CTVP.	Em vigor Revoga a Resolução nº 274/08
306	06.03.09	Cria o código numérico de segurança para o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV e estabelece a sua configuração e utilização.	Em vigor
307	06.03.09	Altera a Resolução nº 285, de 29 de julho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN em seu Artigo 2º e Parágrafo Único, assegurando aos alunos matriculados em cursos regulamentados pela Resolução nº 168/04, na vigência do seu Anexo II, as condições nele estabelecidas, e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 285/08
308	06.03.09	Altera o prazo previsto no parágrafo 7º do artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 282/2008.	Revogada pela Resolução nº 325/09 Altera a Resolução nº 282/08
309	06.03.09	Dá nova redação ao item 1 do anexo a Resolução CONTRAN nº 231, de 15 de março de 2007, que estabelece o sistema de placas de identificação de veículos.	Em vigor Altera a Resolução nº 231/07 Revoga a Resolução nº 288/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
310	06.03.09	Altera os modelos e especificações dos Certificados de Registro de Veículos – CRV e de Licenciamento de Veículos – CRLV.	Em vigor
311	03.04.09	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva - Air Bag, na parte frontal dos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e importados.	Em vigor
312	03.04.09	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do sistema antitravamento das rodas – ABS nos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e importados.	Em vigor
313	08.05.09	Altera o Regimento Interno das Câmaras Temáticas do CONTRAN.	Em vigor Altera a Resolução nº 218/06
314	08.05.09	Estabelece procedimentos para a execução das campanhas educativas de trânsito a serem promovidas pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.	Em vigor Revoga a Resolução nº 420/69
315	08.05.09	Estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétricos, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação.	Em vigor
316	08.05.09	Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros M2 e M3 (tipos microônibus e ônibus) de fabricação nacional e estrangeira.	Em vigor

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
317	05.06.09	Estabelece o uso de dispositivos retrorrefletivos de segurança nos veículos de transporte de cargas e de transporte coletivo de passageiros em trânsito internacional no território nacional.	Em vigor
318	05.06.09	Estabelece limites de pesos e dimensões para circulação de veículos de transporte de carga e de transporte coletivo de passageiros em viagem internacional pelo território nacional.	Em vigor

2009



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
319	05.06.09	Altera os artigos 8º, 9º e o anexo da Resolução CONTRAN nº 292/2008, que dispõe sobre modificações de veículos previstas nos artigos 98 e 106, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	Em vigor Altera a Resolução nº 292/08 Revoga a Resolução nº 776/93
320	05.06.09	Estabelece procedimentos para o registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e para lançamento do gravame correspondente no Certificado de Registro de Veículos – CRV, e dá outras providências.	Em vigor Revoga a Resolução nº 159/04



Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
321	17.07.09	Institui exame obrigatório para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito no exercício da função em todo o território nacional.	Em vigor
322	17.07.09	Altera a redação do artigo 12 da Resolução nº 297/08, que estabelece o relatório de avarias para a classificação dos danos decorrentes de acidentes e os procedimentos para a regularização ou baixa de veículos.	Em vigor Altera a Resolução nº 297/08
323	17.07.09	Estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de protetor lateral para veículos de carga.	Em vigor
324	17.07.09	Dispõe sobre a expedição de Certificado Provisório de Registro e Licenciamento de Veículos.	Em vigor
325	17.07.09	Altera o prazo previsto no parágrafo 7º do artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 282/2008, que estabelece critérios para a regularização de numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no país.	Em vigor Altera a Resolução nº 282/08 Revoga a Resolução nº 308/09
326	17.07.09	Altera os artigos 11 e 12 da Resolução nº 210, de 13 de novembro de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 210/06

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
327	14.08.09	Altera a Resolução nº 267/2008-CONTRAN, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro.	Em vigor Altera a Resolução nº 267/08
328	14.08.09	Altera o prazo previsto no artigo 17 da Resolução CONTRAN nº 258/2007, que regulamenta os artigos 231, X e 323 do Código de Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências.	Revogada pela Resolução nº 337/09 Altera a Resolução nº 258/07 Revoga a Resolução nº 301/08
329	14.08.09	Altera dispositivo da Resolução nº 245, de 27 de julho de 2007, do CONTRAN, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e estrangeiros.	Em vigor Altera a Resolução nº 245/07
330	14.08.09	Estabelece o cronograma para a instalação do equipamento obrigatório definido na Resolução nº 245/2007, denominado antifurto, nos veículos novos, nacionais e importados.	Em vigor Alterada pela Deliberação nº 90/10 Revoga a Resolução nº 295/08

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
331	14.08.09	Dispõe sobre uniformização do procedimento para realização de hasta pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme o disposto no artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).	Em vigor Revoga a Resolução nº 178/05
332	28.09.09	Dispõe sobre identificações de veículos importados por detentores de privilégios e imunidades em todo o território nacional.	Em vigor
333	06.11.09	Restabelece a vigência da Resolução n.º 157, de 22 de abril de 2004, dando nova redação ao artigo 8º, que fixa especificações para os extintores de incêndio sendo equipamentos de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semi-reboque, de acordo com o artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 157/04
334	06.11.09	Isenta os veículos blindados do cumprimento do disposto no artigo 1º da Resolução CONTRAN n.º. 254/2007, que estabelece requisitos para os veículos de segurança e critérios para aplicação de inscrição, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores, de acordo com inciso III do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.	Em vigor
335	24.11.09	Estabelece os requisitos necessários à coordenação do sistema de arrecadação de multas de trânsito e a implantação do sistema informatizado de controle da arrecadação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.	Em vigor a partir de 01/03/2010 quando revogará a Resolução nº 263/07

Resolução	Data de edição	Assunto	Situação
336	24.11.09	Altera a Resolução nº 39, de 21 de maio de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, para proibir a utilização de tachas e tachões, aplicados transversalmente à via pública, como sonorizadores ou dispositivos redutores de velocidade.	Em vigor Altera a Resolução nº 39/98
337	17.12.09	Altera o prazo previsto no artigo 17 da Resolução CONTRAN nº 258/2007, que regulamenta os artigos 231, X e 323 do Código de Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências.	Em vigor Altera a Resolução nº 258/07 Revoga a Resolução nº 328/09
338	17.12.09	Dá nova redação aos artigos da Resolução nº 212/2006- CONTRAN, que dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) em todo o território nacional.	Em vigor Altera a Resolução nº 212/06
339	25.02.10	Permite a anotação dos contratos de comodato e de aluguel ou arrendamento não vinculado ao financiamento do veículo, junto ao Registro Nacional de Veículos Automotores.	Em vigor
340	25.02.10	Referenda a Deliberação 86 que altera a Resolução CONTRAN nº 146/03, estabelecendo critérios para informação complementar à placa R-19.	Em vigor Altera a Resolução nº 146/03
341	25.02.10	Cria Autorização Específica (AE) para os veículos e/ou combinações de veículos equipados com tanques que apresentem excesso de até 5% (cinco por cento) nos limites de peso bruto total ou peso bruto total combinado, devido à incorporação da tolerância, com base em Resolução do CONTRAN.	Em vigor

Índice Alfabético-
Remissivo das
Resoluções do
Contran

1941 - 2009



ACIDENTE DE TRÂNSITO

- Realização dos exames de condutor envolvido: Res. 300/2008
- Relatório de Avarias para classificação de danos: Res. 297/2008 e 322/2009
- Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito: Res. 208/2006

ALCOOLEMIA

- Comprovação do estado de embriaguez: Res. 206/2006 (Res. Revogadas: 413/1969; 476/1974; 737/1989; 52/1998; 81/1998 e 100/1999)
- Homologação de equipamento: Res. 109/1999

ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS

- Áreas de Livre Comércio: Res. 790/1994
- Registrados e licenciados na Região da Amazônia Ocidental: Res. 714/1988 (Res. Revogada: 672/1986)

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- Modelo de documento para baixa de veículo: Res. 652/1985 (Revogada pela Res. 298/08)
- Normas regulamentares: Res. 320/2009 (Res. Revogadas: 422/1969; 772/93; 124/2001 e 159/2004)

APREENSÃO DE VEÍCULO

- Recolhimento aos depósitos: Res. 53/1998

ARRECADAÇÃO DE MULTAS

- Aplicação da receita: Res. 191/2006
- Comunicação entre os órgãos do SNT: Res. 145/2003 e 154/2003
- Decorrente de infrações em localidades diferente da do licenciamento: Res. 406/1968 (Revogada pela Res. 568/80)
- Requisitos necessários à coordenação do sistema de arrecadação: Res. 335/2009 (Res. Revogadas: 10/1998 e 263/2007)

ARRENDAMENTO MERCANTIL

- Notificação de infrações de trânsito: Res. 149/2003 e 156/2004 (Res. Revogada: 59/1998)

AUTO DE INFRAÇÃO

- Identificação dos infratores: Res. 472/1974 (Revogada pela Res. 148/2003)
- Modelo para infrações cometidas sem utilização de veículos: Res. 248/2007
- Modelo: Res. 217/2006 (Res. Revogadas: 661/1985 e 01/1998)
- Procedimento administrativo da lavratura: Res. 149/2003 e 156/2004



BAIXA DE VEÍCULO

- Critérios: Res. 11/1998; 113/2000 e 179/2005
- Documento padrão: Res. 662/1985 (Revogada pela Res. 298/2008)

BANCOS

- Ensaio de resistência: Res. 220/2007

BICICLETAS

- Equipamentos obrigatórios: Res. 14/1998 e 46/1998
- Transporte na parte externa dos veículos: Res. 549/1979 (Res. Revogada: 515/1977)

BUZINA

- Pressão Sonora: Res. 35/1998



CÂMARAS TEMÁTICAS

- Regimento Interno: Res. 218/2006 e 313/2009 (Res. Revogadas: 135/2002; 138/2002; 144/2003; 172/2005; 183/2005 e 186/2006)

CAMINHÃO

- Com adaptação de eixos auxiliares: Res. 319/2009 (Res. Revogadas: 597/82; 628/84 e 776/93)
- Combinações para Veículos de Carga (CVC): Res. 211/2006 e 256/2007 (Res. Revogadas: 624/1983; 631/1984; 68/1998; 76/1998; 164/2004; 184/2005 e 189/2006)
- Limites de pesos e dimensões: Res. 210/2006; 284/2008 e 326/2009 (Res. Revogadas: 12/1998 e 163/2004)
- Transporte de carga seca em caminhões-tanque: Res. 116/2000 (Res. Revogadas: 467/1974; 488/1975 e 506/1976)

CAMPANHA EDUCATIVA

- Diretriz para realização: Res. 314/2009 (Res. Revogada: 371/1966 e 420/1969)
- Promoção de campanhas permanentes: Res. 30/1998
- Temas e cronograma de execução no ano de 2007: Res. 240/2007 (Extinta pelo cumprimento do prazo)

CAPACETE

- Disciplina o uso pelo condutor e passageiro: Res. 203/2006; 257/2007 e 270/2008 (Res. Revogadas: 602/1982; 757/1991; 20/1998 e 230/2007)
- Dispensa o uso para ocupantes de triciclo automotor com cabine fechada: Res. 129/2001

CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO

- Alteração: Res. 25/1998 (Res. Revogadas: 596/1982; 607/1982; 617/1983; 655/1985; 727/1989; 735/1989; 740/1989 e 775/1993)

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

- Anotação de uso de lentes de contato: Res. 325/1957 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Anotação do número da Carteira de Identidade: Res. 338/1958 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Assinatura das autoridades na CNH: Res. 19/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Capas de proteção: Res. 121/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Com faixa dourada: Res. 122/2001 (Revogada pela Res. 133/2002)
- Concessão aos Portadores de Deficiência Auditiva: Res. 492/1975; 516/1977 (Revogada pela Res. 564/1980)
- Concessão de carteiras estaduais a motoristas amadores: Res. 11/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Condução de veículos hipomoveis: Res. 189/1950 e 251/1953 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Exigência de atestado de bons antecedentes: Res. 76/1946 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

- Exigência de documentos para substituição da CNH: Res. 553/1979 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Exigência de prova da qualidade de eleitor: Res. 346/1960 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Expedição; Modelo e Categorias: Res. 192/2006 (Res. Revogadas: 565/1980; 670/1987; 734/1989; 765/1993; 788/1994; 792/1994; 800/1995; 804/1995; 07/1998; 71/1998 e 176/2005)
- Expedição para menores com idade entre 16 e 18 anos: Res. 751/1990 (Sem eficácia)
- Expedição: Res. 05/1942; 06/1942; 14/1942; 16/1942; 35/1942; 37/1942; 63/1943; 101/1948; 262/1953; 290/1954; 347/1960; (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966) e 375/1966 (Sem eficácia); 394/1968; 411/1968 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Fornecimento a menores de 18 anos da Escola Militar: Res. 309/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Inserção de dados relativos à condição de doador do Banco de Olhos: Res. 576/1981 (Revogada pela Res. 670/1987)
- Motorista profissional: Res. 177/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Obtenção da CNH para serventuários do Departamento de Limpeza Urbana: Res. 187/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Plastificação: Res. 619/1983; 670/1987 (Revogada pela Res. 734/1989)
- Proíbe uso de mais de uma CNH: Res. 369/1965 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Recadastramento de condutores com CNH expedida na vigência do CNT: Res. 276/2008
- Recolhimento no caso de mudança de categoria: Res. 314/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Recolhimento: Res. 618/1983; 734/1989 (Revogada pela Res. 33/1998)
- Redução do tamanho: Res. 363/1963 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Registro da expressão “não doador de órgãos e tecidos”: Res. 168/2004 (Res. Revogadas: 828/1997; 71/1998 e 90/1999)
- Suspende a expedição pelos DETRANs: Res. 748/1990 (Sem eficácia)
- Transferência de domicílio: Res. 525/1977; 570/1981 (Revogada pela Res. 670/1987)
- Validade: Res. 75/1946 e 140/1949 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES (CFC)

- Regulamenta os critérios de credenciamento e funcionamento: Res. 74/1998 e 198/2006 (Res. Revogadas: 33/1998 e 89/1999)

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS (CRV e CRLV)

- Código numérico de segurança para CRLV: Res. 306/2009
- Código numérico de segurança para CRV: Res. 209/2006
- Expedição do CRV: Res. 664/1986 e 802/1995 (Res. Revogadas: 414/1969; 418/1969; 508/1976; 526/1977; 535/1978 e 550/1979)
- Expedição do Provisório: Res. 324/2009
- Inclusão do tipo de combustível utilizado: Res. 554/1979 e 582/1981 (Revogada pela Res. 655/1985)
- Indicação de venda restrita de táxi: Res. 598/1982 (Revogada pela Res. 664/1986)
- Modelos dos Documentos: Res. 664/1986; 721/1988; 729/1989; 779/1994; 802/1995; 16/1998 e 187/2006 (Res. Revogadas: 498/1975; 505/1976; 517/1977; 723/1988; 730/1989; 766/1993; 61/1998 e 126/2001)
- Proibição de plastificação: Res. 664/1986 (Res. Revogada: 645/1985)
- Retirada do endereço do proprietário no CRLV: Res. 310/2009

CERTIFICADO DE SEGURANÇA VEICULAR

- Emissão: Res. 232/2007; 237/2007 e 266/2007 (Res. Revogadas: 77/1998 e 185/2005)

CETRA

- Diretrizes para elaboração do Regimento Interno: Res. 244/2007 (Res. Revogadas: 64/1998; 96/1999 e 150/2003)

CICLOMOTOR

- Autorização para condução: Res. 168/2004 (Res. Revogadas: 650/1985; 651/1985; 654/1985; 50/1998 e 98/1999)

- Equiparação com os veículos ciclo-elétricos: Res. 315/2009
- Equiparação dos ciclomotores aos ciclos: Res. 657/1985 (Revogada pela Res. 14/1998)
- Especificações para fabricação do capacete e normas de uso: Res. 203/2006 (Res. Revogadas: 602/1982 e 757/1991)
- Proibição de uso de pneus reformados, rodas com trincas ou deformadas: Res. 158/2004; 167/2004; 170/2005; 173/2005 (suspensa pela Deliberação nº 63/08)
- Uso de capacete: Res. 203/2006; 230/2007; 257/2007 e 270/2008

CINTO DE SEGURANÇA

- Critérios para instalação: Res. 48/1998 (Res. Revogadas: 615/1983; 620/1983; 622/1983; 632/1984; 643/1985 e 658/1985)
- Obrigatoriedade de instalação e uso: Res. 14/1998 (Res. Revogadas: 391/1968; 430/1970; 444/1971; 453/1972; 456/1972; 658/1985 e 720/1988)
- Requisitos de instalação e procedimentos para ensaios: Res. 48/1998
- Utilização de dispositivos que travem, afrouxem ou modifiquem seu funcionamento: Res. 278/2008

CIRCULAÇÃO

- Proíbe o tráfego de caminhonetes de passageiros nos domingos e feriados: Res. 45/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Triciclo automotor de cabine fechada: Res. 129/2001
- Veículos automotores diesel: Res. 510/1977
- Veículos com dimensões excedentes: 603/1982; 696/1988 e 733/1989 (Res. Revogada: 578/1981)
- Veículos das forças armadas: Res. 47/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos de passageiros a frete: Res. 43/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos de prestação de serviço à população: Res. 400/1968 (Revogada pela Res. 679/1987)
- Veículos de socorro de incêndio, de polícia e ambulância: Res. 198/1951 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos destinados à prestação de serviços públicos de manutenção e reparos de

energia elétrica: Res. 530/1978 (Revogada pela Res. 679/1987)

- Veículos destinados à prestação de serviços públicos de manutenção e reparos de redes de telecomunicações: Res. 536/1978 (Revogada pela Res. 679/1987)
- Veículos nas rodovias nos trajetos entre o fabricante e o município de destino: Res. 28/1998
- Veículos novos: Res. 04/1998 e 269/2008 (Res. Revogadas: 473/1974; 547/1979; 612/1983)
- Veículos prestadores de serviço de utilidade pública: Res. 268/2008 (Res. Revogada: 679/1987)
- Veículos procedentes de outro país: Res. 188/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

CIRCUNSCRIÇÕES REGIONAIS DE TRÂNSITO (CIRETRANS)

- Aprovar a divisão do estado em circunscrições de trânsito: Res. 10/1942; 15/1942; 22/1942; 23/1942; 30/1942; 31/1942; 178/1950; 182/1950; 36/1942; 41/1942; 42/1942; 49/1942; 50/1943; 51/1943; 52/1943; 54/1943; 57/1943; 69/1945; 70/1945; 73/1946; 91/1948 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Autoriza a criação de Circunscrição de Trânsito: Res. 210/1951; 211/1951; 214/1952; 215/1952; 216/1952 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Autoriza Circunscrição de Trânsito a expedir CNH: Res. 67/1945; 72/1946; 74/1946; 94/1948; 104/1948; 116/1948; 137/1949; 154/1949; 167/1949; 180/1950; 184/1950; 185/1950; 191/1951; 193/1951; 195/1951; 196/1951; 197/1951; 200/1951; 201/1951; 202/1951; 204/1951; 205/1951; 206/1951; 207/1951; 208/1951; 209/1951; 212/1952; 219/1952; 221/1952; 223/1952; 224/1952; 225/1952; 226/1952; 227/1952; 228/1952; 229/1952; 231/1952; 233/1952; 234/1952; 235/1952; 236/1952; 237/1952; 238/1952; 239/1952; 240/1952; 241/1952; 242/1952; 243/1952; 244/1952; 245/1952; 246/1952; 247/1952; 248/1952; 249/1952; 252/1953; 253/1953; 254/1953; 255/1953; 256/1953; 258/1953; 259/1953; 260/1953; 264/1954; 268/1954; 269/1954; 270/1954; 271/1954; 272/1954; 273/1954; 274/1954; 275/1954; 276/1954; 277/1954; 278/1954; 279/1954; 280/1954; 281/1954; 282/1954; 283/1954; 284/1954; 285/1954; 286/1954; 287/1954; 288/1954; 289/1954; 291/1954; 292/1954; 302/1955; 308/1956; 319/1956; 330/1958 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Criação das Circunscrições: Res. 379/1967

- Homologa desmembramento de Município: Res. 334/1958 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Homologa Resolução que cria Circunscrição e autoriza expedição de CNH: Res. 294/1954; 295/1954; 305/1955; 306/1955; 311/1956; 317/1956; 318/1956; 326/1957; 327/1957; 328/1957; 332/1958; 333/1958; 335/1958; 340/1959; 343/1959; 368/1965 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Homologa Resolução que cria Circunscrição: Res. 352/1961 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Homologa Resolução que fixou nova divisão territorial em Circunscrições: Res. 265/1954; 267/54 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Homologa Resolução que transfere município para outra Circunscrição: Res. 370/1966 (Sem eficácia)

CÓDIGO DE MARCA / MODELO / VERSÃO

- Procedimentos para concessão: Res. 291/2008 (Res. Revogadas: 41/1998; 77/1998; 200/2006; 229/2007; 252/2007 e 261/2007)

COMBINAÇÕES PARA TRANSPORTE DE VEÍCULOS – CTV

- Requisitos de segurança necessários à circulação: Res. 305/2009 (Res. Revogadas: 75/1998 e 274/2008)

COMBINAÇÕES DE VEÍCULOS DE CARGA – CVC

- Requisitos de segurança necessários à circulação: Res. 211/2006 e 256/2007 (Res. Revogadas: 624/1983; 631/1984; 68/1998; 76/1998; 164/2004; 184/2005 e 189/2006)
- Transporte de rochas ornamentais brutas: Res. 264/2007 e Deliberação nº 89/2010

COMBUSTÍVEL

- Circulação de veículos movidos a diesel: Res. 510/1977
- Fiscalização do uso indevido do Gás Liquefeito de Petróleo: Res. 677/1986
- Inspeção Periódica do Sistema de Gás Natural: Res. 280/2008

- Proíbe a colocação de tanque suplementar de combustível: Res. 181/2005 e 194/2006 (Res. Revogadas: 511/1977; 590/1981 e 601/1982)
- Proíbe o uso de gás liquefeito de petróleo e substituição de motor original a gasolina por motores diesel: Res. 25/1998 (Res. Revogadas: 509/1976; 524/1977; 557/1980; 655/1985; 727/1989 e 775/1993)
- Requisitos de proteção aos ocupantes e integridade do sistema: Res. 221/2007 e 255/2007
- Selo adesivo indicador do combustível álcool: Res. 594/1982 (Res. Revogada: 581/1981)
- Substituição de motor a gasolina por motor à álcool: Res. 639/1985 (Revogada pela Res. 655/1985)

COMPETÊNCIA

- Delega ao DNER competência de julgar recurso: Res. 385/1967 (Revogada)
- DNIT e DPRF na fiscalização de trânsito: Res. 289/2008 (Res. Revogada: 271/2008)
- Jurisdição municipal: Res. 109/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Lei estadual sobre uso de veículos oficiais: Res. 115/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Permitir serviço de lotação pelos automóveis taxis: Res. 329/1957 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Resolução que trata da matrícula para condução de transporte coletivo: Res. 304/1955 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Tabela de distribuição entre estados e municípios: Res. 66/1998; 121/2001 e 202/2006

COMPOSIÇÃO DE ÓRGÃOS

- Conselho Regional de Trânsito do Rio Grande do Sul: Res. 113/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Conselho Estadual de Trânsito: Res. 398/1968; 573/1981; 647/1985 (Revogada: 298/2008)
- Conselho Nacional de Trânsito: Res. 401/1968; 566/1980 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Reconhece o DNER como órgão executivo de rodoviário da União: Res. 83/1998 (Revogada pela Lei nº 10.233/2001 e Res. 298/2008)

COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA

- Normas: Res. 548/1979 (Res. Revogada: 468/1974)

CONDUTOR

- Condenado por crime de trânsito ou envolvido em acidente grave: Res. 300/2008
- Dispõe sobre o tipo de veículo a ser conduzido pelo motorista amador: Res. 62/1943 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Documentos provisórios: Res. 134/2002 (Res. Revogadas: 621/1983; 780/1994 e 782/1994)
- Permissão especial para motoristas amadores conduzirem veículos de carga: Res. 68/1945 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Procedimentos para cadastramento dos registros anteriores ao RENACH: Res. 276/2008
- Procedimentos referentes ao prontuário: Res. 610/1983 (Revogada pela Res. 670/1987)
- Recolhimento de CNH de condutor incapacitado de dirigir: Res. 618/1983 (Revogada pela Res. 734/1989)
- Sem vínculo com escolas de formação: Res. 464/1973 (Revogada pela Res. 504/1976)

CONDUTOR ESTRANGEIRO

- Autuação e recolhimento de multas: Res. 671/1986
- Exame de motorista profissional estrangeiro: Res. 26/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Exigências para obtenção de CNH: Res. 357/1963; 360/1963; 438/71 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Expedição do Certificado Internacional de Circulação e Permissão Internacional para conduzir: Res. 168/2004 e 169/2005 (Res. Revogadas: 376/1966; 412/1969; 491/1975; 520/1977 e 605/1982)
- Regulamentação: Res. 193/2006

CONTÊINERES

- Requisitos de segurança para circulação de veículos transportadores: Res. 725/1988 e 213/2006 (Res. Revogadas: 682/1987; 693/1988 e 697/1988)

CURSOS

- Examinadores, diretores e instrutores de escolas de formação de condutores: Res. 74/1998 (Res. Revogadas: 502/1976; 600/1982; 646/1985; 734/1989 e 773/1993)
- Modalidade de ensino à distância: Res. 168/2004 (Res. Revogada: 761/1992)
- Obtenção da Permissão para dirigir e ACC, Mudança e adição de categoria, Renovação de CNH; Reciclagem, Especializados (transporte coletivo de passageiros, escolar, produtos perigosos, veículos de emergência) e à distância: Res. 168/2004; 169/2004; 222/2007; 285/2008 e 307/2009
- Reciclagem para infratores: Res. 168/2004 (Res. Revogada: Res. 58/1998)
- Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros: Res. 168/2004 (Res. Revogada: 57/1998)
- Transporte Rodoviário de produtos perigosos: Res. 168/2004 (Res. Revogadas: 640/1985; 728/1989; 70/1998 e 91/1999)
- Transportes de Escolares: Res. 168/2004 (Res. Revogadas: 789/1994 e 55/1998)



DEFESA DA AUTUAÇÃO

- Padronização dos procedimentos para apresentação: Res. 299/2008 (Res. Revogada: 239/2007)

DEFINIÇÕES

- Camioneta: Res. 822/1996
- Quadriciclo: Res. 700/1988
- Veículo automotor: Res. 341/1959 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículo inacabado ou incompleto: Res. 724/1988
- Viatura Militar: Res. 797/1995

DESMANCHE DE VEÍCULO

- Permite controle eletrônico para registro de entrada e saída de veículos: Res. 60/1998

DIMENSÕES

- Limite máximo permitido dos chassis de ônibus: Res. 190/1951 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Limites para circulação de veículos: Res. 210/2006; 284/2008 e 326/2009 (Res. Revogadas: 12/1998 e 163/2004)
- Limites para veículos habilitados ao transporte internacional: Res. 318/2009
- Veículos com ou sem carga: Res. 407/1968 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Veículos ou combinações de veículos e dimensões excedentes: Res. 603/1982 e 696/1988 (Res. Revogadas: 475/1974 e 578/1981)

DOCUMENTOS

- Controle, guarda e fiscalização dos formulários destinados à documentação de condutores e de veículos: Res. 21/1998 (Res. Revogada: 688/1988)
- De porte obrigatório: 205/2006 e 235/2007 (Res. Revogada: 13/1998)
- Emissão de segunda via: Res. 595/1982 (Revogada pela Res. 734/1989)
- Necessários para apresentação de defesa ou recurso: Res. 299/2008 (Res. Revogada: 239/2007)
- Porte obrigatório do Certificado de Apólice Única do Seguro de Responsabilidade Civil do condutor/proprietário de veículo registrado no exterior: Res. 238/2007

DPVAT

- Utilização do percentual dos recursos: Res. 143/2003 (Res. Revogada: 97/1999)



EDUCAÇÃO

- Avaliação de instrutores e examinadores: Res. 321/2009
- Escola Pública de Trânsito: Res. 207/2006
- Inclusão de conteúdos específicos sobre trânsito no Ensino Médio: Res. 265/2007 (Res. Revogada: 120/2001)

EIXOS

- Auxiliares em caminhões: Res. 319/2009 (Res. Revogadas: 597/1982; 628/1984 e 776/1993)

EMIÇÃO DE GASES

- Fixa índices de produção de fumaça: Res. 510/1977 (Res. Revogada: 425/1970)
- Requisitos de controle de emissão de gases do cárter de motores veiculares, movidos a gasolina: Res. 507/1976

EMPLACAMENTO

- Caminhonetes-oficiais volantes da Ford Motor Company, Exports, Inc: Res. 232/1952 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Cônsules Gerais e Cônsules de carreira estrangeiros: Res. 356/1963 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

- Em Brasília-DF: Res. 359/1963 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos automotores “station wagons”: Res. 13/1942; 144/1949 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos automotores conhecidos como Caminhonetes Rurais: Res. 186/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos pertencentes a autarquias: Res. 529/1978 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Veículos pertencentes aos órgãos da Administração Pública: Res. 759/1992 (Revogada pela Res. 831/1997)

ENCOSTO DE CABEÇA

- Requisitos técnicos: Res. 220/2007 (Res. Revogada: 44/1998)

ENGATE

- Regulamentação: Res. 197/2006 e 234/2007
- Uso de segunda placa traseira de identificação nos veículos: Res. 783/1994 (Revogada pela Res. 231/2007)

EQUIPAMENTO ANTIFURTO

- Cronograma para instalação: Res. 330/2009 e Deliberação nº 90/2010 (Res. Revogada: 295/2008)
- Instalação: Res. 245/2007 e 329/2009

EQUIPAMENTO AUDIO-VISUAL

- Instalação e utilização: Res. 242/2007 (Res. Revogadas: 153/2003 e 190/2006)

EQUIPAMENTOS MEDIDORES DE VELOCIDADE (BARREIRA E RADAR)

- Competência de fiscalização pelo DNIT e DPRF: Res. 289/2008 (Res. Revogada: 271/2008)
- Requisitos técnicos para homologação de Barreira: Res. 785/1994; 795/1995; 796/1995; 801/1995 (Revogada pela Res. 141/2002)
- Requisitos técnicos para homologação de radar portátil: Res. 820/1996; 86/1999; 117/2000; 123/2001 (Revogada pela Res. 141/2002)

- Requisitos técnicos para fiscalização da velocidade: 146/2003; 202/2006, 214/2006 e 340/2010 (Res. Revogadas: 23/1998; 131/2002; 140/2002 e 141/2002)
- Sinalização indicativa de fiscalização: Res. 08/1998; 79/1998; 100/1999; 111/2000; 118/2000; 125/2001 (Extinta)
- Utilização de sistemas automáticos não metrológicos: Res. 165/2004; 171/2005 e 174/2005

EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS

- Buzina. Equipamento obrigatório. Método de ensaio para medição de pressão sonora: Res. 35/1998
- Capacete: Res. 203/2006; 257/2007 e 270/2008 (Res. Revogadas: 602/1982; 757/1991; 20/1998 e 230/2007)
- Em bicicletas: Res. 46/1998
- Em triciclo automotor com cabine fechada: Res. 129/2001
- Espelhos Retrovisores: 226/2007 (Res. Revogada: 479/1974)
- Estabelece os equipamentos: Res. 14/1998; 34/1998; 87/1999; 228/2007; 259/2007 e 279/2008 (Res. Revogadas: 372/1966; 395/1968; 660/1985; 690/1988; 745/1989; 767/1993; 02/1998 e 103/1999)
- Facultativo uso de espelho retrovisor interno em caminhões, ônibus e microônibus: Res. 43/1998
- Primeiros socorros: Res. 42/1998 (Revogada pela Lei nº 9.792/1999)
- Sistema Antitravamento das Rodas (ABS): Res. 312/2009
- Suplementar de Segurança Passiva (Air Bag): Res. 311/2009
- Triângulo. Utilização: Res. 36/1998
- Veículos ciclo-elétricos: Res. 315/2009
- Velocímetro: Res. 194/1951 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO

- Critérios de padronização para funcionamento: Res. 207/2006

ESPELHOS RETROVISORES

- Faculta uso de interno em caminhões, ônibus e microônibus: Res. 43/1998
- Obrigatoriedade de instalação: Res. 479/1974 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Requisitos para o desempenho e fixação: Res. 226/2007

ESTACIONAMENTO

- Distintivo especial para estacionamento de automóveis de médicos: Res. 351/1961 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Especiais: Res. 302/2008 (Res. Revogadas: 378/1967; 439/71; 589/1981; 591/1981 e 592/1982)
- Junto à guia da calçada: Res. 736/1989 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Na frente de edifícios com várias entradas: Res. 320/1957 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Retirada de veículos estacionados em local proibido: Res. 324/1957 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos que transportam pessoas portadoras de deficiência: Res. 304/2008
- Veículos utilizados por pessoas idosas: Res. 303/2008

EVENTOS

- Congresso Nacional de Trânsito: Res. 382/1967; 383/1967; 386/1967 (Sem eficácia)
- Convenção dos estados: Res. 139/1949 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Reuniões com o SNT (Fórum Consultivo): Res. 142/2003
- Reuniões de trânsito: Res. 392/1968; 667/1986 (Revogada pela Res. 298/2008)

EXAME DE APTIDÃO FÍSICA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

- Altura mínima para automobilista: Res. 85/1947 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Despacho dos pedidos de prestação de exames: Res. 176/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

- Dispensa da prova de saúde para pilotos e rádio-telegrafistas de aeronaves civis: Res. 364/1964
- Dispensa o exame para tripulantes de aeronaves: Res. 168/2004 (Res. Revogada: 85/1999)
- Exame médico: Res. 53/1943; 222/52; 250/52; 263/1953; 298/1955; 300/1955 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Instruções para exame médico: Res. 353/1962 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Portadores de Deficiência Auditiva: Res. 492/1975 e 516/1977 (Revogada pela Res. 564/1980)
- Realização: Res. 267/2008; 283/2008 e 327/2009 (Res. Revogadas: 355/1962; 380/1967; 432/1970; 434/1970; 443/1971; 447/1971; 449/1972; 462/1973; 499/1975; 504/1976; 540/1978; 563/1980; 587/1981; 670/1987; 734/1989; 798/1995; 51/1998 e 80/1998)

EXTINTOR DE INCÊNDIO

- Requisitos e Normas de uso: Res. 157/2004; 223/2007; 272/2008 e 333/2009 (Res. Revogadas: 387/1968; 396/1968; 410/1968; 416/1969; 433/1970; 500/1976; 560/1980 e 743/1989)



FABRICAÇÃO, MONTAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE VEÍCULOS

- Normas e requisitos de identificação e segurança: Res. 78/1998

FABRICAÇÃO ARTESANAL

- Registro e licenciamento: Res. 63/1998 (Res. Revogadas: 758/1992 e 769/1993)

FAROL

- Com focos dirigidos para trás: Res. 626/1983 (Revogada pela Res. 680/1987)
- Definição dos faróis de luz intensa, faroletes e faróis de luz branca de grande alcance: Res. 323/1957 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Uso do farol baixo aceso: Res. 18/1998 (Res. Revogada: 819/1996)

FISCALIZAÇÃO

- Competência do DNIT e do DPRF: Res. 289/2008 (Res. Revogada: 271/2008)
- Sistemas automáticos não metrológicos: Res. 165/2004; 171/2005 e 174/2005
- Uso indevido do Gás Liquefeito de Petróleo: Res. 677/1986
- Velocidade. Requisitos técnicos: 146/2003; 202/2006, 214/2006 e 340/2010 (Res. Revogadas: 23/1998; 131/2002; 140/2002 e 141/2002)

FORMAÇÃO DE CONDUTORES

- Como atividade extracurricular em escolas de ensino médio: Res. 265/2007
- Organização e funcionamento das escolas de formação: Res. 74/1998; 89/1999; 168/2004 e 198/2006 (Res. Revogadas: 390/68; 494/1975; 499/1975; 504/1976; 516/1977; 527/1977; 546/1979; 564/1980; 584/1981; 588/1981; 625/1983; 627/1983; 642/1985; 646/1985; 670/1987; 734/1989; 750/1990; 33/1998)
- Uso do simulador de direção: Res. 534/1978; 552/1979; 559/1980 (Revogada pela Res. 564/1980)

FREIOS

- Procedimentos para avaliação: Res. 777/1993 e 808/1995

FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (FUNSET)

- Sistema de arrecadação de multas: Res. 335/2009 (Res. Revogadas: 10/1998 e 263/2007)



GRAVAME

- Inserção e exclusão no CRV: Res. 320/2009 (Res. Revogadas: 806/1995 e 159/2004)



HABILITAÇÃO DE CONDUTORES

- Carroceiro e cocheiro de veículo hipomovel: Res. 312/1956; 321/1957; 336/1958 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Condenado pela Justiça Pública: Res. 310/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- De ciclomotores até 50 cm³: Res. 344/1959 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Define a expressão “carteira de identidade” para inscrição em exames de habilitação para motorista: Res. 21/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Habilitação provisória: Res. 349/1961 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Instruções para o exame de habilitação: Res. 353/1962 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Maiores de 45 anos: Res. 64/1944 e 65/1944 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Menor de 17 anos: Res. 397/1968; 421/1969 (Revogada pela Res. 564/1980)
- Motorista amador dirigir camioneta-caçamba: Res. 175/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Portadores de lesão orgânica que impossibilita o uso da fala: Res. 362/1963 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Procedimento de coleta e armazenamento de impressão digital: Res. 287/2008 (Res. Revogadas: 249/2007 e 260/2007)
- Procedimentos: Res. 168/2004; 169/2005; 285/2008 e 307/2009 (Res. Revogadas: 50/1998; 67/1998; 93/1999; 98/1999 e 161/2004)

HASTA PÚBLICA

- Procedimentos para realização: Res. 331/2009 (Res. Revogada: 178/2005)

HIDRANTES

- Sinalização de identificação: Res. 31/1998



IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS

- Número: Res. 24/1998 e 332/2009 (Res. Revogadas: 659/1985 e 691/1988)

IMPORTADORES DE VEÍCULOS

- Estende aos importadores as obrigações atribuídas aos fabricantes e montadores: Res. 768/1993

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

- Aplicadas em veículos estrangeiros: Res. 671/1986
- Cometidas sem a utilização de veículo: Res. 248/2007
- Exigência de encaminhamento da relação dos veículos praticantes de infrações: Res. 301/1955 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Procedimentos de autuação: Res. 149/2003 e 156/2004 (Res. 460/1972; 512/1977; 568/1980; 744/1989; 812/1996; 829/1997; 17/98; 59/98 e 72/98)
- Valores das multas: Res. 136/2002

INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR

- Instituição: Res. 05/1998 (Res. Revogadas: 809/1995 e 821/1996)
- Comprovação do exame de inspeção: Res. 22/1998

- Normas: Res. 84/1998 e 107/1999 (Res. Revogadas: 27/1998 e 101/1999)
- Extensão do prazo do Certificado de Inspeção Técnica Veicular: Res. 247/2007

INSTITUIÇÃO TÉCNICA LICENCIADA (ITL)

- Procedimentos para prestação de serviços: Res. 232/2007; 237/2007 e 266/2007 (Res. Revogada: 185/2005)

INSTRUTOR DE TRÂNSITO

- Avaliação: 321/2009

INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO SNT

- Procedimentos: Res. 296/2008 (Res. Revogadas: 29/1998; 65/1998 e 106/1999)

INVENTOS

- Regulamenta o roteiro de apreciação: Res. 579/1981 (Res. Revogada: 543/1978)



JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI

- Criação, em caráter provisório, de Comissões de Recursos de Infrações de Trânsito (CORIT): Res. 408/1968; 424/1970; 436/1970; 440/71 (Sem eficácia)
- Diretrizes para elaboração do Regimento Interno: Res. 233/2007 (Res. Revogadas: 64/1998; 96/1999; 139/2002; 147/2003 e 175/2005)



LICENCIAMENTO

- Buggy: Res. 616/1983 (Revogada pela Res. 655/1985)
- Calendário de licenciamento anual: Res. 110/2000 (Res. Revogadas: 377/1966; 381/1967; 609/1983; 630/1984; 638/1984; 641/1985; 644/1985; 663/1985; 665/1986; 668/1986; 669/1986; 674/1986; 678/1986; 687/1987; 722/1988; 752/1991; 781/1994 e 95/1999)
- Caminhonete “station-wagons”: Res. 46/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Cobrança das licenças de veículo: Res. 17/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Proibição de auto de passeio em outro município que não o licenciado: Res. 55/1943 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículo locado ou arrendado: Res. 471/1974 (Revogada pela Res. 664/1986)
- Veículo tipo “motor casa”: Res. 538/1978
- Veículos adaptados com sistema gasogênio: Res. 580/1981
- Veículos com sistema de freiagem não enquadrados no CNT: Res. 07/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos de coloração vermelha: Res. 315/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos de duas portas para serviço de praça: Res. 342/1959 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos do tipo “Kombi” como carros de aluguel: Res. 345/1959 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos em dois municípios simultaneamente: Res. 28/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos sem placa e instituição da licença especial de pára-brisa: Res. 358/1963 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos tipo caminhonete rural: Res. 40/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos utilizados como transporte privativo de indústria: Res. 293/1954 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)



MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS

- Autorização: Res. 685/1987 (Revogada pela Res. 810/1996)

MODIFICAÇÕES DE VEÍCULOS

- Classificação dos danos de veículos envolvidos em acidentes: Res. 25/1998; 297/2008 e 322/2009
- Modificações permitidas: Res. 292/2008; 319/2009 e Portaria nº 25/2010 (Res. Revogadas: 201/2006; 229/2007; 252/2007 e 262/2007)

MOTOCICLETA

- Reboque de carretas com carga: Res. 69/1998 (Res. Revogada: 47/1998)
- Transporte remunerado de cargas: Res. 219/2007 e 251/2007
- Uso de capacete: Res. 203/2006; 230/2007; 257/2007 e 270/2008
- Utilização de semi-reboques: Res. 273/2008

MOTORES

- Registro ou regulamentação da numeração: Res. 282/2008; 308/2009 e 325/2009 (Res. Revogadas: 199/2006 e 250/2007)
- Substituição: Res. 25/1998 (Res. Revogadas: 509/1976; 524/1977; 557/1980; 608/1982; 639/1985; 655/1985; 727/1989; 740/1989 e 775/1993)

MULTA

- Aplicação ao veículo de propriedade de pessoa jurídica: 151/2003 e 162/2004
- Aplicação da receita arrecadada: Res. 191/2006
- Considera autoridades competentes para aplicação de multas: Res. 59/1943 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Multa por dirigir na contra mão: Res. 03/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Para infrações por abandono de veículo em via pública e em lugar proibido: Res.

322/1957 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

- Responsabilidade pelo pagamento: 108/1999
- Tendo como base o valor do salário mínimo: Res. 684/1987 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Valores em todo território nacional: Res. 136/2002
- Valores nos estados: Res. 373/1966; 374/1966; 426/1970; 431/1970; 435/1970; 450/1972; 451/1972; 452/1972; 454/1972; 455/1972; 458/1972; 459/1972; 478/1974; 485/1974; 496/1975; 497/1975; 531/1978; 532/1978; 537/1978; 551/1979; 585/1981; 648/1985; 681/1987; 695/1988; 698/1988; 702/1988; 703/1988; 704/1988; 705/1988; 706/1988; 707/1988; 709/1988; 711/1988; 712/1988; 713/1988; 715/1988; 716/1988; 717/1988; 718/1988; 719/1988; 770/1993; 786/1994; 799/1995; 803/1995; 814/1996; 817/1996; 818/1996; 823/1996; 826/1996; 830/1997; 832/1997; 834/1997 (Revogadas)
- Veículo sem placa: Res. 586/1981; 778/1994 (Revogada pela Res. 298/2008)



NOTIFICAÇÃO

- Dados: Res. 481/1974 (Revogada pela Res. 568/1980)
- Infrações cometidas sem utilização de veículos: Res. 248/2007
- Procedimento Administrativo da expedição: Res. 149/2003 e 156/2004
- Veículos pertencentes à sociedade de arrendamento mercantil: Res. 149/2003 (Res. Revogada: 59/1998)
- Veículos pertencentes às repartições consulares: Res. 522/1977 (Revogada pela Res. 568/1980)



ONDULAÇÃO

- Forma, colocação e dimensões: Res. 39/1998 e 336/2009 (Res. Revogadas: 484/1974; 567/1980; 634/1984 e 635/1984)

ÔNIBUS

- Licenciamento de ônibus de fabricação Renault: Res. 220/1952 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Passagem de ônibus: Res. 01/1941 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Requisitos de segurança: Res. 811/1996 e 316/2009
- Transformação de chassi: Res. 115/2000



PAINÉIS DECORATIVOS

- Critérios para aposição: Res. 254/2007 (Res. Revogadas: 40/1998 e 73/1998)

PÁRA-BRISA

- Vidro laminado: Res. 254/2007 e 334/2009 (Res. Revogadas: 710/1988 e 760/1992)
- Exigências sobre condições de segurança e visibilidade: Res. 216/2006
- Sistema limpador e lavador: Res. 224/2007

PÁRA-CHOQUE

- Requisitos técnicos mínimos (veículos com PBT superior a 3,5 t): Res. 805/1995
- Requisitos técnicos mínimos (veículos com PBT superior a 4,6 t): Res. 152/2003

PELÍCULA

- Critérios para aplicação: Res. 254/2007 (Res. Revogadas: 542/1978; 701/1988; 747/1990; 764/1992; 40/1998 e 73/1998)
- Em veículos de transporte de carga: Res. 128/2001 e 132/2002

PENALIDADES (APREENSÃO, CASSAÇÃO E SUSPENSÃO)

- Aplicação da penalidade de apreensão do documento de habilitação: Res. 58/1943 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Aplicação de penalidade para motorista sem habilitação: Res. 34/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Apreensão de veículos de aluguel: Res. 48/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Apreensão de veículos e recolhimento aos depósitos: Res. 53/1998
- Cassação de CNH: Res. 182/2005 (Res. Revogadas: Res. 44/1942; 105/1948; 110/1948; 417/1969; 465/1973 e 466/1974)
- Procedimento a ser adotado pelas CIRETRANS: Res. 738/1989 e 753/1991
- Suspensão do direito de dirigir: Res. 182/2005 (Res. Revogada: 54/1998)

PESOS

- Limites para circulação de veículos: Res. 210/2006; 284/2008 e 326/2009 (Res. Revogadas: 12/1998 e 163/2004)
- Limites para veículos habilitados ao transporte internacional: Res. 318/2009
- Tolerância máxima de peso bruto: Res. 258/2007 e 337/2009 (Res. Revogadas: 102/1999; 104/1999; 114/2000, 301/2008 e 328/2009)

PISCA ALERTA

- Utilização quando veículo estiver imobilizado no leito viário: Res. 36/1998

PLACAS – (ADM, CC, CD, CDM e OI)

- Emplacamento de veículos do CD e CC: Res. 09/42; 299/1955 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Fornecimento aos membros do CD estrangeiro de chapas de licenciamento: Res. 361/1963 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Modelo das placas e do CRV: Res. 286/2008, 332/2009 e Deliberação nº 88/2009 (Res. Revogadas: 457/1972; 518/1977; 541/1978 e 835/1997)
- Substituição das chapas dos automóveis do CD estrangeiro: Res. 213/1952 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

PLACAS DE VEÍCULOS

- Autoriza adoção de placa especial para veículos que realizam a aprendizagem de candidatos a motoristas: Res. 29/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Características do estado da Guanabara: Res. 348/1960 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Fiscalização do uso das placas de identificação dos veículos: Res. 20/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Forças Armadas: Res. 423/1970; 445/1971; 474/1974; 555/1979 (Revogada Pela Res. 298/2008)
- Membros da Magistratura: Res. 181/1950 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Prorroga prazo de substituição das placas de identificação: Res. 61/1943 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Sistema de placas de identificação de veículos: Res. 231/2007; 241/2007; 288/2008 e 309/2009 (Res. Revogadas: 470/1974; 487/1975; 742/1989; 749/1990; 754/1991; 755/1991; 756/1991; 813/1996; 09/1998; 45/1998 e 99/1999)
- Territórios Federais: Res. 66/1945; 77/1946; 337/1958 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Uso da placa “experiência”: Res. 493/1975 (Res. Revogadas: 83/1947; 179/1950)

e 296/1954)

- Uso da placa de “Fabricante”: Res. 793/1994 (Res. Revogadas: 405/1968; 593/1982; 694/1988; 731/1989 e 739/1989)
- Uso e substituição da plaqueta: Res. 606/1982 (Revogada pela Res. 833/1997)
- Uso particular: Res. 266/1954 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos de coleção: Res. 56/1998

PLACAS PARA VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

- Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores: Res. 523/1977 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica: Res. 275/2008 (Res. Revogada: 94/1999)
- Cor da plaqueta: Res. 419/1969; 429/1970 (Sem eficácia)
- Mesa da Câmara do Distrito Federal: Res. 307/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Ministérios e autarquias: Res. 513/1977 e 653/1985 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Presidentes dos tribunais federais, governadores, prefeitos e secretários: Res. 32/1998 (Res. Revogada: 437/1970)
- Secretários de estado do Governo Federal: Res. 88/1999

PNEUS

- Banda de rodagem extra-larga em reboques e semi-reboque: Res. 62/1998 (Res. Revogada: 787/1994)
- Norma para fabricação e reforma: Res. 558/1980 (Res. Revogadas: 539/1978 e 544/1978)
- Proibição de reformados em ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclos: Res. 158/2004; 167/2004; 170/2005 e 173/2005 (suspensa pela Deliberação nº 63/08)
- Uso de pneumáticos Michelin Metalic: Res. 261/1953 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO

- Diretrizes: Res. 166/2004

POSTOS DE GASOLINA

- Identificação das entradas e saídas: Res. 38/1998

PRODUTOS PERIGOSOS

- Classificação das mercadorias a serem transportadas: Res. 404/1968 (Revogada pela Res. 298/2008)

PRODUTOS SIDERÚRGICOS

- Requisitos de segurança para circulação de veículos: Res. 293/2008 (Res. Revogadas: 699/1988 e 746/1989)



QUADRICICLO

- Classificação: Res. 700/1988

QUEBRA-MATO

- Fabricação, instalação e uso do dispositivo: Res. 215/2006



REBOQUE

- De carretas com carga por motocicleta: Res. 69/1998 (Res. Revogadas: 47/1998)
- Uso de segunda placa traseira: Res. 783/1994 (Revogada pela Res. 231/2007)

RECURSO

- Concede efeito suspensivo ao recurso: Res. 442/1971; 503/1976 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Concede permissão para dirigir carro particular: Res. 218/1952 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Defere o requerimento para submeter-se à prova prática: Res. 339/1958 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Documentos necessários: Res. 299/2008 (Res. Revogadas: 633/1984; 774/1993; 829/1997; 148/2003 e 239/2007)
- Expedição de segunda via da CNH: Res. 112/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Indefere pedido da Federação das Associações Rurais de São Paulo: Res. 84/1947 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Indefere pedido para submeter-se à prova pericial: Res. 82/1947; 122/1949; 123/1949; 128/1949; 129/1949; 130/1949; 143/1949; 146/1949; 151/1949; 153/1949; 163/1949; 164/1949 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Indefere requerimento de exercício da profissão de motorista: Res. 147/1949 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Indefere requerimento de novo exame médico: Res. 120/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Indefere requerimento de registro de CNH em outra localidade: Res. 88/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Indefere requerimento obtenção de CNH: Res. 169/1949 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Nega provimento de recurso: Res. 33/1942; 56/1943; 114/1948; 303/1955 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)

- Permite submissão de novo exame: Res. 78/1947; 79/1947; 80/1947; 81/1947; 86/1948; 87/1948; 89/1948; 90/1948; 92/1948; 93/1948; 95/1948; 96/1948; 97/1948; 98/1948; 99/1948; 102/1948; 107/1948; 111/1948; 117/48; 118/48; 124/1949; 125/1949; 126/1949; 127/1949; 131/1949; 132/1949; 133/1949; 134/1949; 135/1949; 136/1949; 138/1949; 141/1949; 148/1949; 150/1949; 152/1949; 155/1949; 156/149; 157/1949; 158/1949; 159/1949; 161/1949; 162/1949; 166/1949; 168/1949; 170/1949; 171/1949; 172/1950; 173/1950; 174/1950; 183/1950 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Suspende Portaria para decisão de recurso: Res. 384/1967; Res. 409/1968 (Sem eficácia)

REGRAS DE CONDUTA

- Dirigir na contra mão: Res. 03/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Dobrar à esquerda ao entrar em via pública: Res. 331/1958 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Proibição de Passagem de ônibus: Res. 01/1941 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Ultrapassagem de veículos: Res. 02/1941 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Uso do farol baixo aceso: Res. 18/1998 (Res. Revogada: 819/1996)
- Uso do pisca – alerta e do triângulo em situação de emergência: Res. 36/1998

RENACH / RENAVAL

- Competência para nomeação e homologação dos coordenadores: Res. 19/1998

RENAEST

- Organização e funcionamento: Res. 208/2006

RENAINF

- Organização e funcionamento: Res. 155/2004

REVOGAÇÃO DE RESOLUÇÕES

- Revoga Resolução nº 68/45: Res. 71/1945
- Revoga Resolução nº 50/1943: Res. 364/1964
- Revoga Resolução nº 384/1967: Res. 409/1968
- Revoga Resolução nº 685/1987: Res. 810/1996
- Revoga Resolução nº 759/1992: Res. 831/1997
- Revoga Resolução nº 606/1982: Res. 833/1997
- Revoga Resolução nº 809/1995 e 821/1996: Res. 06/1998
- Revoga Resolução nº 47/1998: Res. 69/1998
- Revoga Resolução nº 506/1976: Res. 116/2000
- Revoga Resolução nº 122/2001: Res. 133/2002
- Revoga Resoluções nº 472/1974; 568/1980; 812/1996 e 829/1997: Res. 148/2003
- Revoga Resoluções derogadas ou insubsistentes: Res. 298/2008

ROCHAS ORNAMENTAIS

- Requisitos de segurança para o transporte: Res. 264/2007 e Deliberação nº 89/2010

RODAS

- Requisitos de segurança para rodas especiais: Res. 545/1978
- Substituição: Res. 533/1978 e 569/1981

ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS

- Dispositivo Antifurto: 245/2007; 329/2009; 330/2009 e Deliberação nº 90/2010 (Res. Revogada: 295/2008)
- Normas de utilização de acessórios de segurança: Res. 37/1998 (Res. Revogadas: 686/1987 e 824/1996)



SEGURANÇA DOS VEÍCULOS

- Requisitos: Res. 461/1972; 463/1973; 483/1974; 486/1974; 501/1976; 521/1977; 224/2007; 225/2007; 254/2007 e 334/2009 (Res. Revogadas: 477/1974; 490/1975; 495/1975; 680/1987; 692/1988 e 763/1992)
- Requisitos para camionetas, ônibus e microônibus: Res. 636/1984 e 762/1992 (Res. Revogada: 649/1985)

SELO DE LICENCIAMENTO

- Instituição: Res. 825/1996 (Revogada pela Res. 03/1998)

SETAS

- Ilumináveis: Res. 119/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

SINALIZAÇÃO

- Adesão ao protocolo da Convenção de Genebra: Res. 192/1951 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Aprova o Anexo II do CTB: Res. 160/2004 e 195/2006
- Complementar de Obras nas vias públicas: Res. 561/1980 (Res. Revogadas: 402/1968 e 482/1974)
- Define os conceitos das expressões “parar”, “estacionar” e “abandonar”: Res. 313/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Marcas Viárias e Dispositivos Auxiliares: Res. 666/1986; 39/1998; 236/2007 e 336/2009
- Modelos de placas de “Parada de Lotação” e de “Parada de ônibus”: Res. 350/1961 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Sinalização Horizontal: Res. 236/2007
- Sinalização Vertical de Advertência: Res. 243/2007
- Sinalização Vertical de Regulamentação: Res. 180/2005 e 195/2006
- Sinalização Vertical: Res. 599/1982; 673/1986; 791/1994; 807/1995; 180/05 e 243/07 (Res. Revogada: 689/1988)

SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE VEÍCULOS (SINIAV)

- Instituição e implantação: Res. 212/2006 e 338/2009

SISTEMA DE FREIOS

- Licenciamento para veículos com sistema de freiagem não enquadrados no CNT – Res. 07/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Procedimentos para avaliação: Res. 777/1993 e 808/1995

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

- Requisitos referentes à iluminação: Res. 227/2007 e 294/2008 (Res. Revogadas: 613/1983; 680/1987 e 692/1988)
- Uso de luzes intermitentes: Res. 268/2008 (Res. Revogadas: 428/1970 e 679/1987)

SOM

- Níveis máximos permissíveis de pressão sonora emitida por buzina: Res. 35/1998 (Res. Revogadas: 448/1971 e 686/1987)
- Volume e frequência: Res. 204/2006



TACÓGRAFO / REGISTRADOR DE VELOCIDADE E TEMPO

- Dispensa o uso nos veículos das espécies passageiros ou mistos: Res. 794/1995 (Revogada pela Res. 298/2008)

- Fiscalização do uso do registrador provido de disco diagrama: Res. 92/1999 (Res. Revogada: 816/1996)
- Requisitos técnicos, uso e fiscalização: Res. 92/1999 (Res. Revogada: 815/1996)
- Uso obrigatório nos veículos de transporte de escolares: Res. 399/1968 (Revogada pela Res. 298/2008)

TANQUES

- Carros tanques de gasolina reabastecedores de aeronaves: Res. 106/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Proíbe a colocação de tanque suplementar de combustível: Res. 181/2005 e 194/2006 (Res. Revogadas: 511/1977; 590/1981 e 601/1982)

TAXI

- Características do dispositivo de identificação: Res. 393/1968 (Res. Revogada: 389/1968)
- Lotação e tabela de preços: Res. 60/1943 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Lotação: 514/1977 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Publicidade: Res. 614/1983; 741/1989 (Revogada pela Res. 298/2008)

TRANSFERÊNCIA

- De veículos registrados e licenciados na Região da Amazônia Ocidental: Res. 714/1988 (Res. Revogada: 672/1986)
- Modelo de autorização para transferência de propriedade de veículo: Res. 310/2009
- Regras para transferência de habilitação: Res. 38/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículo transferido de propriedade ou do local de licenciamento: Res. 526/1977; 550/1979 (Revogada pela Res. 298/2008)

TRANSPORTE DE CARGAS

- De sólido a granel: Res. 732/1989
- Dispositivos de segurança para melhor visibilidade: Res. 128/2001 (Res. Revogadas: 105/1999; 112/2000 e 119/2000)
- Em caminhões-tanque: Res. 467/1974; 488/1975; 506/1976 (Revogada pela Res. 116/2000)
- Em veículos destinados ao transporte de passageiros: Res. 26/1998
- Identificação dos veículos de transportador: Res. 637/1984 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Inscrição da tara, lotação e peso bruto total: Res. 290/2008 (Res. Revogadas: 556/1979; 562/1980; 572/1981; 575/1981; 583/1981 e 49/1998)
- Inspeção técnica nos veículos de transporte rodoviário internacional: Res. 137/2002 e 177/2005
- Limites de pesos e dimensões nos veículos habilitados ao transporte internacional: Res. 318/2009
- Remunerado por motocicleta e motoneta: Res. 219/2007 e 251/2007
- Sobre o teto do veículo: Res. 577/1981 (Res. Revogadas: 441/1971 e 469/1974)
- Uso de dispositivos retrorrefletivos nos veículos habilitados ao transporte internacional: Res. 317/2009
- Uso de película refletiva: Res. 132/2002

TRANSPORTE DE CRIANÇAS

- Menor de 10 anos: Res. 277/2008 (Res. Revogadas: 611/1983 e 15/1998)

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

- Classifica os veículos tipo “limousine” como de transporte coletivo: Res. 24/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Curso de capacitação: Res. 168/2004 (Res. Revogada: 57/1998)
- Elevação de peitoril das janelas de veículos de transporte coletivo: Res. 297/1954 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

- Em caminhões: Res. 108/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Em veículo de carga: Res. 82/1998 (Res. revogadas nº 403/1968; 427/1970; 629/1984 e 683/1987)
- Em veículos com dois ou mais passageiros: Res. 203/1951 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Fiscalização de transporte rodoviário de imigrantes: Res. 316/1956 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Inscrição da tara, lotação e peso bruto total: Res. 290/2008 (Res. Revogadas: 556/1979; 562/1980; 572/1981; 575/1981; 583/1981 e 49/1998)
- Limites de pesos e dimensões nos veículos habilitados ao transporte internacional: Res. 318/2009
- Requisitos de segurança (ônibus micro-ônibus): Res. 811/1996 e 316/2009
- Transporte de bicicleta na parte externa dos veículos: Res. 549/1979 (Res. Revogada: 515/1977)
- Transporte remunerado de passageiros: Res. 415/1969; 514/1977 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Uso de dispositivos retrorrefletivos nos veículos habilitados ao transporte internacional: Res. 317/2009

TRANSPORTE DE TORAS DE MADEIRA

- Requisitos técnicos de segurança: Res. 246/2007 (Res. Revogadas: 188/2006 e 196/2006)

TRATORES

- Critérios para o registro: Res. 281/2008 e Deliberação nº 87/2009

TRIÂNGULO

- Características do dispositivo de sinalização refletora de emergência: Res. 827/1996 (Res. Revogadas: 388/1968 e 604/1982)
- Utilização: Res. 36/1998



VEÍCULOS

- Bi e triciclos: Res. 199/1951 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Definição de veículo automotor: Res. 341/1959 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Equiparação de veículo misto ao de passeio: Res. 217/1952 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Fabricação de auto-lotação e micro-ônibus: Res. 257/1953 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Instalação de protetor lateral em veículos de carga: Res. 323/2009
- Prazo para cumprimento da exigência de 2 portas de descida e subida: Res. 103/1948 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Proíbe uso de aparelho que detecta os efeitos do radar: Res. 528/1977
- Relatório de avarias de veículos envolvido em acidente: Res. 297/2008 e 322/2009
- Requisitos internos do habitáculo de veículo: Res. 675/1986
- Uso de inscrições nos veículos tipo “limousine”: Res. 25/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Veículos da Delegacia Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool de SP: Res. 142/1949 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

VEÍCULOS DE ALUGUEL

- Carros tipo Sedan e Kombi: Res. 354/1962 e 366/1965 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Define veículo de aluguel abandonado: Res. 39/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Isenção da exigência de uso de taxímetros dos motoristas da Ilha do Governador: Res. 27/1942 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)
- Obrigatoriedade de taxímetros nos veículos de aluguel: Res. 04/1942; 08/1942; 12/1942 e 18/1942 (Revogadas pela Lei nº 5.108/1966)
- Proibição de uso de carro de aluguel como lotação: Res. 367/1965 (Revogada pela Lei nº 5.108/1966)

VEÍCULOS DE COLEÇÃO

- Regulamenta características de registro e identificação: Res. 56/1998 e 127/2001 (Res. Revogada: 771/1993)

VEÍCULOS INACABADOS

- Circulação: Res. 04/1998 e 28/1998 (Res. Revogadas: 574/1981 e 612/1983)
- Definição: Res. 724/1988

VEÍCULOS NOVOS

- Deslocamento do local de fabricação aos órgãos de trânsito: Res. 547/1979 (Revogada pela Res. 612/1983)
- Deslocamento do pátio do fabricante ao local de carregamento: Res. 519/1977 (Revogada pela Res. 612/1983)
- Trânsito com cargas ou passageiros antes do registro: Res. 04/1998 e 269/2008 (Res. Revogadas: 612/1983 e 726/1989)

VELOCIDADE

- Fiscalização: 146/2003; 202/2006, 214/2006 e 340/2010 (Res. Revogadas: 23/1998; 131/2002; 140/2002 e 141/2002)
- Norma padrão para estabelecimento: Res. 676/1986 (Revogada pela Res. 298/2008)

VIDROS

- Critérios para aposição de películas: Res. 254/2007 (Res. Revogadas: 40/1998 e 73/1998)
- Gravação dos caracteres alfanuméricos: Res. 836/1997
- Laminado e requisitos de segurança: Res. 254/2007 e 334/2009 (Res. Revogadas: 710/1988; 760/1992 e 784/1994)
- Uso de medidores de transmitância luminosa: Res. 253/2007

VISTORIA DE VEÍCULOS

- Características essenciais: Res. 446/1971; 480/1974; 489/1975 (Revogada pela Res. 298/2008)
- Realização: Res. 05/1998 (Res. Revogadas: 623/1983; 809/1995; 821/1996 e 06/1998)

Denatran

Índice das Portarias do

de interesse dos órgãos e entidades do
Sistema Nacional de Trânsito

Nº	Assunto	Situação
01/89	Dispõe sobre os procedimentos para o registro e licenciamento de veículos transportadores de contêineres.	Em vigor
28/93	Dispõe sobre o credenciamento para ministrar o “Curso de Técnicas de Identificação Veicular e Documental”.	Em vigor
31/93	Dispõe sobre o disposto no Art. 5º, inciso I da Resolução nº 765/93.	Em vigor
03/94	Dispõe sobre a numeração tipográfica de que trata o item 3.2.5, do Anexo II, da Resolução CONTRAN nº 765/93.	Em vigor
29/94	Trata do “Curso de Técnicas de Identificação Veicular e Documental”.	Em vigor
45/94	Institui o “Curso de Treinamento para Coordenadores do Sistema RENACH”.	Em vigor
46/94	Institui o “Curso de Treinamento para Coordenadores do Sistema RENAAM”.	Em vigor
13/98	Dispõe sobre o transporte de veículo automotor novo.	Em vigor
03/99	Estabelece procedimentos para a substituição do motor do veículo.	Em vigor
28/99	Concede a mesma tolerância estabelecida no art. 162, inciso V, do CTB, ao condutor portador da Permissão para Dirigir.	Em vigor
47/99	Institui e estabelece as bases para a organização e funcionamento da Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores – RENFOR e determina outras providências.	Em vigor
77/99	Estabelece procedimento para a gravação do número de identificação veicular (VIN) em monoblocos.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
104/99	Estabelece o regime especial para os veículos importados por detentores de Privilégios e Imunidades.	Em vigor
203/99	Disciplina procedimentos para o caso de duplicidade de chassi de veículos.	Em vigor
01/00	Indica o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para realizar a aferição dos aparelhos sensores de ar alveolar (etilômetros, etilotestes ou bafômetros).	Em vigor
16/00	Estabelece os procedimentos para aplicação dos Dispositivos Refletivos de Segurança em veículos de carga.	Em vigor
17/00	Trata da identificação do ano de fabricação.	
54/00	Concede aos detentores de PIDC isenção de pagamento em favor do FUNSET.	Em vigor
07/01	Define o prazo para transitar quando a compra for por meio eletrônico.	Em vigor
23/01	Resolve que o ano-modelo somente poderá ser imediatamente anterior, igual ou imediatamente posterior ao ano de fabricação do veículo.	
12/02	Estabelece método de ensaio para medição de pressão sonora por buzina ou equipamento similar para ciclomotores, motocicletas, motonetas e triciclos.	Em vigor
19/02	Suspende as concessões da Autorização Especiais de Trânsito - AET's para novas Combinações de Veículos de Carga – CVC, de nove eixos, com comprimento inferior a 24,0 m.	Em vigor
20/02	Estabelece os procedimentos para aplicação dos Dispositivos Refletivos de Segurança em veículos de carga com peso bruto total (PBT) superior a 4536 kg.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
27/02	Estabelece os procedimentos para cadastramento dos instaladores/fabricantes de Equipamentos Veiculares (carroçaria) e emissão do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT, para efeito de complementação do pré-cadastro do Sistema Nacional de Trânsito.	Em vigor
47/02	Define o modelo do Certificado de Inspeção Técnica Veicular - CITV e do Selo de Aprovação na Inspeção Veicular - SAIV, para os veículos utilizados no transporte rodoviário internacional de cargas.	Em vigor
15/03	Institui a Planilha de Custos de Serviços Prestados a Terceiros, conforme modelo constante do Anexo.	Em vigor
11/04	Trata do disposto no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 152/03-CONTRAN, que estabelece que o órgão máximo executivo de trânsito da União deverá decidir quais veículos não estão sujeitos aos requisitos estabelecidos para o pára-choque traseiro de veículos de carga.	Em vigor
15/04	Estabelece que o código da “Multa por Não Identificação do Condutor Infrator Imposta a Pessoa Jurídica”, de que trata o inciso I do Art. 3º da Resolução nº 151 do CONTRAN de 08 de outubro de 2003 é 500-2.	Em vigor
16/04	Estabelece os requisitos específicos mínimos dos sistemas automáticos não metrológicos para a fiscalização das seguintes infrações previstas no CTB.	Em vigor
17/04	Estabelece que o artigo 1º da Portaria nº 3 do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, de 15 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação.	Em vigor
15/05	Baixa instruções necessárias para a implantação e operacionalização relativa ao processo de formação, especialização e habilitação de condutores.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
20/05	Institui código para registro dos gravames de Penhor de Veículos Automotores.	Em vigor
26/05	Trata dos Certificados de cursos especializados e de atualização.	Em vigor
27/05	Trata da Fiscalização eletrônica por equipamento não metrológico.	Em vigor
34/05	Autoriza a circulação de certos veículos novos destinados a exportação, entre o fabricante, transformador ou encarregador e a fronteira nacional ou local de embarque.	Em vigor
11/06	Estabelece que os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal somente poderão registrar o veículo na categoria de aluguel atribuindo-lhe placa vermelha quando o seu proprietário ou arrendatário for autorizado pelo poder público competente para exercer o serviço remunerado de transporte de carga.	Em vigor
15/06	Disciplina as especificações, o formato, a organização dos arquivos, o meio de armazenamento, a guarda e a propriedade e a disponibilização dos dados das imagens capturadas para produção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH.	Em vigor
25/06	Adequa a expedição da Permissão Internacional para Dirigir – PID ao modelo estabelecido na Convenção de Viena.	Em vigor
82/06	Dispõe sobre a nomeação e competências dos coordenadores do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito.	Em vigor
88/06	Regulamenta o envio de Estudos Técnicos para implantação e monitoramento da eficácia de instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade.	Em vigor
24/07	Estabelece o Manual de Procedimentos do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAAM.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
27/07	Estabelece instruções para a instalação e funcionamento das Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatais - ETP.	Em vigor
29/07	Estabelece instruções necessárias para o pleno funcionamento no disposto no art. 98 e 120 do Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução nº 232 de 30 de março de 2007 do CONTRAN no que se refere ao modelo, registro e controle da emissão de Certificado de Segurança Veicular - CSV, registro dos dados resultantes das inspeções, registro eletrônico do CSV no sistema RENAVAM e a rastreabilidade destes registros.	Em vigor
30/07	Altera o item 2.1.2, do anexo II, da Portaria Denatran nº 24, de 31 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2006.	Em vigor
32/07	Acresce parágrafo 3º ao art. 6º da Portaria nº 27/2007.	Em vigor
47/07	Defini as especificações, as características e as condições de funcionamento e operação do dispositivo antifurto e do sistema de rastreamento de que trata a Resolução CONTRAN nº 245/2007.	Em vigor
54/07	Revoga o art. 11 da Portaria nº 15, de 31 de maio de 2005, do DENATRAN.	Em vigor
59/07	Estabelece os campos de informações que deverão constar do Auto de Infração, os campos facultativos e o preenchimento, para fins de uniformização em todo o território nacional.	Em vigor
263/07	Estabelece os requisitos específicos mínimos do sistema automático não metrológico para a fiscalização das seguintes infrações de trânsito previstas no CTB.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
272/07	Disciplina os requisitos técnicos de resistência, durabilidade e demais especificações de qualidade de uso e emprego dos lacres de placas de identificação de veículos, bem como a necessidade de identificar a origem de fabricação, distribuição, aplicação, fiscalização e descarte dos mesmos através de uma identificação numérica única a cada lacre como forma de controle.	Em vigor
11/08	Estabelece regras e padronização de documentos para arrecadação de multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e para retenção, recolhimento e prestação de informações a respeito dos 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito destinados à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).	Em vigor
15/08	Institui, no âmbito do DENATRAN, o Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito - COMFITRAN.	Em vigor
18/08	Altera o art. 4º da Portaria nº 59, de 25 de outubro de 2007, do DENATRAN.	Em vigor
59/08	Prorroga o prazo concedido no Art. 23 da Portaria nº 272, de 21 de dezembro de 2007 do DENATRAN.	Em vigor
72/08	Altera os arts. 6º e 12 e os anexos II e III da Portaria DENATRAN nº 11, de 19 de fevereiro de 2008.	Em vigor
74/08	Dispõe sobre a integração e a operação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF).	Em vigor Revoga a Portaria nº 24/06, exceto no tocante ao disposto no artigo 17 desta Portaria
101/08	Estabelece o cronograma para cumprimento do art.10 da Resolução Contran nº 287 e outras providências.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
102/08	Harmoniza o entendimento dos requisitos fixados na Portaria 47/2007.	Em vigor
129/08	Define as características do processo de certificação e homologação para o sistema antifurto obrigatório.	Em vigor
131/08	Estabelece os requisitos técnicos e procedimentos para credenciamento de empresas prestadoras de serviço de vistoria em veículos automotores.	Em vigor
63/09	Homologa os veículos e as combinações de veículos de transporte de carga e de passageiros, constantes do Anexo desta Portaria, com seus respectivos limites de comprimento, peso bruto total – PBT e peso bruto total combinado – PBTC.	Em vigor
133/09	Estabelece as regras e os procedimentos para a designação de Organismos de Certificação previstos na Resolução CONTRAN nº 245/07.	Em vigor
147/09	Aprova as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental.	Em vigor
190/09	Estabelece o procedimento para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM.	Em vigor
224/09	Designa a Associação NCC Certificações do Brasil para atuar como Organismo de Certificação.	Em vigor
225/09	Designa a Fundação Carlos Alberto Vanzolini – FCAV para atuar como Organismo de Certificação.	Em vigor
253/09	Altera as Portarias nº 47/07, 102/08 e 129/08.	Em vigor
288/09	Padronização dos procedimentos de comunicação de venda de veículos.	Em vigor
333/09	Aprova o Regimento Interno do Comfitran.	Em vigor

Nº	Assunto	Situação
660/09	Dá nova redação ao art. 24º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008.	Em vigor
25/10	Altera o Anexo da Resolução nº 292, de 29 de agosto de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que dispõe sobre as modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.	Em vigor
60/10	Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados na celebração de Contratos, Termos de Cooperação, Acordos de Cooperação Técnica e outros instrumentos congêneres, que tenham por objeto o acesso às bases de dados dos sistemas Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM e Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH.	Em vigor
141/10	Estabelece os requisitos e especificações mínimos do Talão Eletrônico.	Em vigor

Sumário da Legislação de Trânsito (DVD)

CÓDIGOS DE TRÂNSITO

- Decreto-Lei nº 2.994, de 28 de janeiro de 1941
- Decreto-Lei nº 3.651, de 25 de setembro de 1941
- Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997

LEIS DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO ATUAL – LEI Nº 9.503/97

- Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998
- Lei nº 9.792, de 14 de abril de 1999
- Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001
- Lei nº 10.517, de 11 de julho de 2002
- Lei nº 10.830, de 23 de dezembro de 2003
- Lei nº 11.275, de 07 de fevereiro de 2006
- Lei nº 11.334, de 25 de julho de 2006
- Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008
- Lei nº 11.910, de 18 de março de 2009
- Lei nº 12.006, de 29 de julho de 2009
- Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009
- Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

- Convenção sobre trânsito viário de Viena, de 08 de novembro de 1968
- Mensagem nº 1.056, de 23 de setembro de 1997
- Mensagem nº 776, de 23 de dezembro de 2003
- Mensagem nº 404, de 19 de junho de 2008
- Mensagem nº 861, de 13 de outubro de 2009
- Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006
- Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998
- Decreto-Lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967
- Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910
- Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968
- Decreto nº 2.613, de 03 de junho de 1998
- Decreto nº 2.867, de 08 de dezembro de 1998
- Decreto nº 3.067, de 21 de maio de 1999
- Decreto nº 4.710, de 29 de maio de 2003
- Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003
- Decreto nº 6.488, de 19 de junho de 2008
- Decreto nº 6.489, de 19 de junho de 2008

ISBN 978-85-7958-009-3



9 788579 580093 >

Contran Denatran Ministério
das Cidades

